

FRANCINE HEIDRICH COIMBRA

**PROCESSOS DE RESISTÊNCIA NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURAIS SEM TERRA: CARTOGRAFIAS DO COTIDIANO EM UM
ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FRANCINE HEIDRICH COIMBRA

**PROCESSOS DE RESISTÊNCIA NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURAIS SEM TERRA: CARTOGRAFIAS DO COTIDIANO EM UM
ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA**

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador (a): Maria Del Carmen Cortizo

Florianópolis
2009

Florianópolis, 27 de julho de 2009.

Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Prof^a. Dr^a. Maria Del Carmen Cortizo
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFSC
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Edaléa Maria Ribeiro
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFSC
Membro

Prof^a. Dr^a. Cristine Jaques Ribeiro
Universidade Católica de Pelotas – UCPel
Membro

Prof^a Dr^a. Marli Palma Souza
Departamento de Serviço Social, UFSC
Suplente

Florianópolis, julho de 2009

Dedico esta escrita aos meus pais, Gilda e Claudinei, por terem me ensinado a doçura e a sensibilidade da vida, pelo carinho e amor que sempre me dedicaram durante a caminhada da vida.

AGRADECIMENTOS

Pretendo tecer nas próximas linhas não precisamente agradecimentos, mas o reconhecimento para com as pessoas que com seus modos de vida, seus amores, suas paixões, seus saberes, suas histórias, despertaram em mim a vontade de estudar, de escrever, de aprender, de experienciar e principalmente de amar a vida.

Início com meu doce e amado João, repleta de afeto e amor venho através destas palavras demonstrar a importância do teu apoio nesta longa caminhada. Mudanças ocorreram em nossas vidas, e não foram poucas, aprendemos a conviver morando juntos paralelamente aos estudos do mestrado, as novidades da cidade e a saudade dos familiares e amigos. A conquista se reinventa a cada dia repleta de alegria, amizade, carinho e amor. Amado companheiro de todos os momentos não tenho palavras para agradecer, mas acredito transparecer cotidianamente a felicidade que perpassa meu corpo por estar ao teu lado. Sem sua presença amorosa, generosa e sensível, meu trabalho e minha vida não teriam o brilho que tem. Por um amor desprezioso, intenso e afetuoso...

A minha amada mãe, tu me ensinastes a ser uma mulher forte e doce, amo teu colo, abraço e cheiro, nossas longas conversas revelam nossa afinidade e amizade. Com a gratidão do meu coração te homenageio pela força e ousadia da mãe lutadora que és. A suavidade e sensibilidade perpassam nossa relação, aprendi contigo a ser compreensiva e a amar. Grata pelo carinho, aconchego, amor e afeto experienciado ao teu lado. Pai querido, a vida nos revela muitas surpresas e acontecimentos, me ensinastes a encarar de frente qualquer situação e que a força está dentro de nós, é só procurar. Tua sensibilidade e teu coração do tamanho do

mundo me ensinaram a bondade e a humildade na relação com as pessoas, adoro te fazer dormir e te abraçar forte. Queridos pais, aprendemos a conviver a cada dia com a saudade e a distância. Amo vocês com toda força do meu coração. A minha Mana amada, pirulita do meu coração, entre brincadeiras, risos, choros, festas, invenções de convivência crescemos juntas e compartilhamos a vida. Você sempre esteve e está ao meu lado, dando passe para driblarmos as dificuldades da vida e curtindo os inesquecíveis encontros vividos. Sua presença faz a força da amizade ressoar minha vida e sentir o carinho e afeto da nossa relação de irmãs. A avó Sônia, pois juntas aprendemos a conviver, te agradeço pelo carinho de sempre. A avó Cecília, porque teus longos anos de vida me ensinam a experiência e lucidez em cada encontro. A Dóris, mulher guerreira, porque além do parentesco construímos nestes anos uma bonita amizade, perpassada por carinho, onde aprendemos a driblar a saudade e curtir cada encontro com muitas risadas, conversas intermináveis e afeto.

Aos amigos Binda pela doçura e pelo carinho, João Pedro pela energia, afeto e amor, sentimentos que se reinventaram a cada encontro, através da sua suavidade. A Cristine amada amiga, companheira de viagens, de leituras, de encontros, de lutas e de amizade que ultrapassou muros, teu carinho sempre me fortaleceu. A Carim, a artista da minha vida, companheira querida, teu carisma e doçura engrandecem nossa amizade, tua sensibilidade transparece em nossos encontros. A Aline amiga sensível, saudade das nossas longas conversas e confidências, risadas e inquietações que atravessavam nossos corpos e todos os momentos vividos. As amigas Rita, Rosi e Graci, infelizmente poucos foram os encontros nestes últimos anos em razão dos estudos e distância, mas não posso deixar de agradecer a amizade e carinho de vocês, os estudos e leituras nos

aproximaram firmando laços de amizade consolidados no carinho e na admiração. A Sabrina, pois nossa convivência construiu um elo de amizade e a possibilidade de estar com uma pessoa de coração enorme como você, pelo afeto com que me acolheu sempre, fazendo me sentir em casa, mesmo estando fora de casa. Nas longas conversas e na convivência, foi possível compartilharmos a vida com o doce sabor da amizade.

Ao grupo de estudo denominado Grupo Socius Cartografias Coletivas, vocês me fizeram acreditar em outros possíveis, em produção do conhecimento que vai para além dos livros, mas que faz parte da vida. Mesmo distante sempre me senti próxima, misturada com os encontros doces e afetuosos do grupo. Obrigada, meninas pelas viagens pelo mundo do conhecimento, repletas de sabor e de graça.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por terem me permitido viver ao longo destes últimos oito anos a potência desta organização, vocês me ensinaram a importância da luta e da resistência, construímos alianças e conhecimento que vão para além dos muros da Universidade. Agradeço as famílias do assentamento Conquista da Liberdade por terem compartilhado seus saberes e narrado suas histórias tão especiais.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade de Santa Catarina pela oportunidade.

Obrigada a todos vocês!

*Ouvi um pássaro cantar no cativoiro
Nesse instante não contive a emoção
Em saber que a beleza de seu canto
Condenou-o a viver numa prisão*

*Se por cantares hoje vives prisioneiro
Somos iguais neste ofício de cantor
Pra dar ao mundo mais poesia e ternura
Em liberdade cantar a vida e o amor*

*Não tem preço a liberdade não tem dono
Só quem é livre e sente o prazer de cantar
Se um passarinho canta mais quando está preso
É num desejo de um espaço pra canta
Quantos homens nas gaiolas desta vida
Aprisionados pela empáfia do poder
São como pássaros cativos da injustiça
Morrendo aos poucos na prisão do mal viver*

*Quero ver pássaros e homens livremente
Romper na vida toda forma de prisão
Que só o amor e liberdade nos cativem
Aprisionando-se em cada coração
Antônio Gringo*

(Interpretada pelo amigo Nilson Binda, que nos emociona)

RESUMO

As manifestações dos processos de resistência no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra apresentam-se como temática de estudo e pesquisa produzida nesta escrita/dissertação, construída a partir da cartografia cotidiana de um assentamento de reforma agrária, localizado na região sul do Estado do Rio Grande do Sul. A problemática centra-se em captar as ressonâncias das batalhas cotidianas, a fim de indicar que a potência de resistência das famílias assentadas pode ser constringida e neutralizada, mas jamais esquecida e finalizada.

Assim, num primeiro momento, a escrita se aproxima da luta pela terra, entrelaçando a análise em torno do campesinato, promovendo a ruptura do espaço rural considerado fechado e instituído, apresenta a questão agrária brasileira e suas configurações no espaço rural, além dos acontecimentos da história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, repleto de multiplicidades. No segundo momento a escrita, propõem os processos de resistência, a partir das batalhas cotidianas, traçadas na relação poder e saber, bem como na potência da criação. No último momento, a escrita apresenta a cartografia cotidiana, enquanto modo de fazer pesquisa, a partir da potência dos encontros com os assentados no cenário pesquisado. Por fim, algumas considerações e relevâncias que surgiram no decorrer da produção do conhecimento desta escrita/dissertação.

Palavras-chave: campesinato, capitalismo, resistência, cotidiano, cartografia, encontro.

ABSTRACT

The manifestations of the resistance processes in the Movement of the Rural Workers without Earth come as study theme and research produced in this writing / dissertation, built starting from the daily cartography of a land reform establishment, located in the south area of the State of Rio Grande do Sul. The problem is centered in capturing the resonances of the daily battles, in order to indicate that the potency of resistance of the seated families can be constrained and neutralized, but never forgotten and concluded.

Like this, in a first moment, the writing approaches the fight for the earth, interlacing the analysis around the countryside, promoting the rupture of the rural space considered closed and instituted, it presents the Brazilian agrarian subject and their configurations in the rural space, besides the events of the history of the Movement of the Rural Workers Without Earth, replete of multiplicities. In the second moment the writing, they propose the resistance processes, starting from the daily battles, drawn in the relationship to can and to know, as well as in the potency of the creation. In the last moment, the writing presents the daily cartography, while way of doing research, starting from the potency of the encounters with seated them in the researched scenery. Finally, some considerations and relevances that appeared in elapsing of the production of the knowledge of this writing / dissertation.

Key Words: Countryside, Capitalism, Resistance, Daily, Cartography, Encounter.

SUMÁRIO

1 – APRESENTAÇÃO DO CORPO QUE DANÇA	13
2 – A VIBRÁTIL DANÇA DA LUTA PELA TERRA	23
2.1 – Cercas Imaginárias da Questão Agrária: fragmentos da história entrelaçada pelo conceito corpo-camponês	25
2.1.1 – O campesinato: aproximações ao corpo-camponês	27
2.1.2 O campesinato brasileiro e suas configurações no espaço rural	33
2.2 – O ritmo descompassado da Questão Agrária Brasileira	44
2.2.1 – Questão Agrária no Brasil: movimentos pela história	45
2.2 – Acontecimentos da História do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: o espetáculo da vida	60
2.2.1 – Multiplicidades que entrelaçam a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: os encontros possíveis	61
3 – PROCESSOS DE RESISTÊNCIA: a dança por múltiplos conceitos	82
3.1 – Poder e Resistência: batalhas do cotidiano	83
3.2 – Linhas de Resistência: a potência da criação	92
3.3 – Alianças configuradas no cotidiano: aproximando-se do Serviço Social	98
4 – CARTOGRAFIA COTIDIANA: um modo de fazer pesquisa	104
4.1 – Cartografia: a potência do processo de pesquisa	105
4.2 – Remontando o cenário: o encontro do corpo pesquisador com o território da pesquisa	115
4.3 – Memórias e Narrativas de luta: a potência dos encontros com os assentados na produção do conhecimento	119
5 – Considerações Finais: o desejo por novos encontros	131
6 – Referências	134

1 – APRESENTAÇÃO DO CORPO QUE DANÇA

O corpo que dança pode provocar, através dos seus movimentos, um espaço infinito, principalmente ao produzir a multiplicidade dos gestos em sua coreografia. Desse modo, os instantes iniciais de um papel em branco assemelham-se ao silêncio do público, que aguarda o início do espetáculo. Sentados em seus lugares, sob a escuridão e o silêncio trazem as expectativas, tais como a espera por algo que irá lhes surpreender e comover. O público entra no teatro, assim como as primeiras palavras penetram na folha branca vagarosamente. São corpos inquietos e curiosos, que tentam acomodar-se da melhor maneira possível e procuram em seus bons lugares a busca do melhor ponto de vista e de bons encontros.

O público enquanto espera o início do espetáculo controla suas expectativas, enquanto isso o palco, ainda vazio, aguarda para acolher os corpos em movimento. O silêncio prevalece. O início traz consigo marcas de ansiedade, angústia, expectativa, receio, são sentimentos que perpassam o corpo, um verdadeiro caos de não saber por onde começar. A escrita¹ passa por essas sensações durante o seu processo, tendo a criatividade como marca do ato de escrever, a mesma depende de uma série de acontecimentos que estão por vir. Portanto, “não me diga quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil, ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever” (FOUCAULT, 2002a, p. 20).

Escrever está na ordem do desejo, da paixão pelo conhecimento e descobrimento de novos horizontes que só a elaboração produzida

¹ A escrita não tem outro objetivo: o vento, inclusive quando não nos movemos (...) Estranha ecologia: traçar uma linha, de escrita, de música ou de pintura. São correias agitadas pelo vento. Um pouco de ar passa. Traça-se uma linha, e tanto mais forte quanto for abstrata, quanto for bastante sóbria e sem figuras. A escrita é feita de agitação motora e de catatonia (DELEUZE, 1998, p. 41).

no próprio ato é capaz de revelar. Não se pode explicar sobre o escrever, pois este só o entende o escritor, aquele que vive a experiência da transmutação pela arte de reinventar-se na palavra escrita (MAIRESSE, 2003, p. 270).

O desejo é traçar nessas linhas o movimento descompassado da arte de escrever. “A única comunicação tolerável é a palavra escrita, porque não é uma pedra em uma ponte entre almas, mas um raio de uma luz entre astros” (PESSOA, 2000, p. 43). O processo está repleto de vida, sentimentos, encontros, experiências, paixões, alegrias, curiosidades, passos e descompassos.

Neste corpo-papel os primeiros passos da coreografia ocorrem através da arte de pintar o colorido da vida, assim surgem às primeiras palavras movidas pelo desejo da produção. Entende-se que este “é essencial e imanentemente produtivo, gera e é gerado no processo mesmo de invenção, metamorfose ou criação do novo. (...) o desejo é imanente a produção” (BAREMBLITT, 2002, p. 144). O desejo pela produção perpassa a construção da pesquisa elaborada e apresentada nesta escrita/dissertação.

O tema desta pesquisa decorre das problematizações surgidas durante a trajetória teórico-prática da autora, Assistente Social, em seu processo de formação e prática profissional, primeiramente na aproximação ao MST através da realização de trabalhos curriculares, pesquisa, estágio e aliança aos acampamentos, assentamentos e demais espaços de encontro com esta realidade, posteriormente nas práticas profissionais realizadas com este movimento social. É prudente salientar que ao utilizarmos a palavra “prática” temos em mente a concepção de Maturana e Varela, de que “todo fazer é um conhecer e todo conhecer é um fazer” (2001, p. 21). Desta forma, toda prática, além de ato ou efeito de praticar, experiência, exercício, técnica, é entendido também como um conhecimento, um saber provindo da experiência. Assim, configura-se o processo de produção do

conhecimento funcionando como linhas a compor planos existenciais. Percorrer linhas que constituam as relações estabelecidas na luta pela terra, apontando para os conceitos poder/resistência e suas respectivas manifestações, discursos e práticas. Da mesma forma, abordaremos os conceitos de coletivo, cotidiano e cartografia. Essas linhas dizem respeito não só ao nosso objeto de pesquisa, mas também a própria trajetória do pesquisador, com relação às práticas e teorias que o compuseram nesse espaço/tempo de formação acadêmica, trabalhamos com conceitos comuns à imanência pesquisador/objeto².

O objeto de estudo desta pesquisa, refere-se às *manifestações dos processos de resistência no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: cartografando o cotidiano de um assentamento de reforma agrária*. Para tanto, a noção de resistência presente neste trabalho refere-se ao anonimato e a imprevisibilidade, reconhecendo a resistência como criação. “Resistir, como re-existência, criação de modos de agir que afirmam a inesgotável potência de criação que constitui o vivo” (HECKERT, 2004, p. 14). Os exercícios de resistência ecoam nos corpos como os sons das músicas que atraem e inquietam, possibilitando a ruptura com as ordens estabelecidas e instituídas. Justamente a partir deste entendimento em torno da resistência surge o desejo de estar realizando a pesquisa nos assentamentos de reforma agrária em razão da aproximação a esta luta cotidiana e por potencializar alianças coletivas.

A problemática deste trabalho centra-se em *captar as ressonâncias das batalhas cotidianas*, para indicar que a potência de resistência das famílias assentadas pode ser constrangida e neutralizada, mas jamais esquecida e finalizada. Será possível neutralizar a potência de resistência dos assentados do

² Veremos mais adiante, principalmente no capítulo que trata especificamente sobre Cartografia, bem como no decorrer de toda a escrita/dissertação, desde a perspectiva teórica adotada, o sujeito pesquisador e o seu objeto de pesquisa são imanentes e inseparáveis.

MST? Acredito que a luta coletiva não possa ser calada e esquecida, apenas abafada por alguns momentos e logo o grito de luta explode e ecoa nos palcos do mundo.

Neste sentido, a justificativa desta pesquisa, surge do encontro com a potência de luta da organização do MST e das manifestações de resistência na sociedade. Considerando, assim, os exercícios de resistência que expandem o rural como espaço de variação e compartilhamento de experiências coletivas, os mesmos coexistem com processos de orientação conservadora neste espaço. A perspectiva é reconhecer o MST, enquanto movimento social, entrelaçado no espaço rural, não devendo ser considerado isolado desta realidade. Ao longo dos anos inúmeras foram as tentativas de preservar o rural, como espaço fechado e instituído, produzindo mitos e olhares de atraso frente a esta realidade, inclusive estudiosos e autores que acreditavam e anunciavam seu desaparecimento. O debate em torno do possível desaparecimento do campesinato pode ser encontrado na tese de doutorado de Ricardo Abramovay³, onde o autor realiza a tentativa de examinar “como diferentes correntes de pensamento e vertentes de especialização profissional encaram o camponês” (1992, p. 23).

Contrariando as previsões do desaparecimento do espaço rural, várias foram as manifestações de resistência em permanecer ou até mesmo retornar ao rural, estas passaram a ser uma constante, justamente linhas de resistência que insurgiam no fazer cotidiano apresentando o espaço rural como espaço onde se consolida a vida. Desta forma, considera-se que o homem do campo ele não é, se faz, o mesmo

³ O autor aponta para o debate existente no início do século entre os clássicos marxistas da questão agrária, por um lado, e Alexander Chayanov, por outro. Sob o ângulo marxista o camponês só pode ser definido pela tragédia de seu destino social: “ele será fatalmente extinto pela própria dinâmica da diferenciação entre os produtores (Lênin) bem como será incapaz de resistir à concorrência das grandes empresas agrícolas (Kautsky)” (1992, p. 23). Pode-se considerar que os clássicos marxistas evidenciaram circunstâncias específicas do momento em que estavam vivendo e não uma teoria universal em relação ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

“torna-se a cada instante dos acontecimentos, a cada rompante das paixões que nunca o deixam ileso, pois também é no inominável, no indizível, no imprevisível, no intratável, que podemos encontrar o movimento da vida” (ROGERS, 2006, p. V).

Assim, estas questões justificam a proposta desta pesquisa, além disso, a mesma estará ancorada em pilares que sustentarão esta escrita, sendo: a discussão teórica em torno da *luta pela terra, entrelaçada pela questão agrária e pela discussão em torno do campesinato, promovendo debates em torno de alguns conceitos, bem como contextualizar acontecimentos da história do MST e a cartografia dos exercícios de resistência que pulsam no cotidiano rural*, através dos conceitos de poder, resistência, cotidiano e cartografia. Estes pilares permitem a pesquisadora relacionar as categorias conceituais com o objeto da pesquisa, promovendo entendimento em torno dos processos de resistência pulsantes no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Considerando relevante o entendimento e manifestação da luta pela terra e questão agrária, pois são as principais bandeiras de luta do movimento, logo nos remetem a processos de resistência, destas bandeiras ocorrem bifurcações de outras lutas e resistências cotidianas que também estarão presentes nesta escrita/dissertação.

A proposta desta pesquisa será a de cartografar o cotidiano e as diferentes expressões de resistência do coletivo que compõem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na tentativa de vislumbrar o cotidiano do espaço rural através das diferentes expressões do modo de viver no campo. A hipótese refere-se ao *pressuposto* de que, mesmo as prescrições normatizadoras e conservadoras, que se pretendem hegemônicas no espaço rural, convivem com uma

diversidade de modos de pensar e fazer que tem a potência de desestabilizar os modos de agir instituídos.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é apresentar os processos de resistência em um assentamento de reforma agrária do MST, tendo em vista que os espaços de resistência apresentados referem-se as relações estabelecidas a nível micro e macro, portanto não estaremos abrindo a discussão apenas a nível macro no sentido MST e Estado, mas afirmando as relações cotidianas de criação e resistência em permanecer no espaço rural, através da reinvenção dos modos de vida. Além disso, compõem os objetivos específicos: descrever os modos de vida acentuando as batalhas cotidianas, que engendram outros possíveis, focalizar as lutas travadas no espaço rural e cartografar o cotidiano.

A produção da escrita surge a partir do encontro com os corpos em movimento nos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. A pesquisa de campo ocorreu no assentamento Conquista da Liberdade, localizado no município de Piratini, na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, este assentamento tem dezessete anos, composto atualmente por quarenta e oito famílias, destas, quatorze assentados se tornaram agentes do processo de pesquisa, entre eles mulheres, homens e jovens. No período de janeiro a fevereiro de 2009 foram realizadas as entrevistas através de roteiro previamente elaborado, além disso, desde 2005 iniciava-se aproximação a este assentamento, assim como outros localizados na região, a partir do ingresso no mestrado nos anos de 2007 e 2008 alguns encontros ocorreram junto das famílias, conhecendo o espaço do viver, habitar e produzir dos assentados. Tendo em vista, a construção da pesquisa optou-se por este local em razão de ser um dos assentamentos mais antigos, além de possuírem a organização cooperativa e familiar de produção. Para

tanto, a metodologia utilizada para realização desta pesquisa, parte da escolha da cartografia, como modo de fazer pesquisa, modo de existir nos processos coletivos, potencializando os modos de vida nos assentamentos, além disso, foi realizada revisão teórica da luta pela terra, questão agrária e resistência, construindo categorias de análise que permitam aproximação ao movimento da pesquisa. Realizei algumas entrevistas semi-estruturadas, a partir do roteiro e observações vivenciadas a partir dos encontros. A escrita dissertação foi organizada em três capítulos, conforme apresentaremos.

O primeiro capítulo tem como objetivo deslizar pela vibrátil dança da luta pela terra, assim dançará por entre as cercas imaginárias da questão agrária, através da viagem por conceitos, além disso, terá o campesinato como enfoque aproximando-se do corpo-camponês, para isso alguns autores compuseram o espetáculo para fortalecer a produção do conhecimento. Logo, num segundo momento, iremos dançar no ritmo descompassado da questão agrária brasileira, marcado por movimentos da história. Por fim, a coreografia irá se modificar ressaltando seus traços em torno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra potencializando acontecimentos vividos no decorrer dos seus 25 anos, contextualizando histórias e aproximações do corpo da pesquisadora a esta realidade. Este primeiro capítulo tem como objetivo, apresentar a questão da luta pela terra tendo em vista ser um dos princípios de resistência do movimento enquanto organização, desta forma, torna-se possível localizar o MST e os acontecimentos de sua história, para compreendermos as expressões de resistência e luta cotidiana.

No segundo capítulo a proposta é potencializar a aproximação aos conceitos que compõem esta escrita, para tanto, a composição iniciará através de categorias como poder e resistência travando algumas batalhas cotidianas, além disse iremos

traçar linhas de resistência através da criação de modos de agir, tendo a noção conceitual de resistência atravessada por processos anônimos e imprevisíveis, desenhando outros modos de existência. Além disso, iremos nos reportar ao encontro com demais conceitos que produzem conhecimento no decorrer desta escrita/dissertação. Para finalizar este capítulo a proposta justamente refere-se a aproximação ao Serviço Social

Desta forma, no último capítulo, desejo apresentar os caminhos por onde andei para inspiração e criação desta dissertação no momento do ato de pesquisar, a proposta é apresentar a cartografia, enquanto modo de produzir pesquisa. Fez-se necessário remontar o cenário da pesquisa de campo, a partir do encontro do pesquisador com o território da pesquisa. Por fim, as memórias e narrativas de luta, cartografadas a partir dos encontros com os assentados, através das falas expressas nas entrevistas, relacionando-as com as categorias teóricas e os objetivos da pesquisa, apresentando os dados produzidos no decorrer deste estudo. O caminho trilhado neste momento alia-se aos encontros produzidos no decorrer da formação profissional em Serviço Social, por isso a produção do conhecimento potencializa as ressonâncias das batalhas de resistência traçadas no cotidiano do modo de vida.

A cartografia “propõe-se a capturar no tempo o instante do encontro dos movimentos do pesquisador com os movimentos do território de pesquisa. É o encontro que se registra não os seus objetos” (GIACOMEL; KIRST; et al, 2003, p. 100). O olhar de quem cartografa não deve estar focado no objeto, mas em todo o encontro e nos afetos que podem resultar desse momento. O cartógrafo nunca está pronto, é o processo que o forma, seu olhar é atento, pois não busca um método de intervenção a ser aplicado, mas pousa seu olhar no que lhe afeta nesse movimento

desconhecido e inventa a intervenção de acordo com cada problema, inventa um modo que seja capaz de acompanhar um processo e não representar um objeto. É um desenho que acompanha, os movimentos de transformação de uma paisagem. O modo de pesquisar cartográfico não tem pretensão de estabelecer verdades, pois pretende acompanhar diferentes movimentos e compor uma realidade que se realiza. A proposta inicialmente é percorrer o entendimento em torno da cartografia, compondo uma maleta repleta de ferramentas, como: os conceitos, os quais percorrem o decorrer da elaboração do texto desde sua apresentação, os autores aliados nas trilhas do percurso, como: Foucault, Guattari, Deleuze, Negri, Darcy Ribeiro, entre outros, que permitiram perceber os acontecimentos do cotidiano, além dos elementos que justificam esta elaboração, os seus objetivos, a definição por onde andar para realização da pesquisa de campo o dialogo com os agentes assentados, a necessidade de construção de um roteiro, entre outras ferramentas que já portávamos, compuseram a construção desta pesquisa.

No final da dissertação o encontro acontece com as considerações finais, que possibilitam a produção de um fechamento desta escrita, algumas considerações relevantes sobre a construção de alguns saberes que circulam a proposta deste estudo, portanto, esta escrita/dissertação será abandonada, talvez pronta ela nunca esteja, pois o conhecimento não se fecha em si mesmo, não se termina e conclui ao contrário o processo de produção do conhecimento se permite trilhar outros caminhos e outros encontros desejantes.

Portanto, pretendo lançar um convite aqueles que vierem a ler esta escrita que possam penetrar nas próximas páginas despídos, desnudos e abertos a conhecer e desconhecer as propostas dos capítulos dançantes, que são conduzidos pelos passos coreografados pelas manifestações dos processos de resistência no

MST, através das cartografias cotidianas desenhadas nos assentamentos de reforma agrária, na região sul do Estado do Rio Grande do Sul e que estão entrelaçados no corpo de quem lhes escreve.

2 – A VIBRÁTIL DANÇA DA LUTA PELA TERRA

Conforme nos diz Nietzsche (1981) para se aprender a pensar⁴ é necessário aprender a dançar. Portanto compreende-se que o pensamento é o movimento das idéias dançando. Trata-se, assim, de uma escrita em execução musical. A escritora terá um corpo bailarino, irá dançar no ritmo das palavras ecoando a musicalidade dos encontros vividos.

A dança reina antes da linguagem, como música do corpo. ... corre e salta num ritmo que se repete, entra em redundância, reencontra gestos, refaz passos, enrola-se sobre si mesma, mas de tempos em tempos, surpreende com uma atitude súbita, o corpo acaba de inventar uma cifra nova, a dança semeia o inesperado no retorno eterno do ritmo, eis o começo do tempo. Um corpo jamais nasceu antes de ter dançado (SERRÉS, 2001, p. 330-331).

Por isso, a proposta é trazer a escrita bailarina como sendo um espetáculo, onde o vibrátil corpo do escritor estará acompanhado de demais corpos, todos em movimento neste texto, palco, dissertação, ao som de diversos instrumentos. O corpo vibrátil é utilizado por Suely Rolnik considerado ser aquele que é “tocado pelo invisível. (...) aquele que alcança o invisível. Corpo⁵ sensível aos efeitos dos encontros dos corpos e suas reações: atração e repulsa, afetos, simulação em matérias de expressão” (1989, p. 25-26). Portanto, será uma escrita “situada em um

⁴ O pensamento não se produz aos chamados discursos racionais. Existem pensamentos-corpo, pensamentos-afeto, pensamentos-percepção, pensamentos-signo, pensamentos-conceito, pensamentos-gesto, pensamentos-máquina e pensamentos mundo. (LÉVY, 2003, p. 121).

⁵“O corpo não é apenas um texto da cultura. É também, como sustentam o antropólogo Bourdieu e o filósofo Foucault, entre outros, um lugar prático direto de controle social. (...) por meio da organização e da regulamentação do tempo, do espaço e dos movimentos de nossas vidas cotidianas, nossos corpos são treinados, moldados e marcados pelo cunho das formas históricas predominantes de individualidade, desejo, masculinidade e feminidade. (...)corpos dóceis: aqueles cujas forças e energias estão habituadas ao controle externo, à sujeição, à transformação e ao “aperfeiçoamento”” (JAGGAR; BORDO, 1997, p. 19-20).

terreno movediço necessário aos encontros nômades, aos amores nômades, à escrita nômade concebida como ritmo e música. Uma escrita, sensação” (LINS, 2004, p. 149).

Sensações manifestadas pelo desejo de traçar, nestes primeiros passos, fragmentos da história que percorrem a luta pela terra no Brasil, primeiramente dando ênfase as correntes teóricas que analisam a questão agrária com enfoque na categoria camponato, num segundo momento o ritmo permeia a questão agrária brasileira e posteriormente o movimento dos trabalhadores rurais sem terra descrevendo fragmentos e acontecimentos de sua história.

Por isso a importância de descrever alguns conceitos que terão como objetivo fortalecer movimentos e conexões da luta pela terra no Brasil, apresentando lutadores que foram ignorados por grande parte da história e literatura em nosso país, sendo desconhecidos em grande parte dos livros que nos cercam. A vontade é produzir conhecimento⁶ instituinte⁷.

Essa escrita bailarina vislumbra movimentar-se por uma maneira de escrever que pulsa no corpo⁸ de quem lhes escreve, o desejo de impor à escrita corpo a corpo, através do encontro marcado. O encontro ocorrerá repleto de vida sendo possível traçar o começo do desenho da escrita através de linhas que percorrem alguns conceitos e teorias que permitam contribuir na idéia dançante deste texto.

⁶ “(...) se a produção de conhecimento engendra afetos que perpassam o corpo, ela pode mobilizar o desejo nas direções mais diversas. Logo, estamos ética e politicamente envolvidos com o conhecimento que produzimos, porque, mais do que uma operação neutra e unidirecional, produzir conhecimento significa produzir mundos nos quais também habitamos, ou seja, não somos, jamais, imunes às conseqüências” (GIACOMEL, et al, 2004, p. 90).

⁷ “Intituente é o processo mobilizado por forças produtivo – desejante – revolucionárias que tende a fundar instituições ou a transformá-las, como parte do devir das potências e materialidades sociais” (BAREMBLITT, 2002, p. 157).

⁸ “O é um registro vivo de vida transmitida, de vida levada, de esperança de vida e de cura. Seu valor está na sua capacidade expressiva para registrar reações imediatas, para ter sentimentos profundos, para pressentir. O corpo é um ser multilíngüe. Ele fala através da cor e da temperatura, do ubor do reconhecimento, do brilho do amor, das cinzas as dor, do calor da excitação, da frieza da falta de convicção, fala através do seu bailado ínfimo e constante, às vezes oscilante, às vezes agitado, às vezes trêmulo, fala com o salto do coração, o vazio no centro e com a esperança que cresce” (ESTES, 1994, p. 251).

Este corpo movimento produz a escrita dançante que assim como a escrita bailarina desconhece a permanência, pois está em constante processo de criação. Assim, a coreografia da vibrátil luta pela terra encontra-se disposta a entrar em cena.

Não quero que minhas palavras se fragmentem como pergaminhos antigos ou exalem o aroma de velhos mapas, mas desejo que elas reflitam meu profundo interesse em tais coisas. Quero contar uma história sobre uma viagem que estou empreendendo, uma viagem que vai além de todas as fronteiras conhecidas, e que discorre sobre possibilidades, em vez de abordar as coisas prosaicas que já conhecemos (COWAN, 1999, p. 23).

2.1 – Cercas Imaginárias da Questão Agrária: fragmentos da história entrelaçada pelo conceito corpo-camponês

Cercas construídas no decorrer dos anos que estabeleceram fronteiras, mesmo que invisíveis, em torno do modo de vida camponês, potencializando a produção de análises a partir de um olhar reacionário e fechado em si mesmo, limitado a considerar como verdade os escritos pautados em um imaginário instituído⁹ sobre o homem do campo, sobre o corpo deste homem considerado camponês, corpo que não está determinado, finalizado, mensurado a uma única análise, mas que está disposto a criar e recriar outros modos de vida. Para isso, faz-se necessário a ruptura com o imaginário social que tenta institucionalizar o corpo camponês, normatizando-o e naturalizando-o através daquilo que já foi dito, utilizando-se de um discurso. Segundo, Foucault:

⁹ Encontramos em Baremblytt a relação entre o instituinte e o instituído através do conceito teórico de ambos, assim entende-se que o instituído “transmite uma característica estática, estabilizada..., uma disposição que se poderia chamar a persistir em seu ser, a não mudar, que quando se exacerba, se exagera, se conhece politicamente pelo nome de conservadorismo e reacionarismo” (BAREMBLYTT, 2002, p. 30)

Todo discurso repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um “jamais-dito”, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro. Supõe-se, assim, que tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar. O discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele não diz; e esse não-dito seria um vazio minando, do interior, tudo que se diz. O primeiro motivo condena a análise histórica; o outro a destina a ser interpretação ou escuta de um já-dito que seria, ao mesmo tempo, um não-dito. E preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reproduzida (2002a, p. 28).

Para compreender o imaginário social, que se faz referência, trago dois autores que dialogam com esta categoria¹⁰. Portanto, “está suspenso no imaginário: a economia do capitalismo moderno só pode existir na medida em que ela responde às necessidades que ela própria confecciona” (CASTORIADES, 1995, p. 188-189). Para Fernández, o imaginário social são “sentidos organizadores (mitos) que sustentam a instituição de normas, valores e linguagem, pelos quais uma sociedade pode ser visualizada como uma totalidade” (1993, p. 62). Este imaginário circula em torno do campesinato, presente no espaço rural, por isso a importância de nas próximas páginas dialogarmos com autores que teorizam sobre o campesinato, principalmente em razão de considerarmos o espaço rural enquanto resistência e presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Portanto, apresentaremos alguns pesquisadores, que de forma direta ou indireta, elaboraram análises em torno desse imaginário instituído sobre o campesinato, desta forma, torna-se possível dialogar com as questões teóricas que circulam esta temática, possibilitando a percepção do corpo camponês no espaço rural enquanto modo de viver.

¹⁰ Confirmando a existência do imaginário em torno do espaço rural, vamos ao encontro de Martins, cita que: “a imagem do campo ainda é a imagem de uma sociedade referida a formas degradadas de ser e de relacionar-se” (2003, p. 134).

2.1.1 – O campesinato: aproximações ao corpo-camponês

A discussão em torno do espaço rural vem se constituindo há vários anos, inúmeros autores já se dedicaram a analisar a realidade rural promovendo debate em relação às categorias de análise que circulam neste contexto. A partir desta realidade é possível se deparar com divergências teóricas em torno do conceito da questão agrária, permeada pelo entendimento da categoria campesinato.

Encontramos debates sobre a questão agrária em Vladimir Lênin e Karl Kautsky considerados clássicos marxistas e das obras de Alexander V. Chayanov, denominado neoclássico. É possível perceber as diferenças na análise acerca da questão agrária, sendo de um lado a perspectiva defendida pelos marxistas e de outro por Chayanov, primeiramente, por Tepicht e demais estudiosos posteriormente, estes foram acrescentando o debate em torno do campesinato, ambos transparecem suas distinções teóricas e conceituais.

Marx constrói de forma extraordinária seu pensamento em torno da história, da economia e da produção da subjetividade. Pesquisa e compreende o sistema capitalista, sendo possível demonstrar suas perversas manifestações na sociedade, marcada pela contradição capital versus trabalho. Identifica a presença de duas classes sociais, composta de um lado pela burguesia, sendo esta detentora dos meios de produção e de outro pelo proletariado detentor dos modos de produção. Onde está o camponês?

No Dezoito Brumário a impressão que se tem é de que Marx expressa toda a sua indignação por aqueles setores sociais que deveriam ser aliados do proletariado. O mesmo reporta-se ao calor dos acontecimentos históricos ocorridos

na França, onde naquele momento os camponeses se aliam a aristocracia e a burguesia. É, neste sentido, que surge a famosa expressão do autor sobre o campesinato denominando-o de “saco de batatas”. O entendimento de Marx sobre o campesinato refere-se a estes acontecimentos históricos citados, mas que não permite analisar os modos de vida camponeses em geral. Diz Marx:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola um dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. (...) Uma pequena propriedade, outro camponês e outra família. (...) A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira porque batatas em um saco constituem um saco de batatas (1978, p. 115).

O “saco de batatas” não está inserido em nenhuma das classes sociais definidas pela corrente marxista, tendo em vista, que o camponês não é um burguês capitalista que detém os meios de produção e nem mesmo um proletário que vende sua força de trabalho. É importante deixar claro que os camponeses, quando mencionados, “apareçam como espécies fatalmente condenadas à diferenciação, e conseqüentemente à eliminação social” (ABRAMOVAY, 1992, p. 35). Por isso não encontramos em Marx um conceito de camponês, uma análise que circule em torno do campesinato. “É impossível encontrar uma questão agrária formulada explicitamente nos escritos de Marx” (ABRAMOVAY, 1992, p. 31).

No livro *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão* torna-se possível compreender as questões teóricas que perpassam a questão agrária dando ênfase ao campesinato, para tanto Ricardo Abramovay deixa claro que:

(...) é impossível encontrar na estrutura d'O Capital um conceito de camponês. Se, do ponto de vista marxista, é possível falar conceitualmente em classe operária e burguesia, campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo (1992, p. 35).

Contudo, Marx não se deteve a explicar o campesinato por considerá-lo como forma ou modo de produção pré-capitalista, que pouco interessava para o estudo do capitalismo industrial que emergia ferozmente.

A partir da perspectiva marxista destacam-se dois grandes clássicos sobre o tema "A Questão Agrária" de Karl Kautsky e "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia" de Vladimir Lênin, ambos publicados no ano de 1899. Devido a importância destas publicações foram consideradas na época como o IV livro de O Capital, realizando o esforço de complementar o vazio existente sobre a agricultura no capitalismo.

Os trabalhos escritos por Lênin trazem como marco a diferenciação social do campesinato, acreditava que o processo de aceleração da pobreza junto ao desenvolvimento do mercado levaria mais rapidamente ao processo de consolidação de uma revolução, ou seja, embora os camponeses possuíssem sua terra a miséria crescia de tal maneira que necessitavam assalariar-se para sobreviver. A chave para a tese de Lênin é que o campesinato se distingue pelo menor desenvolvimento da produção mercantil. Isto é, combinado com a suposição puramente teórica de que uma economia camponesa desse tipo, sob "o impacto do desenvolvimento capitalista, deve se dissolver em trabalho assalariado ou ser transformada em exploração capitalista" (WILKINSON, 1986, p. 54). As tendências apresentadas por

Lênin não se efetivaram, pois os camponeses resistiram em suas terras e fortaleceram-se no trabalho realizado em suas propriedades.

Já Kautsky apresentava a perspectiva de que o local onde os camponeses sobrevivem vai ao encontro de um espaço de superexploração, considerando que o trabalho do camponês não é valorizado, bem como a dificuldade do mesmo em aproximar-se do desenvolvimento técnico e das dificuldades econômicas enfrentadas. Por isso considera que os camponeses, por ele chamados de “pequenos produtores” não se integram ao processo de industrialização à agricultura por não enquadrar-se nas exigências do mercado. O argumento gira em torno da necessidade da produção familiar ser superior tecnicamente da grande exploração capitalista. Segundo Abramovay:

Sob o ângulo marxista o camponês só pode ser definido pela tragédia de seu destino social: ele será fatalmente extinto pela própria dinâmica da diferenciação entre os produtores (Lênin), bem como será incapaz de resistir à concorrência das grandes empresas agrícolas (Kautsky) (ABRAMOVAY, 1992, p. 23).

As previsões teóricas produzidas tanto por Lênin quanto por Kautsky não se configuraram, pois não se concretizou o aumento de trabalhadores assalariados provindos do espaço rural, nem mesmo efetivou-se o desenvolvimento técnico no sentido de superioridade dos camponeses sob os demais produtores. Estes acontecimentos analisados não se efetivaram na realidade, pois o movimento dos camponeses foi diferente, o camponês resistiu e permaneceu no espaço rural, não se extinguiu como era previsto pelos clássicos marxistas.

Faz-se necessário perceber que as discussões em torno do campesinato não devem se limitar apenas à análise marxista, por isso surge justamente à proposta de debate teórico a partir de outras visões e compreensões do camponês. “Todo esse

debate surgia da constatação, cada dia mais evidente, de que o campesinato não havia desaparecido, apesar das teorias proféticas dos clássicos do pensamento social agrário (...)" (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 78).

Sob uma outra perspectiva temos a obra de Alexander Chayanov (1888 – 1930), para o qual “o campesinato existe por responder a uma necessidade social” (ABRAMOVAY, 1992, p. 52). O autor Chayanov era economista de formação, desafiou-se em traçar uma teoria dos sistemas econômicos não capitalistas, tendo seu foco nas sociedades camponesas, isto é, passou a considerar a família camponesa como sendo a unidade econômica familiar não assalariada, confrontando as teorias de sua época. O mesmo baseou-se em levantamentos estatísticos na Rússia a partir de 1870, formula uma teoria sobre a economia camponesa partindo da distinção entre um modo de produção doméstico em contrapartida as organizações econômicas das sociedades escravistas, feudais e capitalistas. Foi um dos principais fundadores da Escola de Organização da Produção, fundada na Rússia por volta de 1900, esta foi constituída por economistas agrícolas e engenheiros agrônomos que tinham como objetivo contribuir junto aos camponeses, no sentido de aprimorar a gestão dos recursos por eles disponíveis. Além, de ser um conhecedor da questão agrária russa, Chayanov era um estudioso dos assuntos ligados ao desenvolvimento agrícola e ao cooperativismo na França, na Suíça, na Itália, na Alemanha e Bélgica.

É importante ressaltar que para este autor o trabalho do campesinato tem como objetivo a satisfação de suas necessidades, o modelo chayanoviano centra-se no grupo doméstico, cujo objetivo é garantir a satisfação de determinadas necessidades compreendidas como básicas (alimentação, habitação, vestimentas, entre outras) e não para obtenção do lucro. Para tanto, o autor dedicou-se a estudar

o modo de vida manifestado pelo camponês, a fim de compreender suas formas de vida. Assim, percebeu a identidade e unidade do campesinato, pois os camponeses se identificam uns com os outros no espaço onde vivem, criando um vínculo de unidade a partir das relações estabelecidas entre os camponeses. O autor passou a compreender a unidade camponesa, concomitantemente como sendo unidade de produção e unidade de consumo.

O autor também analisou a lei básica da existência camponesa onde se constitui o balanço entre trabalho e consumo, onde identifica-se a prioridade do camponês em suprir as necessidades de sua família. Além disso, ressalta a importância do cooperativismo como contraponto à coletivização forçada que vinha sendo imposta na Rússia no espaço rural, salienta que a produção cooperativa seria uma importante modalidade assumida pelos camponeses.

Além disso, considera-se a fundamental contribuição deste autor para o entendimento do campesinato, o mesmo dedicou anos de estudo, a fim de formular uma definição em torno do modo de vida camponês considerando a família como base para este conceito:

Nuestra tarea es el análisis de la organización de la actividad económica de la familia campesina, una familia que no contrata fuerza de trabajo exterior, que tiene una cierta extensión de tierra disponible, sus propios medios de producción y que a veces se ve obligada a emplear parte de su fuerza de trabajo en oficios rurales no agrícolas (CHAYANOV, 1974, p. 44).

Neste sentido, na unidade campesina “la familia que la dirige” (CHAYANOV, 1974, p. 47), é uma unidade caracterizada pela unidade familiar e que demonstra, num primeiro momento, suprir as necessidades para subsistência, este é o objetivo da análise “... onde a base seja a própria família e as determinações que a estrutura familiar impõe sobre o comportamento econômico” (ABRAMOVAY, 1992, p. 23).

Um segundo autor, influenciado pelo modelo chayanoviano, é Jezy Tepicht, ao analisar o campesinato polonês, percebe o caráter familiar da economia camponesa, passa a relativizar a dicotomia consumidores/produtores. Para este autor o grupo doméstico não contém apenas unidade de consumo e unidade de produção, mas forças plenas, homens em idade produtiva, e as forças marginais, que seriam as mulheres, os idosos e crianças, as forças marginais são intransferíveis. Assim, nota-se que tanto Chayanov e como Tepich focalizam em suas análises a composição interna do grupo doméstico, embora adotem perspectivas distintas em relação a produção econômica da família.

Desta forma, os autores Lênin, Kautsky, Chayanov e Tepicht, através de suas análises teóricas sobre o campesinato, a partir de modelos economicistas europeus, influenciaram a composição dos textos brasileiros sobre o rural, marcando o viés de análise a partir do modo de produção econômico. Desta forma, torna-se necessário compreender o campesinato marcado pela resistência cotidiana expressa por este modo de viver, sendo assim, nota-se a importância do campesinato manifestado nos assentamentos de reforma agrária do MST atualmente. Configurando as influências das perspectivas teóricas em torno do campesinato surge no próximo item a discussão em torno do campesinato brasileiro, a fim de aprofundar a discussão do espaço rural na atualidade.

2.1.2 O campesinato brasileiro e suas configurações no espaço rural

Desde fins do século XIX, o espaço rural brasileiro passou a ser objeto de estudo, a partir da curiosidade que despertava nos estudiosos e pesquisadores, em razão dos distintos modos de viver no rural, modo de vida que havia desaparecido

das grandes cidades. A leitura de muitos teóricos em relação ao campesinato, brasileiro está alicerçada no estabelecimento de imagens, consolidando um imaginário instituído que fixa, seleciona, valora, dita, esvazia e reduz o campesinato apenas ao viés econômico, determinando padrões no modo de viver camponês.

Grande parte da literatura sobre sociedades camponesas no Brasil está ancorada em um imaginário instituído, limitado, sobre o corpo do homem do campo. Cria-se, neste sentido, uma identidade cultural reacionária e fechada sobre si mesma, em que os mesmos falam as mesmas coisas para os mesmos. Naturalizações e definições do que é o desejo, sempre ligado à reprodução da espécie, institui no corpo do camponês um *corpo mais-valia*, um *corpo-mutilado*, um *corpo-funcional*, um *corpo-bíblico*, via uma literatura que, curiosamente, organiza, simplifica e seleciona discursos que desembocam em um persistente retorno ao Mesmo (ROGERS, 2006, p. 1).

A partir da leitura em alguns autores nos encontramos com esta perspectiva arcaica da literatura brasileira sobre o modo de vida no espaço rural, não sendo diferente o enfoque em relação ao campesinato. Desta forma, alguns autores contribuem nesta discussão e outros se manifestaram enquanto contraponto a esta perspectiva homogênea

Inicialmente citamos Oliveira Vianna (1920), este autor encontrou no sul do país, as disputas consolidadas no espaço rural entre proprietários – fazendeiros e trabalhadores da fazenda, este produziu análises em relação aos que não viviam nas fazendas e não obtinham a proteção paternalista dos fazendeiros, considerando-os enquanto população preguiçosa e vadia apresentava as raízes biológicas enquanto mecanismos de explicação, ou seja, a interpretação biológica explicava o “atraso caboclo”, portanto essa população mestiça e cabocla necessitava ser dominada por autoridades, no caso os fazendeiros. Estas

perspectivas instituídas servirão para a interpretação do espaço rural brasileiro, num dado período.

Faz-se, ainda, referência a Gilberto Freyre, responsável pela sedutora obra *Casa Grande e Senzala*, transparecendo a dicotomia existente no espaço rural. Outro importante autor a ser citado é Caio Prado Júnior (1963), o mesmo passa a analisar os sujeitos que compõem o espaço rural. Não podemos deixar de fazer referência a Antonio Cândido (1964), publicou *Os parceiros do Rio Bonito*, passou a descrever as características específicas da existência dos sitiantes, coletivo no espaço rural que não pertencia aos fazendeiros e nem aos trabalhadores sem terra, ou seja, eram aqueles que continuavam sobrevivendo do cultivo da terra, em seus poucos hectares, produzindo para subsistência. Seguiu as mesmas análises Pereira de Queiroz (1976), responsável pela obra: *O campesinato brasileiro*. Além destes, citamos: Octavio Velho (1972), publicou: *Capitalismo autoritário e campesinato*, Moura (1978), Tavares dos Santos (1978), publicou: *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*, Garcia Júnior (1983), responsável pelo livro: *Sul, o caminho do roçado*. Além destes, não podemos deixar de fazer menção aos autores Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, José de Souza Martins, entre outros, que produziram estudos em torno do espaço rural brasileiro e suas manifestações¹¹. Nesse sentido, estes pesquisadores se destacam na introdução dos estudos rurais brasileiros, contribuindo para a construção da temática do campesinato¹².

Assim, o que seria um camponês? Na verdade não se pretende fechar um conceito instituído sobre o campesinato, mas algumas questões teóricas que nos

¹¹ Estes autores citados cronologicamente, a partir das suas obras, foram citados a partir da leitura realizada no livro *O campesinato brasileiro* escrito por Pereira de Queiroz e, 1976, outros foram citados devido a importância teórica em torno do campesinato no Brasil.

¹² Rogers em sua dissertação de mestrado explicita a configuração do texto brasileiro sobre o rural, permitindo a reflexão em torno da temática campesinato.

permitam aproximar do entendimento em torno do modo de vida camponês. Desta forma:

Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existe antes daquilo que convenciamos chamar de ciência (MOURA, 1986, p. 9).

Esta citação vai ao encontro com a perspectiva que se consolida nesta escrita, acreditando neste modo de vida camponês, neste corpo camponês, para tanto esta análise defronta-se com algumas perspectivas teóricas que aguardavam o desaparecimento deste modo de vida¹³. A proposta não é a de um corpo camponês já dado, definido, mas a criação e reinvenção da vida, a partir das suas heterogeneidades.

Infelizmente, acompanhando algumas análises de trabalhos teóricos, em torno do camponês, nota-se que este na maioria das vezes é pensado a partir de sua individualidade, um eu, subordinado a um nós, ou seja, já está fadado, naturalizado, autorizado, a relações de submissão. Refere-se a uma idéia que contribui para engessar, fixar e valorar as sociedades camponesas, a partir de um “modelo ideal de parentela, fomentado por uma imaginação sociológica, criação imotivada que só é no e pelo estabelecimento de imagens” (ROGERS, 2006, p. 30).

¹³ Segundo Queiroz, “os caracteres do campesinato continuam os mesmos, (...)A família constitui sempre a unidade social de trabalho e exploração da propriedade, sendo que os produtos, satisfazem às necessidades essenciais da vida; as tarefas do trabalho se dividem entre todos os membros do grupo doméstico, em função das faculdades de cada um, formando, uma equipe de trabalho. (...) ligação vigora com seus meios de subsistência” (1976, p. 18).

Portanto são produções de imagens sobre o camponês, num viés econômico, que prevalecem na sociedade.

Assim, pode-se perceber que atualmente é possível nos encontrarmos com o camponês, um camponês não é apenas parte de uma “classe grosseira”, ele é igualmente parte de um mundo grosseiro e cruel. Portanto, a luta pela “autonomia (e pela sobrevivência, pela dignidade, por uma vida melhor) em uma sociedade que condena pessoas à submissão, dependência, privação e as ameaças com a deterioração de seus meios de vida, torna-se central para a “condição camponesa”” (PLOEG, 2006, p. 20).

Considera-se que o camponês modificou-se ao longo do tempo, assim, destaca-se que uma das “condições camponesas”, expressão utilizada por PLoeg, faz referência a produção familiar no espaço rural que prioritariamente produz para subsistência e posterior comercialização¹⁴. Considero importante fundamentar esta questão da produção descrevendo trechos de uma entrevista realizada, onde se torna possível perceber a questão do autoconsumo e a importância da subsistência presente no assentamento.

- (Assentada A) Aqui a gente primeiro produz pra consumir, pra subsistência da família, né, e depois pra comercializar. Essa questão do autoconsumo é proposta do Movimento, onde as famílias devem primeiro se preocupar com a subsistência, ter de tudo na propriedade, isso é importante.

- O que é autoconsumo? Poderias explicar como isso acontece no cotidiano?

- (Assentada A) Autoconsumo é ter de tudo, aqui na cooperativa, a gente tem o leite que é pra autoconsumo e comercialização, do leite a gente faz o queijo, tem iogurte, manteiga, nata, tem também o pomar de pêssego que a gente consome e comercializa, daí tem a fruta do pêssego, a gente, as mulhé fazem suco, geléia, compota,

¹⁴ Há inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo; o trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos de lucro, pois o custo objetivo do trabalho familiar não é quantificável; os objetivos da produção são os de produzir valores de uso e não valores de troca (LAMARCHE, 1993, p. 16).

tem também o porco que serve como carne, tem banha pra gente usa, faz lingüiça, tem galinha, ovos, tem a carne do gado, a gente também tem feijão, plantamo na horta de tudo um pouco, tem alface, batata, tomate, beterraba, cenoura, couve, tempero, e mais coisa.

- Vocês compram o que no mercado?

- (Assentada A) A gente compra farinha e arroz que foi a única coisa que não conseguimos produzir aqui no assentamento, a gente até tentou, mas não conseguiu. O sal também. (22/01/2009).

Através destas palavras torna-se possível perceber que a potência existente na produção do autoconsumo afirma a resistência molecular dos modos de viver das famílias assentadas, onde estas não produzem apenas alimentação, mas a própria vida campesina.

É visível a influência dos clássicos autores nas perspectivas atuais, não se pretende negar essa influência, mas inclusive considerar seus importantes traços para a discussão teórica da questão agrária. O que se propõem, aqui, nesta escrita/dissertação, é dialogar com demais autores que servirão como ferramentas para aprofundar teoricamente o rural enquanto espaço onde se consolida a vida, não num sentido romântico e de perfeição, mas no sentido de potencializar este espaço enquanto produção cotidiana de resistência e de produção da vida. Considerando a poesia¹⁵ que está presente na vida.

Não se pretende aqui, refazer um campesinato que já está marcado na historiografia¹⁶ e sim um campesinato que surge nesse tempo e nessa história¹⁷.

¹⁵ “Os filósofos edificantes querem manter o espaço aberto para a sensação de admiração que os poetas podem por vezes causar – admiração por haver algo de novo debaixo do sol, algo que não é uma representação exata do que já ali estava, algo que (pelo menos no momento) não pode ser explicado e que mal pode ser descrito” (RORTY, 1988, p. 286).

¹⁶ Encontramos em Barembliitt a definição de historiografia: “trata-se de um relato dos fatos históricos, aparentemente claro e acessível. Em geral é uma versão “oficial” que foi conservada e divulgada por coincidir com os interesses do Estado, das classes dominantes e do instituído – organizado – estabelecido, que possuem mecanismos para arquivar e selecionar os dados que lhes convém. Esses textos historiográficos são apresentados como descrições “objetivas” neutras e preferenciais, quando não exclusivas. A rigor, consistem apenas numa versão a mais, tão tendenciosa como qualquer outra, mais importante pelo que omite ou disfarça do que pelo que afirma” (2002, p. 154).

¹⁷ Historiar é um processo de conhecimento que pretende construir os acontecimentos nos tempos, mas que o faz assumindo que qualquer registro inclui os desejos, os interesses, as tendências de quem faz História. Porque a versão que se tem da História é sumamente importante, enquanto

Considerando a história como um processo de conhecer os diferentes acontecimentos construídos nos distintos tempos e não uma história que “seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba em uma página” (VEYNE, 1998, p. 18). Neste sentido vamos de encontro com diversas escritas sobre o rural que partem do pressuposto instituído, estando fechada sobre si mesma, sem dar espaço ao diferente e ao novo¹⁸. Algumas vezes acabamos escrevendo sobre vidas em uma única página, sobre modos de viver dos assentados sem que eles façam parte do processo, estabelecendo relação utilitarista e tirana em relação aos camponeses que fazem parte deste tempo e desta história.

Assim, pretende-se demonstrar o modo de viver do camponês permeado por afetos, por paixões, por encontros e desencontros, por modos de vida transversalizados¹⁹ pelas linhas de produção. Surgindo o desejo de saber sobre “(...) o Outro-camponês, em que os processos de subjetivações, as micropolíticas do cotidiano no homem do campo são devidamente traçados, filtrados, sob a égide de um silenciamento, no mínimo instigante, no que concerne ao corpo e suas paixões” (ROGERS, 2006, p. I).

Portanto, nos encontramos com este outro-camponês, potencializando nesta pesquisa encontros e afetos da vida, para além de um corpo pré-determinado e reconhecido por uma literatura arcaica. Além disso, pontua-se, aqui, as tentativas

justifica as ações e paixões que se protagonizam no presente e, geralmente, justifica e propicia um projeto futuro para a vida social, ou seja, todos os movimentos sociais que se deflagram, que se impulsionam para chegar a este porvir (BAREMBLITT, 2002, p. 37-38).

¹⁸ “O novo é, neste sentido, definido pela ligação, pela coexistência de diversas camadas do tempo, nunca perdidas, jamais ultrapassadas definitivamente, mas conservadas desde sempre e reunidas nas formas cognitivas da atualidade” (KASTRUP, 2003, p. 61).

¹⁹ “Transversalidade veiculada pela linhas de fuga do desejo e da produção é uma dimensão do devir que não se reduz nem à ordem hierárquica da verticalidade nem à ordem informal da horizontalidade nas organizações. A transversalidade é capaz de provocar sínteses insólitas entre elementos incompatíveis, gerando efeitos à distância sem transmissores detectáveis, a partir de conexões locais. É uma travessia molecular dos estratos molares” (BAREMBLITT, 2002, p. 171).

dos assentados em resistir ao mercado capitalista²⁰, de produzir para o autoconsumo da família e depender cada vez menos do produto ofertado pelo mercado. O simples cultivo de alimentos livres de agrotóxicos apresenta um jeito de viver que autodecide sua organização no espaço rural²¹. Para tanto, é preciso reconhecer que nesse processo existe agenciamento²² capaz de gerar diversos acontecimentos que afetam aos modelos e que desacomodam determinações macro.

O macro é o lugar da ordem, é o lugar das entidades claras, dos limites precisos, é o lugar da estabilidade, da regularidade, da conservação. O micro, dito tanto no sentido físico, químico, biológico quanto no sentido social, político, econômico e desejante, é o lugar das conexões anárquicas, insólitas, impensáveis. O macro é o lugar da reprodução, e o micro é o lugar da produção; o macro é o lugar da conservação do antigo ou da propiciação do novo previsível, e o micro é o lugar da eclosão constante do novo; o macro é o lugar da regularidade e das leis, o micro é o lugar do aleatório e do imprevisível (BAREMBLITT, 2002, p. 41).

O espaço que se fala não é um espaço abstrato e nem tão pouco fechado sem possibilidades de transformações micro, mas um espaço que não se prende a fronteiras²³, não se apropria do movimento da vida dos camponeses. É um espaço

²⁰ “O campo de luta se manifesta nas diversas tentativas de resistência contra a hegemonia mercadológica. A exigência de produzir alimentos para vender é marcada pelo custo das vidas que se subalternizam a condições não expressivamente escolhidas por ela. Tudo é fabricado a partir da imposição capitalística, pois o território está muito bem demarcado” (RIBEIRO, 2004, p. 77).

²¹ “(...) a única solução para o problema sócioambiental que atravessamos está num manejo ecológico dos recursos naturais, em que apareça a dimensão social e política que traz a agroecologia e que esteja baseada na agricultura sustentável que surge do modelo camponês em sua busca por uma soberania alimentar. (...) é o ponto de partida de qualquer estratégia de desenvolvimento rural sustentável, no que aparece uma propensão à mudança baseada na resistência camponesa” (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 11).

²² “Agenciamento é uma montagem ou artifício produtor de inovações que gera acontecimentos e devires, atualiza virtualidades e inventa o novo radical” (BAREMBLITT, 2002, p. 135).

²³ Fronteira está relacionada com o modo de pesquisar da cartografia, no sentido de compreendermos que o sujeito-pesquisador e objeto-pesquisado não possuem um lugar fixo, não irá se defender fronteiras do saber, mas as multiplicidades deste saber. O pesquisador não é mais simplesmente “o observador, mas o que desliza junto e mistura-se à paisagem híbrida de saberes e práticas. O pesquisador não se torna neutro, mas completamente envolvido na rede de complexidades do pensar. Isso o faz enrolar e desenrolar os nós de sua pesquisa, ao explorar seus domínios e brechas” (MOEHLECKE, 2005, p. 80).

que desregula, que desestrutura. É um espaço que tem uma velocidade rompante incontrolável porque não se curva tão fácil frente à sociedade de controle. “Um espaço de metamorfose das relações e do surgimento das maneiras de ser; um espaço em que se unem os processos...” (LÉVY, 2003, p. 121). Contudo, é preciso ter o cuidado de perceber que o espaço aqui apresentado não se configura como “lugar ideal” o campesinato não é romanticamente analisado como espaço onde nos encontramos com a perfeição, mas onde nos encontramos com o cotidiano dos camponeses. Cotidiano aqui considerado é a vida do dia a dia onde a rotina também faz parte. “O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia, nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente” (CERTEAU, 1998, p. 31). O cotidiano não se opõe a história ao contrário lê a história das micropolíticas²⁴ existentes no espaço campesino, pois são manifestações que surgem no bojo das lutas e, portanto de suas tentativas de produção da vida.

Assim, considerando o corpo-camponês, irei traçar alguns fragmentos da história da questão agrária, através de uma atividade genealógica²⁵, ou seja, uma trama, um drama, uma mistura de gente, acontecimentos²⁶ e fatos que o

²⁴ A questão micropolítica – ou seja, a questão de uma analítica das formações do desejo no campo social – diz respeito ao modo como o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de “molar”) se cruza com aquele que chamei de “molecular”. Entre esses dois níveis, não há uma oposição distintiva, que dependa de um princípio lógico de contradição. Parece difícil, mas é preciso simplesmente mudar de lógica. (...) as lutas sociais são, ao mesmo tempo molares e moleculares” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 149).

²⁵ Encontramos em Foucault o que chama de genealogia: “... o acoplamento dos acontecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e da utilização deste saber nas táticas atuais. (...) trata-se de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns” (1999, p. 13).

²⁶ “É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que entram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta” (FOUCAULT, 2002b, p. 28).

constituíram. Parto da idéia de lembrar os povos que habitavam nosso país e vieram a habitar, bem como os que foram se inventando pela mistura desses múltiplos povos. Desta forma, torna-se possível ir cartografando as teias de poder e as vidas que se manifestam na constante luta que percorre a reforma agrária no país. Esses fragmentos históricos possuem significado, não são neutros e estão produzindo subjetividades hegemônicas e processos de singularização²⁷, permitindo a reflexão sobre estes acontecimentos, no sentido da inversão das diferentes relações de força que modificam os rumos já traçados.

Assim, o genealogista se propõem a encontrar no começo histórico das coisas não a identidade preservada da origem, mas sim a discórdia entre as coisas. Pretende fazer aparecer todas as discontinuidades, as contradições que se transversalizam. Portanto, se propõem a dizer que a vontade de saber não se aproximará de uma verdade universal, única, nem de um domínio exato, ao contrário, aumentará os riscos, os perigos, as incertezas, desfará a unidade do sujeito considerando que “o saber exige, hoje, fazer experiências sobre nós mesmos, exige o sacrifício do sujeito de conhecimento” (FOUCAULT, 2002b, p. 19).

A genealogia será utilizada como tática para reativar saberes que historicamente foram soterrados e desqualificados, nota-se que a história se faz necessária, sendo importante saber reconhecer os acontecimentos da história²⁸, suas surpresas, suas diferenças, ressaltando marcas do inesperado e do imprevisível. A história não é apenas a reconstrução do que já aconteceu, de um

²⁷ O processo de singularização da subjetividade se faz emprestando, associando, aglomerando dimensões de diferentes espécies. Pode acontecer de processos de singularização portadores de desejo encontrarem processos de individualização. Nesse caso, trata-se sempre de processos de responsabilização social, de culpabilização e de entrada na lei dominante (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 46).

²⁸ “... a história não é a experimentação, ela é apenas o conjunto das condições quase negativas que possibilitam a experimentação de algo que escapa à história. (...) consiste em remontar o acontecimento, em instalar-se nele como um devir, em nele rejuvenescer e envelhecer a um só tempo, em passar por todos os seus componentes ou singularidades” (DELEUZE, 1992, p. 211).

passado que já está morto, definido, ao contrário o interesse gira em torno de reconstruir o passado que está vivo no presente e se propõem determinar a construção de um porvir²⁹.

Portanto, não existe uma única história, mas histórias permeadas por multiplicidades econômicas, sociais, culturais, ideológicas, cada uma ocorrendo num tempo que não pode ser igual e uniforme. “Não se trata de um tempo cíclico, tal como se atribui aos antigos, de maneira apressada, mas antes de uma estrutura profunda, pela qual o tempo reconcilia-se consigo mesmo, onde começo e fim rimam (...)” (PELBART, 1998, p. 185).

Será possível nos depararmos com fatos históricos que são conservados e publicados conforme interesses próprios? Claro, cotidianamente estamos nos encontrando com interesses do Estado, é importante considerar que o Estado era inicialmente “uma unidade abstrata que integrava subconjuntos que funcionavam separadamente e agora está subordinado a um campo de forças que coordena e exprime relações de dominação e subordinação” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 227). Além dos interesses do Estado³⁰, nos encontramos com os interesses das classes dominantes, do instituído, sem se quer questionar esta versão marcada por

²⁹ “Hoje não há mais profeta capaz de falar de deserto de contar o que sabe de um povo porvir, por construir. Só há militantes, ou seja, pessoas capazes de viver até o limite a miséria do mundo, de identificar as novas formas de exploração e sofrimento, e de organizar, a partir dessas formas, processos de libertação, precisamente porque tem participação ativa em tudo isso” (NEGRI, 2001, p. 23).

³⁰ Conforme Foucault: “desde o século XVIII, vivemos na era do governamentalidade. Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade” (2002b, p. 292). Foucault reitera que na história dos saberes construídos sobre o Estado percebe-se uma supervalorização do problema do Estado. Daí decorrem duas principais análises do autor: uma que reduz ao Estado funções relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas e outra que o torna absolutamente essencial, ocupante de uma posição privilegiada nos meios de produção.

aquilo que lhes convém, por uma versão tendenciosa e interesseira. Apresenta-se como impessoal, através de uma falsa neutralidade que se manifesta através da descrição desses fatos.

Desta forma, desejo construir os acontecimentos. O que interessa, aqui, não é mapear os fatos históricos como um todo estático, mas potencializar a metamorfose, como conhecimento de processos vigentes no presente. No sentido de considerar sua diversidade, através dos seus atravessamentos e de suas discontinuidades, com a intenção de saber o lugar que ocupa a questão agrária. Portanto, no próximo item pretende-se apresentar acontecimentos que circulam a questão agrária brasileira e a luta pela terra, tendo em vista perpassarem o desejo de conquista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, potencializando nesta luta pela terra a presença do modo de viver camponês, demonstrando as potencialidades expressas nos acontecimentos que marcam a questão agrária brasileira marcadas por alguns ideais camponeses.

2.2 – O ritmo descompassado da Questão Agrária Brasileira

A coreografia desta escrita-dança se modifica, vamos para um outro ato deste espetáculo. Fecham-se as cortinas para a nova composição do palco, enquanto isso a ansiedade toma conta da platéia. As cortinas repentinamente se abrem. O encontro ocorrerá com o movimento da escrita pelo ritmo descompassado da questão agrária brasileira, bem como pela relação da questão agrária³¹ com a luta

³¹ A questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção... Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e

pela terra pincelando algumas análises que circulam estas questões. Trazendo uma dança marcada por conflitos, contradições e estigmas historicamente produzidos.

2.2.1 – Questão Agrária no Brasil: movimentos pela história

A dança tem seu início trazendo alguns movimentos marcados pela história do Brasil, reportando a análise de acontecimentos que perpassam a realidade até os dias atuais, demonstrando que as lutas em torno da questão agrária estão marcadas pelo modo de vida camponês. A escrita pretende relatar os processos que desenham estes acontecimentos.

Reconstruir esse processo, entendê-lo em toda a sua complexidade... parece impossível. Impossível porque só temos o testemunho de um dos protagonistas, o invasor. Ele é quem nos fala de suas façanhas. É ele, também, quem relata o que sucedeu aos índios e aos negros, raramente lhe dando a palavra de registro de suas próprias falas. O que a documentação copiosíssima nos conta é a versão do dominador (RIBEIRO, 2006, p. 27).

Neste momento a tentativa se fará no sentido de romper com a versão dominadora, ouvindo as vozes sufocadas e caladas ao longo dos anos. Através de autores que nos apontem para a ruptura desta submissão e subalternidade, referendando aqueles que tiveram seus corpos castrados por interesses de dominação³² e controle³³.

assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra... a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política (FERNANDES, 2001, p. 23).

³² “Dominação: imposição, por diversos meios, da vontade de indivíduos, grupos ou classes sobre outros. Os instituídos – organizados – estabelecidos em especial o Estado e o grande capital, mantêm seus privilégios dominando a vontade coletiva ou majoritária. A dominação é simultaneamente política, econômica, jurídica, semiótica, etc, e frequentemente consegue contar com a passividade e também com a colaboração dos dominados (servidão voluntária)” (BAREMBLITT, 2002, p. 146-147).

O controle das terras e espaços onde se consolidavam o habitar dos povos que aqui habitavam, passaram a ser cercados por um imaginário atravessado pela dominação e consolidação das distintas formas de poder. Este imaginário foi construído em torno da terra, enquanto propriedade, sem ser questionado, “imaginário que não quer o questionamento nem a ruptura com o poder constituído, sustenta a concentração de riqueza e de terra no Brasil” (RIBEIRO, 2008, p. 84).

As cercas surgem a partir de 1500 quando ocorre a “invasão européia” (RIBEIRO, 2006, p. 44), invasão, no sentido de entendermos que essas terras brasileiras eram ocupadas pelos povos indígenas, “o Brasil não estava aqui a espera de Cabral”, portanto não fomos “descobertos”, o país não foi encontrado ao acaso. Ocorreram invenções históricas e construções culturais em torno desta “descoberta”. O Brasil pode ser considerado como “criação dos conquistadores europeus”, sendo institucionalizado como colônia de Portugal. Por um longo período o Brasil ficou subalternizado aos interesses expressos pela monarquia portuguesa, se consolidando em cima de relações marcadas pela subalternidade e dominação.

Do ponto de vista histórico, ou seja, econômico, social e político, sabemos por que se realizam as grandes navegações, as conquistas e a colonização, isto é, sabemos que são elas constitutivas do capitalismo mercantil (CHAUI, 2007, p. 57-58).

Trazendo fragmentos do “descobrimento” e “surgimento”³⁴ do país, torna-se possível considerarmos estes acontecimentos como construção designada como “mito fundador”, definido por Chauí. Nos séculos XVI e XVII surgem três

³³ “Controle não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalhá-lo detalhadamente, de exercer sobre ele uma coerção sem folga, (...) realizam a sujeição constante de suas forças” (FOUCAULT, 2006, p. 118)

³⁴ O entendimento desta “descoberta e “surgimento do Brasil é encontrado nos livros didáticos de história distribuídos pelas escolas brasileiras apenas com o relato do invasor, ou pelo menos produzindo entendimento de conformismo frente a nossa história, estes relatos omitem trechos e acontecimentos que ocorreram com o nosso povo, principalmente quando pensamos nos indígenas.

manifestações divinas deste mito fundador, que respondem à realidade brasileira: “a obra de Deus, isto é, a Natureza, a palavra de Deus, isto é a história, e a vontade de Deus, isto é, o Estado”. Assim, nota-se a força da determinação teológica para justificar a apropriação do território que não pertencia aos portugueses. “... o mito fundador é construído sob a perspectiva do que o filósofo Espinosa designa com o conceito de poder teológico-político” (CHAUI, 2007, p. 58).

Ao falarmos em mito nos reportamos a um vínculo estabelecido internamente com o passado enquanto origem, um passado que não cessa que se conserva no presente, e por isso não permite a compreensão do presente e as diferenças produzidas no tempo. Portanto, um mito fundador é aquele que “não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (CHAUI, 2007, p. 9).

Assim, o mito fundador do Brasil nos aponta para acontecimentos que nos fazem questionar ao longo da história o seu descobrimento. Simplesmente acreditávamos e nos era ensinado nas escolas que alguém chamado Pedro Álvares Cabral nos “achou” em 1500, estavam aqui os índios e os portugueses encontraram terras brasileiras por puro acaso. Não estava o Brasil “deitado eternamente em berço esplêndido” a espera dos portugueses para ser finalmente encontrado. Podemos considerar que desde aqui se inicia a submissão e permissão do povo brasileiro. No livro, autoria de Marilena Chauí, Brasil: mito fundador e sociedade autoritária, nos deparamos com a análise de que o Brasil é uma invenção histórica e uma construção cultural, a partir da consolidação deste mito.

Neste sentido, a construção e o desenvolvimento dessa idéia referem-se ao mito fundador do Brasil. Servindo aos interesses dos que mandam e sempre

mandaram em nosso país, ao menos demonstram considerarem-se “proprietários” do país.

Essa idéia de propriedade e de subalternidade é que permite alguém considerar que os índios são ignorantes, que os negros são inferiores, as mulheres são submissas, o povo nordestino é vagabundo, ignorar fatos determinantes da nossa história e desconhecer lutadores do povo, mas ao mesmo tempo proclamar que se orgulha de ser brasileiro considerando que somos um povo sem preconceitos e composto por uma mistura de raças. Alguém pode demonstrar sua indignação ao ver crianças perambulando pelas ruas em busca de esmola, comida ou um “simples” teto, com moradores de rua que vão de crianças a idosos e que pernoitam pelas calçadas das cidades por não terem um lar, com pessoas mexendo nos lixos em busca de comida e sustento, com a violência sem limite, com o desperdício das terras improdutivas, com os massacres dos sem-terra, mas por outro lado afirma se orgulhar de ser brasileiro em razão de sermos um povo pacífico, cordial, que mantém a ordem e é inimigo da violência.

Defendemos e reproduzimos as palavras contidas em nossa bandeira: “ordem e progresso”, mantemos a “ordem” em razão de adquirirmos o “progresso”³⁵. Será? Cotidianamente toleramos a existência da exploração, exclusão, desigualdades sociais, injustiças, submissão, enfim, nos indignamos, mas logo nos conformamos com os acontecimentos e não resistimos. Defendemos a ordem. Silenciamos. Fingimos que nada está acontecendo. Fechamos nossos olhos e ouvidos, anulamos nossos sentidos.

³⁵ Cito um trecho do hino do MST: “Queremos que abrace esta terra por ela quem sente paixão quem põe com carinho a semente pra alimentar a Nação. A ordem é ninguém passar fome. Progresso é o povo feliz. A Reforma Agrária é volta do agricultor à raiz”. Nota-se através destas palavras a importância que o Movimento expressa em relação a reforma agrária, bem como de uma ordem e progresso que seja para as necessidades do povo e não em defesa de uma minoria. Hino de autoria do músico Zé Pinto.

O silêncio tem deixado suas marcas por vários anos, desde o dito descobrimento desenhou-se na realidade brasileira quem ditaria as “ordens”. A construção das cercas destruíram o modo de vida indígena que aqui transbordava sua liberdade, abafaram a simplicidade do seu modo de vida, descartaram suas manifestações de resistência e cultura.

Desde a chegada dos invasores no Brasil, estes deixaram transparecer seus interesses, determinando uma postura de autoritarismo e dominação em relação aos povos que aqui habitavam. Amedrontando os índios e transformando-os, “depois do pau-brasil, a principal mercadoria de exportação para a metrópole” (RIBEIRO, 2006, p. 38). Desbravaram nossas terras e passaram a considerá-las propriedade da Metrópole, passaram a chamar este território de Colônia. Portanto, nas décadas marcadas pelo “achamento, descoberta ou invasão do Brasil, surgiram descrições cada vez mais minuciosas das novas terras. Assim, elas iam sendo apropriadas pelo invasor...” (RIBEIRO, 2006, p. 52).

Assim sendo, nota-se que a questão agrária brasileira configura-se num quadro de elevada concentração fundiária, constituída historicamente pela ação daqueles que utilizam a terra como instrumento de poder econômico e político. Quem detém grandes propriedades de terras tem o poderio político e quem detém o poderio político detém a propriedade da terra. Tal situação gera conflitos por força da expropriação de uma grande margem da população, na qual se insere o trabalhador rural.

Este é um problema estrutural que tem suas raízes no período da colonização, desde as capitânicas hereditárias³⁶, passando pelas sesmarias e pela

³⁶ Os portugueses dividiram as terras em capitânicas hereditárias “foi a primeira forma de dividir a terra, (...) concessão de uso, em que a coroa destinava grandes extensões de terras a donatários, amigos e prestadores de serviço à coroa, (...) Segundo muitos historiadores, é ali, que nasce a

regulamentação da propriedade fundiária. A regulamentação, primeiramente ocorreu através da consolidação da Lei de Terras no século XIX e posteriormente apenas no ano de 1964 foi promulgado o Estatuto da Terra, editado logo no início do regime militar, considerado o primeiro passo para realização da reforma agrária, mesmo com base na legislação, sabe-se que lei de nº 4.504 apenas se efetiva através da luta e resistência coletiva. Já no primeiro capítulo composto pelos princípios e definições, nos deparamos com o “Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.”

As diferentes formas de controle estabelecidas pelos invasores- dominadores potencializaram momentos de luta e resistência do povo brasileiro. Utilizo aqui o termo povo brasileiro na perspectiva de Darcy Ribeiro (2006), o encontro será marcado com um Brasil de índios, de caboclos, nativos, negros escravos e imigrantes. Os diferentes personagens do nosso país demonstram suas lutas desde o século XVI, ou seja, o conflito e confronto pelo direito à terra provocou inúmeras revoltas populares, algumas obtiveram êxitos e outras nem tanto, estas manifestações populares configuram a potência dos seus ideais de libertação.

O povo que se consolidou neste território geográfico durante os diferentes períodos históricos do Brasil, marcados por distintos fragmentos, lutou contra o processo de dominação e controle realizado, primeiramente pelos portugueses, após pelas oligarquias, enfim, pela elite brasileira. Aproveitamos para descrever alguns acontecimentos do povo brasileiro que não aceita pacificamente a imposição dos dominadores.

A luta pela terra teve seu início no período colonial, após a invasão dos portugueses. É possível citar como acontecimento histórico a Confederação dos Tamoios, esta foi considerada a mais importante das confederações, a mesma foi estabelecida pelos índios Tupi, no período de 1563 a 1567. Neste período, “os Tupinambá do Rio de Janeiro e os Carijó do planalto paulista, ajudados pelos Goitacá e pelos Aimoré da Serra do Mar, para fazerem a guerra aos portugueses e aos outros grupos indígenas que os apoiavam” (RIBEIRO, 2006, p. 29). No fundo os índios “jamais estabeleceram uma paz estável com o invasor, exigindo dele um esforço continuado, ao longo das décadas, para dominar cada região” (RIBEIRO, 2006, p. 30).

Os índios não aceitaram a presença dos invasores em seu território, nota-se, portanto, que “frente à invasão européia, os índios defenderam até o limite possível seu modo de ser e de viver” (RIBEIRO, 2006, p. 44), esta citação demonstra a potência da resistência, pois o resistir, aqui, está ancorado na defesa cotidiana do modo de viver, indo de encontro com a manifestação da luta pela terra. Assim, considera-se que no período colonial, os índios eram os protagonistas da luta pela terra no país.

O povo brasileiro tendo como marca a resistência lutou pela terra em outro espaço, nas Missões Jesuíticas, ocorridas no Rio Grande do Sul, os índios guaranis se recusaram a deixar suas terras e deram início a uma guerra que durou de 1753 a 1756. O principal líder desta resistência indígena foi Sepé Tiarajú³⁷, o mesmo pode ser considerado como um “símbolo da luta contra a expropriação exercida pelos colonizadores de ontem e também de hoje” (MORISSAWA, 2001, p. 61).

³⁷ Sepé Tiarajú é reconhecido pelo MST como um lutador do povo, o mesmo é “um cacique educado pelos jesuítas e que, em carta aos inimigos, deixou clara a decisão de seu povo de não deixar a terra. A resistência contra as tropas portuguesas e espanholas durou até a exaustão, em fevereiro de 1756, quando Sepé e outros 1500 guerreiros foram massacrados (MORISSAWA, 2001, p. 60).

Além dos índios também os negros foram protagonistas da luta pela terra no Brasil. Com a escravidão imposta no Brasil, os negros tinham seus corpos controlados por homens brancos, designados como proprietários do homem negro, essa relação de dominação estabelecia revoltas e o desejo de liberdade. No período da escravidão os quilombos foram espaços de manifestação e resistência contra os cativos, espaço de acolhimento das revoltas daqueles que viviam sob custódia do outro, sob o controle daqueles que subalternizavam estes corpos-negros a viverem reprimidos e sujeitados, eram corpos-servis.

Mesmo com toda a repressão, os escravos sempre se revoltavam. As fugas não eram apenas individuais. Os escravos combinavam e fugiam em massa, unidos. (...) o Quilombo, era uma verdadeira sociedade alternativa. Não existia propriedade privada da terra. Todos trabalhavam em cooperação, eram livres (SCHMIDT, 1996, p. 37).

Os remanescentes de quilombos podem ser reconhecidos como lutadores em busca desta liberdade, dessa polarização social e política. No Brasil destaca-se o Quilombo de Palmares como o maior, segundo Morissawa (2001) este quilombo reuniu próximo de 20 mil habitantes, o mesmo formou-se em 1629 e localizava-se entre Pernambuco e Alagoas, conforme estudos realizados. Reconhecido enquanto rei do quilombo de Palmares Zumbi foi o principal líder deste período. “Zumbi, nome esse de origem africana, que não se sabe ao certo se era o dele ou de sua função. O que se sabe é que tinha a disposição para a resistência. Manteve-se no comando de luta por dezesseis anos” (2001, p. 65).

Durante a escravidão dos negros passaram a ocorrer pressões externas e internas em defesa da libertação do trabalho escravo, o Brasil foi o último país a promulgar a lei Áurea. Desta forma, José de Souza Martins permite à reflexão em

torno dos interesses que circulavam a abolição da escravatura³⁸ e a relação com a questão agrária, principalmente nos reportando a primeira legislação em torno da propriedade da terra. Antes da abolição, “o fundamento da dominação e da exploração era o escravo; agora passa a ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto camponeses e fazendeiros” (MARTINS, 1995, p. 63). Assim:

Antevendo o fim da escravatura, que decorreria necessariamente do fim do tráfico negreiro da África para o Brasil, efetivado em 1850 devido a pressões do governo inglês, as classes dominantes tomaram providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura, (...). Tais medidas se concretizaram na Lei das Terras, não por coincidência promulgada no mesmo ano de 1850. (...) A lei transformava as terras devolutas em monopólio do Estado e Estado controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros. Os camponeses não proprietários, os que chegassem depois da Lei ou aqueles que não tiveram suas posses legitimadas em 1850, sujeitavam-se, (...) a trabalhar para a grande fazenda, (...) (MARTINS, 1995, p. 41-42).

Justamente, torna-se possível reconhecer que a lei de 1850³⁹ foi a primeira a considerar a terra como propriedade privada, sendo a primeira lei de terras no Brasil. Essa lei estabelecia que o direito a terra não era para quem nela trabalhasse, mas

³⁸ “Com a libertação dos trabalhadores escravizados – oficializada pela Lei Áurea de 1888 – e, ao mesmo tempo, com o impedimento de os mesmos se transformarem em camponeses, quase dois milhões de adultos ex-escravos saem das fazendas, das senzalas, abandonando o trabalho agrícola, e se dirigem para as cidades, em busca de alguma alternativa de sobrevivência, (...) pela mesma lei de terra, eles foram impedidos de se apossarem de terrenos e, assim, de construir suas moradias” (STÉDILE, 2005, p. 26). Nota-se os interesse que circulavam em tona da questão da abolição, não gerando “prejuízos” aos fazendeiros considerados, neste período, os “proprietários” de escravos.

³⁹ Lei nº. 601 de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara D. Pedro II, por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Súditos, que a Assembléia Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte: Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. (http://www.interpa.pb.gov.br/legislacao_arquivos/lei_601.pdf)

sim para quem pudesse apresentar um documento registrado em cartório, atestando sua posse, ou seja, só poderia ser proprietário de terras quem pudesse comprá-las.

Martins descreve que, “[...] ao contrário do que se deu, por exemplo, nas zonas pioneiras americanas, a Lei de Terras instituiu no Brasil o cativo da terra - aqui as terras não eram e não são livres, mas cativas” (1979, p. 72). O autor afirma que a propriedade da terra, ao invés de ser flexibilizada para viabilizar o livre fluxo de reprodução do capital, foi enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital do proprietário de terra, bloqueando o acesso a terra para os camponeses pobres e, especialmente, para os escravos que se libertavam.

O governo, tutelado pela oligarquia rural de então, criou uma lei para obrigá-los (camponeses e escravos recém-libertos) a continuar trabalhando para os latifundiários da época. Essa lei representou a junção do capital com a propriedade da terra. Portanto, a principal consequência social em relação a Lei de Terras de 1850 foi a de manter os “pobres e negros na condição de sem-terra, e, por outro lado, legalizou, agora como propriedade privada, as grandes extensões de terra, na forma de latifúndio” (STÉDILE, 2000, p. 21).

A palavra latifúndio vem do latim, “latifundiu”, e era utilizada já na Roma antiga, para caracterizar o domínio de uma grande área de terra por um único proprietário. Dessa forma, pode-se afirmar que a expressão latifúndio representa acima de tudo a designação para uma grande propriedade de terra. O significado de “grande” extensão de terra pode variar de acordo com a realidade de cada país, bem como das diferentes regiões num mesmo país (STÉDILE, 2000, p. 5).

Considera-se neste período histórico que a situação no Brasil passou a ficar insustentável, o país passou por várias transformações, as distintas formas de resistência dos índios, as marcas de exploração da metrópole sob a colônia, a escravidão pendurando por vários anos, a imposição de leis em defesa de interesses

de uma minoria, além das memórias de um Império que permanecia reforçando corpos sujeitados as suas vontades. No período de regência imperial as revoltas e lutas do povo brasileiro tiveram continuidade, destacam-se, os seguintes movimentos: Cabanagem (1835-1836),⁴⁰ Balaiada (1830-1841),⁴¹ Praieira (1847-1849)⁴² e Farroupilha (1835-1845)⁴³.

A resistência continua misturando-se e potencializando as revoltas do povo brasileiro, assim, no final do século XIX no interior da Bahia um grupo de pessoas começou a lutar e se organizar coletivamente.

Estas pessoas tinham a marca da exploração em seus corpos, juntaram-se e passaram a peregrinar juntas, uniram-se camponeses, trabalhadores rurais, escravos, enfim, pessoas que traziam consigo a marca da expropriação, resolveram viver conjuntamente e constituir outra sociedade, ou melhor, um outro modo de viver e estabelecer as relações, sendo estas entrelaçadas pela coletividade.

⁴⁰ Conforme Gohn, essa rebelião social aconteceu em Belém do Pará, sua base era composta por negros, índios, mulatos, cafuzos, mestiços, tapuios (índios destribalizados) e brancos pobres, que habitavam em cabanas na beira dos rios e igarapés. As origens das ações deste movimento estão nas lutas pela independência do Brasil. Os cabanos no poder constituíram o primeiro e único governo popular de base índio-camponesa da História do Brasil, no período Imperial. Vários historiadores brasileiros, entre eles, Caio Prado Júnior, consideram a Cabanagem do Pará como o mais notável movimento popular do Brasil (2003a, p. 34 – 35).

⁴¹ Revolta no Maranhão dos negros (escravos) e sertanejos pobres (homens livres, principalmente vaqueiros). Foi resultado das crises políticas do período Regencial. A questão nativista, defendida sob a ótica dos interesses das elites locais, que queriam a expulsão dos portugueses e a restrição dos direitos dos adotivos, foi o estopim para a irrupção das manifestações populares. O nome “Balaiada” advém da profissão de um de seus principais líderes, Manuel Francisco dos anjos Ferreira, construtor de “balaies”, espécie de cestos para o acondicionamento e o transporte de mercadorias (2003a, p. 32).

⁴² Em Pernambuco. O nome do movimento é originado a partir do Partido político que abrigava a maior parte de seus líderes: o Partido da Praia, que assim se denominava por estar situado na rua da praia, e se opunha ao Partido Liberal e Conservador existente. O Partido da Praia formou-se em 1842 e se aglutinou em torno do jornal *Diário do Povo*. O Movimento contou com a participação marcante de elites intelectuais e políticas, mas teve a participação popular de apenas dois mil homens em armas e tinha uma perspectiva de mudança social diferente da do projeto das oligarquias rurais latifundiárias, pois tinha, em sua ala radical, a Reforma Agrária e a abolição do latifúndio como palavras de ordem (2003a, p. 37 – 38).

⁴³ A Farroupilha foi o mais longo movimento de revolta armada da História brasileira no século XIX. Organizados em companhias de guerrilhas, os gaúchos varreram as tropas imperiais dos pampas. A não existência de grande massa escrava e a existência de uma grande quantidade de homens livres, não proprietários e pobres, são os argumentos utilizados por vários historiadores para explicar a longa duração da luta (GOHN, 2003a, p. 35 - 36).

Após peregrinarem atrás do líder messiânico Antônio Conselheiro, esta multidão estabeleceu-se no interior baiano, na cidade Monte Belo, consolida-se, assim, uma das maiores lutas messiânicas do Brasil, reconhecida como Canudos. “Canudos foi um movimento social e por isto mesmo político e que somente se assim o analisarmos e interpretarmos poderemos compreendê-lo” (MOURA, 2000, p. 31).

Canudos é um bom exemplo dessa classe de enfrentamentos, como a grande explosão dessa modalidade de lutas. Ali, sertanejos atados a um universo arcaico de compreensões, mas cruamente subversivos porque pretendiam enfrentar a ordem social vigente, segundo valores diferentes e até opostos aos dos seus antagonistas, enfrentavam uma sociedade fundada na propriedade territorial e no poderio do dono, sobre quem vivesse em suas terras. Desde o princípio os fiéis do Conselheiro eram vistos como um grupo crescente de lavradores que saíam das fazendas e se organizavam em si e para si, sem patrões nem marcadores, e parecia e era tido como o que há de mais perigoso. Quando a situação amadureceu, esse contingente foi capaz de enfrentar e vencer,(...) Venceram sempre, até a derrota total, porque nenhuma paz era possível entre quem lutava para refazer o mundo em nome dos valores mais sagrados e as forças armadas que cumpriam seu papel de manter esse mundo tal qual é, ajudadas nesse empenho por todas as forças da sociedade (RIBEIRO, 2006, p. 158-159).

Canudos⁴⁴ foi expressão potente de resistência, este movimento acreditava na força da cooperação coletiva e na importância de garantirem o direito a terra aos agentes desta luta. Livros de história nos contam que esta luta durou por volta de cinco anos, neste período o Arraial de Canudos chegou a ter em torno de 20 mil habitantes, várias expedições militares foram realizadas até a destruição total do povoado.

⁴⁴ No livro “Os Sertões”, autoria de Euclides da Cunha (1945), considerado clássico da literatura brasileira, é possível nos encontrarmos com questões referentes a luta messiânica de Canudos, principalmente no que diz respeito a resistência e a não redenção do povo aos interesses dos dominadores.

No início do século XX nos deparamos com a Guerra do Contestado (1912-1916), marcada por enfrentamento violento, ocorreu no sul do país, nos Estados de Santa Catarina e Paraná. A luta ocorreu em razão do governo ter repassado terras a empresa norte-americana Brazil Railway Company, tendo expropriado milhares de famílias que viviam nestas terras, o objetivo era a construção de uma ferrovia. O principal líder desta luta pela terra foi o Monge José Maria, este movimento de camponeses era de caráter político-religioso.

O movimento de Canudos e Contestado ambos tinham o caráter messiânico como marca, além disso, os camponeses, ou melhor, trabalhadores que viviam da terra, estavam em situação de miserabilidade, portanto, sentiram-se impulsionados a lutarem pela terra.

Já na metade do século XX os camponeses se organizaram em movimentos de luta pela terra, pela reforma agrária, destacamos a ULTAB – União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, as Ligas Camponesas e o MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra. A potência destes movimentos reconhece a força da luta do povo brasileiro. Estes acontecimentos históricos possibilitam o encontro com a questão agrária e a luta pela terra no Brasil, nos apresentando todas as multiplicidades dos corpos em movimento pela reforma agrária brasileira. O movimento da história permitiu aproximação aos acontecimentos da luta pela terra, principalmente produzindo análises em torno da questão agrária.

A reforma agrária manifesta-se na sociedade a partir da luta dos coletivos, que sofrem nos seus cotidianos com a questão agrária, marcada pela concentração de terras e pelo poder presente em nosso país. Os lutadores da reforma agrária buscam primeiramente a conquista da posse da terra, além disso, lutam por suas vidas e pela garantia dos seus direitos.

Desta forma, acredito em uma prática profissional do Serviço Social comprometida com a luta pela reforma agrária, em um profissional que estabelece aliança com os milhares de trabalhadores que lutam cotidianamente, assim, é necessário considerar as manifestações cotidianas, as narrativas e as resistências moleculares.

Assim sendo, nota-se a importância da história molar⁴⁵ da questão agrária para o Serviço Social, bem como a necessidade de reconhecer o cotidiano das relações moleculares⁴⁶ que fazem com que a reforma agrária aconteça. Justamente é nessas manifestações cotidianas de luta pela reforma agrária que gostaria de pensar a prática do Serviço Social⁴⁷, a partir de uma perspectiva de aliança com essas lutas.

Neste sentido, torna-se possível reconhecer a questão agrária como manifestação de pressão na sociedade, onde o movimento de luta é travado cotidianamente, mesmo assim, com todas as inquietações e incomodações causadas, nota-se que as mudanças conjunturais da realidade brasileira não modificaram a base de sua estrutura agrária. “Lutar para tentar superá-la significa lutar contra o capital” (FERNANDES, 2001, p. 25). São múltiplos os acontecimentos da luta pela terra.

⁴⁵ “Para a esquizoanálise, este termo designa uma ordem de organização do real que caracteriza a superfície de registro e controle e a de consumo – consumação. Nessa ordem, as entidades características são os estratos e os grandes blocos representativos dos territórios constituídos. (...) Compõem o que em outra terminologia se denomina instituídos – organizados – estabelecidos. É o campo da regularidade, da estabilidade, da conservação e da reprodução, aproxima-se ao que se chama “mundo macro”” (BAREMBLITT, 2002, p. 160).

⁴⁶ “Molecular: para a esquizoanálise, este termo caracteriza os elementos que compõem a superfície de produção desejante. Essa superfície está integrada pelo “corpo sem órgãos” e pelas “máquinas desejantes”. Essas conexões fazem circular fluxos interrompidos por cortes que, em suas ligações anárquicas locais ou à distância, resultam em uma eclosão do novo ou na metamorfose das entidades molares, que assim se desestratificam e se desterritorializam por linhas de fuga (...) o molecular corresponde parcialmente aos instituinte” (BAREMBLITT, 2002, p. 160).

⁴⁷ “Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários” (IAMAMOTO, 2005, p. 17).

Assim, estes acontecimentos que se manifestaram no passado estão vivos na atualidade, pulsam no presente. A discussão em torno da propriedade da terra permeia a sociedade deixando suas marcas de desigualdade e exploração, "... a terra na sociedade capitalista tem um caráter de mero espaço de exploração" (STÉDILE, 2005, p. 12). No decorrer dos anos a terra tornou-se refém desta exploração capitalista, produzindo a ganância naqueles que desejam continuar se apropriando, cada vez mais, de grandes extensões de terra, sem objetivo de estar a serviço do bem comum da sociedade, nem para que os frutos de sua produção gerassem riqueza, ou melhor, garantia de renda, bem-estar e qualidade de vida a população.

Portanto, necessita-se historicizar algumas práticas sociais voltadas para as relações sócio-econômicas vigentes, bem como as novas disciplinas que vão se constituir visando corpos dóceis, economicamente úteis, politicamente obedientes: sendo corpos estilhaçados (FOUCAULT, 2003). Corpos que passaram a produzir as desigualdades na sociedade em função das relações marcadas pela exploração, através da submissão perante os designados "proprietários".

Demonstra-se com clareza que existe de um lado a sustentação do conservador, do tradicional, da estabilidade, a manutenção, o continuísmo, ou seja, a sociedade é assim e permanecerá sendo assim, optando, desta forma, pela continuidade das diferentes manifestações das desigualdades presentes no contexto da sociedade. Contrária a esta postura encontra-se por outro lado o desejo de mudança, de transformação, de construção de possibilidades que definam uma sociedade justa. Na perspectiva de mudança nos encontramos acerca dos processos de resistência, "produtores de rupturas remete-nos a processos marcados

pela imprevisibilidade e variabilidade, na sua forma de expressão e nos efeitos que produzem” (HECKERT, 2004, p. 50).

Assim, para que seja possível fortalecer a luta pela terra engendrada pela questão agrária, surge à necessidade de no próximo item apresentar os acontecimentos da história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, considerando este coletivo como produtores de rupturas. Desta forma, pontuamos momentos de manifestação e processos de resistência produzidos na sociedade brasileira.

2.2 – Acontecimentos da História do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: o espetáculo da vida

Costurando análises em torno da luta pela terra, chega-se neste momento aos acontecimentos da história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ressalta-se a importância em considerar que estaremos evidenciando acontecimentos e manifestações produzidos por este coletivo heterogêneo que se une em razão de um sonho em comum, a posse da terra.

Desta forma, não se trata de buscar a origem das lutas do MST, um fato simbólico que marque seu “início”, sua forma imóvel ou fatos que produziram determinadas práticas, uma causa, nem mesmo, uma identidade fechada em si mesma. Pois, “... a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 68-69). Ao contrário, o que interessa são as produções dos acontecimentos que ocorreram, o movimento que as práticas do MST geraram na sociedade. Negando-se, assim, qualquer imposição de uma verdade e

de análises fechadas em si mesmas, bem como de efeitos de poder que desqualificam e sepultam saberes. Para tanto, faz-se necessário compreender o significado de acontecimentos, a partir de Deleuze e Parnet:

O acontecimento é sempre produzido por corpos que se entrecrocaram, se cortam ou se penetram, mas tal efeito não é da ordem dos corpos, batalha impassível, incorporal, impenetrável, que domina sua própria realização e domina sua efetuação. Acontecimento é uma multiplicidade que comporta muitos termos heterogêneos, e que estabelece ligações, relações entre eles, através das épocas (...) (1998, p. 78 - 83).

Portanto, pretende-se escrever os acontecimentos da luta do MST ao longo dos últimos vinte e cinco anos, demonstrando sua importância em relação à luta pela reforma agrária, bem como trazer alguns fragmentos que contextualizem os encontros da pesquisadora com o coletivo sem-terra.

2.2.1 – Multiplicidades que entrelaçam a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: os encontros possíveis

Trago neste cenário o relato de algumas histórias vividas por mim na vivência estabelecida com o MST, acredito ser relevante o contar de alguns acontecimentos em comum, antes de adentrar nas multiplicidades deste movimento social.

O entendimento da pesquisadora em torno do MST estava ancorado em um imaginário instituído, limitado e fechado em discursos pré-estabelecidos, este imaginário aparecia repleto de conservadorismo e de reacionarismo. Esta imagem foi construída a partir do desconhecido, potencializando um único modelo, um único olhar sobre a realidade do MST.

A imagem produzida em torno deste espaço era vislumbrada principalmente a partir da mídia, fortalecida por posturas fechadas em si mesmas, sem abertura ao novo, possibilitando olhares arraigados na manutenção conservadora da sociedade. A referência a mídia, que aqui se está fazendo, gira em torno daquela em que demonstra a defesa dos interesses dominantes, claro que não podemos generalizar tendo em vista que ao longo dos anos houveram movimentos de resistência e contrariedade dentro dos espaços de comunicação, tendo em vista o surgimento de rádios comunitárias, jornais como o Brasil de Fato, revistas, entre outros que vieram apresentar outra manifestação da informação, questionando o instituído e promovendo análises críticas em relação a sociedade. A resistência se manifesta nos meios de comunicação, mas a minoria que compõem a maioria da mídia brasileira controla ferozmente a informação promovendo verdades.

(...) que é, portanto verdade? Um exército móvel de metáforas (...) em suma, uma soma de relações humanas que se tornaram poéticas e retoricamente intensificadas, metamorfoseadas, adornadas e, depois de muito uso, parecem, para uma nação, fixas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais nos esquecemos que as verdades são ilusões; metáforas gastas que se tornaram impotentes para afetar os sentidos; moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas (apud ARROJO, 2003, p. 13).

A mídia brasileira⁴⁸ é constituída por uma espécie de barreira, na qual a imposição de modelos se faz presente, bem como a clara defesa de determinados modelos, sendo visíveis as posturas autoritárias na defesa intransigente de seus próprios interesses. Esse veículo de comunicação apresenta o MST como ameaça a

⁴⁸ Segundo Marilena Chauí, em relação aos meios de comunicação, ou, a própria mídia, afirma que: “a estrutura do campo comunicativo, destinada a produzir o sentimento da comunicabilidade plena, da participação e da comunidade, não é criada durante a prática da comunicação, não é um processo de constituição recíproca dos interlocutores, mas antecede, regula, controla e predetermina a própria comunicação. (...) atualidade por eles desejada, petrifica-se numa hierarquia, monopólio da comunicação detido pelos meios, reforçado pela aparente “democratização” (1996, p. 31-32), a autora considera que a mídia se insere no campo das tecnologias de disciplina e vigilância.

sociedade brasileira, por trás de uma falsa neutralidade demonstra claramente sua posição político-ideológica em relação à luta pela terra. Portanto, afirmam Guattari e Rolnik, que:

É nesse processo que trabalham os meios de comunicação. Os meios constituem uma espécie de muro de linguagem que propõe ininterruptamente modelos de imagens através dos quais o receptor possa se conformar – imagens de unidade, imagens de racionalidade, imagens de legitimidade, imagens de justiça, imagens de beleza, imagens de cientificidade. Os meios de comunicação falam pelos e para os indivíduos. (GUATTARI, ROLNIK, 2005, p.68).

Neste sentido, obtinha uma imagem determinada, acatando e legitimando a imposição de modelos sem questionar a informação obtida através da mídia. Esta aceitação é comum na sociedade brasileira, absorvemos a informação como verdade única, como se fossemos esponjas, disponíveis cotidianamente a receber enxurrada de informações sem se quer compreendê-las. Justamente através do exercício diário da repetição que passamos a considerar os dados fornecidos pela mídia como verdade única sem questioná-los.

Considerando a construção dessa verdade nota-se esse olhar em relação ao MST, além deste espaço a sociedade passa a aceitar a imposição de modelos baseada em um olhar, principalmente garantindo determinada distância da realidade apresentada, desconhecendo totalmente o espaço rural onde se produz a luta pela terra. Desta forma, passa a firmar discursos que desembocam em um persistente retorno ao mesmo, ao instituído, ao inquestionável.

O instituído faz parte do presente, considerando-o previamente constituído, sem dar espaço para as diferenças. Este entendimento instituído no corpo da pesquisadora foi destruído no processo de formação profissional, quando ocorreu a aproximação a esta realidade.

Assim, a partir desta aproximação passei a desconstruir⁴⁹ essa verdade fechada em si mesma, promovendo análises em relação aos distintos acontecimentos que cercam o MST. Desconstruir é desejar romper, destruir, terminar, denunciar e se possível exterminar com todo tipo de imagem produzida que inviabilize outros modos de vida, aprisione corpos e controle as expressões de práticas autogestionárias. Torna-se possível entender estas práticas, a partir de Foucault, as mesmas são:

Artes de existência. Deve-se entender, com isso, práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam a regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo (2001, p. 15).

Foi no encontro com a arte da existência que passei a contrariar o discurso pré-estabelecido, dando início a vontade de saber sobre o MST, sobre os modos de vida que se manifestam neste movimento social, através dos encontros atravessados pelos afetos, bem como, sobre as micropolíticas do cotidiano do espaço rural, sendo no mínimo instigante a aproximação a este espaço onde se consolida a vida.

Na tentativa de romper os estigmas que atravessavam meu corpo, surge a arte do encontro realizado junto às famílias acampadas e assentadas, foi no espaço acadêmico que surgiu a curiosidade e vontade de conhecer esta realidade repleta de histórias e lutas, em 2001 foi a primeira vez que conheci um assentamento de reforma agrária, desde então esta realidade passou a me acompanhar.

⁴⁹ “(...) desconstruir a oposição sujeito x objeto não implica, por exemplo, destruir a dicotomia mas, sim problematizar a relação entre os dois termos que a constituem. Implica mostrar, por exemplo, que o objeto não poder ser independente do sujeito, nem separado deste por uma barreira de neutralidade. Sujeito e objeto são desmascarados em sua relação simbiótica: ao mesmo tempo em que cria, a partir de seu contexto, de suas circunstâncias e de sua psicologia, o sujeito também é criado e influenciado pelo objeto” (ARROJO, 2003, p. 11).

A indignação já perpassava meu corpo, potencializando um corpo incomodado com as injustiças, com as desigualdades e exclusões produzidas na sociedade capitalista⁵⁰, a qual muda os homens de lugar, expulsa o homem-camponês do espaço rural e leva-o para a cidade, e assim por diante, vai engrenando mudanças que interessam o sistema capitalista excludente, este determina como deve ser e formata os indivíduos através das distintas formas de controle manifestadas na sociedade, o sistema passa a controlar a vida. Segundo Negri:

O capitalismo investiu sobre a vida, sua produção é biopolítica; o poder, na produção, é uma “superestrutura” do que está espalhado e reproduz-se na sociedade. O “sistema disciplinar” da organização social foi, então, substituído por um “sistema de controle” (2003, p. 29).

O conhecimento construído em relação a esta realidade possibilitou perceber a busca desta em inventar outros modos de viver, outras histórias, percorrer outros caminhos, criar outros saberes e relações, passou a atravessar minha vida, modificando as cores que potencializavam a formação profissional. Desde então passei a colorir os encontros com os corpos que desenham este movimento social, através de estágios de vivência, festas e comemorações nos assentamentos, visita e acompanhamento aos acampamentos, encontros de jovens, educação de jovens e adultos, realização de pesquisa, as longas e curtas caminhadas e as marchas de protesto frente à sociedade. O desenho foi se constituindo repleto de cores e movimentos.

⁵⁰ “O capitalismo pós-industrial que, de minha parte, prefiro qualificar como Capitalismo Mundial Integrado (CMI) tende, cada vez mais, a descentrar seus focos de poder das estruturas de produção de bens e de serviços para as estruturas de produção de bens e de serviços para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade, por intermédio, especialmente, do controle que exerce sobre a mídia, a publicidade, as sondagens, etc.” (GUATTARI, 2002, p. 30-31).

Assim, através dos passos dados na caminhada de aproximação com a luta pela terra, passei a acreditar na organização deste movimento social como contraponto as diferentes expressões das desigualdades e injustiças sociais produzidas pelo sistema capitalista em que estamos inseridos, considerando o movimento um mecanismo de luta, que através da discussão em torno da questão agrária potencializa a invenção dos modos de vida no campo.

Desta forma, considera-se os assentamentos e acampamentos espaços onde pulsa a micropolítica do cotidiano, deflagrada pelas relações moleculares, estas relações proporcionam o acontecer da reforma agrária. Portanto, considera-se relevante ressaltar a importância da história molar sobre questão agrária, neste caso apresenta-se nesta dissertação fragmentos desta história para possível compreensão, bem como, a importância das manifestações cotidianas moleculares que pulsam no cotidiano da luta pela terra, pincelando fragmentos que justificam a proposta da pesquisa realizada.

Para tanto, irei contextualizar alguns acontecimentos históricos, marcados por processos sociais, estes determinados pelas lutas em áreas rurais tendo em vista as disputas no campo, como já citado, estas disputas ocorrem desde o conhecido descobrimento e vêm produzindo suas marcas até os dias de hoje. Ressalta-se a possibilidade de demonstrar distintos momentos expressivos daqueles que estavam envolvidos no processo, os sem terra, estes passaram a se mobilizar e organizar em prol da garantia de suas lutas e manifestações em busca da concretização da reforma agrária. É importante ressaltar que ao citar a reforma agrária não se está referendando apenas a concentração das terras, esta seria o foco inicial da luta, mas amplia-se a análise, no sentido de entender a reforma agrária como sendo potencialidade da vida da multidão dos sem-terra, atravessada pelos distintos modos

de produzir, de viver e de inventar formas de sobreviver nesta sociedade que massacra a vida das mais diferentes formas⁵¹.

Por isso, pensar a reforma agrária é para além da terra, é refletir a necessidade de justiça para com todos que sofreram as perversidades e explorações marcadas por invasores, estes ignoraram a cultura e o modo de viver daqueles que aqui habitavam. A reforma agrária propõe mudanças, tanto no espaço rural quanto no urbano, tendo em vista que “o repasse de terras não resolve a problemática fundiária, por não mexer na concentração de bens e recursos nacionais” (RIBEIRO, 2008, p. 87).

O Brasil é um país que carrega em seus acontecimentos históricos as marcas das desigualdades sociais e econômicas, bem como injustiças sociais, ambas produzidas pelo sistema opressor em que vivemos. Estas desigualdades ocorrem tanto no espaço urbano quanto no rural.

Assim, a reforma agrária para o MST se produz a partir dos seguintes objetivos: trabalho para todos, garantia da distribuição de renda, a distribuição de alimentos para a população, promovendo a segurança alimentar, possibilitar a melhoria das condições de vida da população como um todo, buscar a efetivação da justiça social, bem como a igualdade de em relação aos direitos econômicos, políticos, sociais e culturais, além de preservar e recuperar os diferentes recursos naturais, devendo pensar o desenvolvimento sustentável enquanto alternativa na relação entre natureza e recursos naturais com os povos, incentivar a participação da mulher nos distintos espaços da sociedade e garantir o acesso aos seus direitos,

⁵¹ “Primeiramente, bem no início da história a conquista da terra era a grande prioridade. Em seguida os próprios lutadores do povo, os sem terra foram percebendo que só chegar na terra conquistada não bastava. Nela precisavam aprender a trabalhar e produzir, dela precisavam viver. Pensavam: os nossos filhos precisam estudar mais do que nós... a escola é importante... ela nos faz falta na vida para fazermos um financiamento bancário, para entendermos a conjuntura, para fazermos história, como sujeitos da história” (Secretaria Estadual do MST-RS, 2000, p.1).

divulgar os valores humanistas. (MORISSAWA, 2001). Estes objetivos confirmam uma reforma agrária para além da terra.

Assim, a luta do campesinato pressupõe a conquista da terra e da vida, não como mera mercadoria, mas na perspectiva de invenção de um modo de viver. Claro que a vida no campo não está desvinculada do mercado marcado pela exploração, o que seria impossível, pois vivemos em uma sociedade onde o sistema capitalista⁵² se faz presente controlando os mais diferentes espaços onde se consolida a vida, mas pode-se ver em algumas experiências que o movimento prioriza a produção do auto-consumo, a partir da produção de outros modos de viver, criando um movimento de resistência que se constitui no cotidiano destas vidas, na relação que estes estabelecem com o campo como local de habitar, resistir e produzir. Nesta conjuntura de luta se constitui o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra reinventando o campesinato no espaço rural.

Entretanto, que reinvenção é esta? Tão potente e tão múltipla? É a reinvenção de um campesinato que existe a cada ação gestada, sonhada, vivida através de suas criações. É uma realidade que escancara ao mesmo tempo reproduções, mas também a busca pelo novo. Então, não é refazer um campesinato que já está marcado na historiografia e sim um campesinato que surge nesse tempo e nessa história (RIBEIRO, 2004, p. 81).

É nessa história que aponta o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra⁵³, o movimento vai se construindo no período de finalização do ciclo militar, período marcado pela violência no espaço rural, pela negação da democracia e

⁵² “A instauração a longo prazo de imensas zonas de miséria, fome e morte parece daqui em diante fazer parte integrante do monstruoso sistema de “estimulação” do Capitalismo Mundial Integrado” (GUATTARI, 2002, p. 12).

⁵³ “O processo através do qual as possibilidades presentes já na gênese e na criação do Movimento foram se tornando realidade concreta na formatação da organização MST, e na formação de cada sem-terra como sujeito desta organização, e da sociedade como um todo, constituiu-se como essencialmente educativa, fazendo do Movimento um sujeito de formação humana” (CALDART, 2000, p. 105-106).

liberdade de manifestação individual e coletiva, a ditadura trouxe consigo fortes mecanismos de controle e repressão, tentando amedrontar a todos, principalmente aqueles que questionavam as formas anti-democráticas de governabilidade.

Desta forma, torna-se importante lembrar que as lutas camponesas iniciaram antes da década de 70, como já descrevemos anteriormente, período marcado por intensas mobilizações camponesas e organizações que impulsionavam a luta pela terra no Brasil, mas em 1964, com a imposição do golpe militar estas manifestações foram abafadas e caladas por um longo período. Conforme, Fernandes:

(...)os militares tomaram o poder (...)numa aliança política em que participaram diferentes setores da burguesia: latifundiários, empresários, banqueiros, etc. O golpe acabou com a democracia e por conseguinte reprimiu a luta dos trabalhadores. Os movimentos camponeses foram aniquilados, os trabalhadores foram perseguidos, humilhados, assassinados, exilados. Todo o processo de formação das organizações dos trabalhadores foi destruído (...)significou a impossibilidades dos camponeses ocuparem seu espaço político, para promoverem por seus direitos, participando das transformações fundamentais da organização do Estado brasileiro. O golpe significou um retrocesso para o país. Os projetos de desenvolvimento implantados pelos governos militares levaram ao aumento da desigualdade social. Suas políticas aumentaram a concentração de renda, conduzindo a imensa maioria da população à miséria, intensificando a concentração fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil Sob a retórica da modernização, os militares aumentaram os problemas políticos e econômicos, e quando deixaram o poder, em 1985, a situação do país estava extremamente agravada pelo que fora chamado de “milagre brasileiro” (2000, p. 41).

O padrão de acumulação implementado pelos militares, e o conseqüente avanço desgovernado do capitalismo no espaço rural, acirrou as contradições sociais, tendo em vista o crescimento da miséria no campo, a concentração de terra e de riqueza, os constantes despejos das famílias camponesas fez surgir os sem terra dispostos a lutar, modificando o cenário da estrutura fundiária no país. Neste

período a política implementada pelos militares, ao invés de solucionar a questão agrária intensificou os conflitos no espaço rural. O país reforçou-se como paraíso dos latifundiários, da violência e da miséria no campo. Embora inúmeras foram as tentativas de calar a luta camponesa, nos início dos anos 70, a ditadura militar encontrou na questão agrária um dos principais problemas, esse regime concentrador no espaço rural fez com que eclodissem as lutas no campo.

Não há repressão que consiga controlar todo o tempo e todo o espaço. São diversos os caminhos possíveis de serem criados nas formas de resistência, no desenvolvimento da luta (...) os camponeses começaram a romper as cercas da repressão da ditadura militar. Sofrendo a violência dos latifundiários, que aproveitavam a conjuntura para expulsar os trabalhadores de suas terras, os camponeses organizaram seus espaços de socialização política, de construção do conhecimento, para transformar a realidade (...) construíram novos caminhos de resistência (FERNANDES, 2000, p. 43).

Os movimentos camponeses que surgiram durante a ditadura militar tiveram espaço de discussão e organização nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nascidas no início dos anos 60 e espalhadas pelo país na década de 70. já em 1975, a Igreja Católica fundou a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A mesma baseou-se nos ensinamentos da Teologia da Libertação, esta entidade foi de fundamental importância na articulação da nova fase da luta pela terra no país (Gohn, 2003b; Fernandes, 2000). Nestas organizações, em razão da repressão política e da expropriação do modelo econômico, surge no final da década de 70 e início de 80, um novo movimento na história da formação camponesa no Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O Movimento se consolida como manifestação social e política, inúmeros foram os determinantes que materializaram o nascimento do Movimento no cenário nacional, desde seu início transpareceu o objetivo de suas lutas que eram pela terra e pela reforma agrária.

Desta forma, em relação a configuração do MST na sociedade brasileira, destaca-se a combinação de três fatores: as pressões da situação sócio-econômico dos trabalhadores do espaço rural, os de natureza sociocultural e política, além dos desencadeadores de lutas específicas que acabaram sendo articuladas em um movimento nacional (Caldart, 2000).

O primeiro fator faz referência as inúmeras pressões provindas da situação sócio-econômica dos trabalhadores do espaço rural, principalmente da região sul do país, esta situação foi produzida a partir das decorrentes transformações ocorridas na agricultura brasileira, fruto do processo de mecanização das lavouras que expulsou do espaço rural inúmeros contingentes de arrendatários, parceiros, agricultores familiares, filhos de agricultores, entre outros. O espaço rural estava fadado a falta de alternativas a esses trabalhadores, determinada pela frustração dos projetos de colonização e pela vida miserável nas periferias da cidade, assim, foi gerando iniciativas de luta pela terra em suas próprias regiões. A configuração desta realidade produziu a base social, permitindo o surgimento do MST, de encontro ao aumento da concentração da terra e do crescente aumento do número de sem terra.

Já o segundo refere-se aos elementos de natureza sociocultural e política daquele período. Destaca-se o trabalho pastoral junto a população do espaço rural, através das CEBs e da CPT, bem como o contexto político marcado pelo processo de luta em busca da redemocratização do país, tendo em vista os longos anos determinados pela ditadura militar, portanto, configura-se a luta pela democracia, de transição política e de rupturas, principalmente onde os trabalhadores retomam suas perspectivas, conquistando novos espaços tanto no espaço rural quanto na cidade.

Por fim, estão os desencadeadores de lutas específicas que se articularam em um movimento nacional de luta pela terra e por reforma agrária no Brasil, sendo

aqueles que de certo modo, “apressaram a conjugação entre as pressões objetivas de uma situação mais geral, e os elementos sócio-culturais e políticos que foram capazes de sustentar a organização desta ação de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra” (CALDART, 2000, p. 73).

Os acontecimentos produziram alianças coletivas entre os sem terra que tinham a posse da terra como um sonho em comum, foi à junção deste coletivo heterogêneo que deu vida a este movimento social. Incluem este os produtores rurais pauperizados, proprietários de poucas hectares de terra, insuficientes para a sustentação da família, bem como os não proprietários como os meeiros, arrendatários de pequenas parcelas de terra, parceiros, posseiros, assalariados rurais, além das inúmeras famílias rurais pobres que compõe os campos brasileiros, ambas buscam ocupação e renda no espaço rural, muitas vezes em razão das necessidades acabam buscando alternativas no espaço urbano, encontrando na maioria das vezes a miséria. Estes são corpos andarilhos, que compõem a multidão do MST. Entende-se a multidão, “como um conjunto de múltiplas emergências, de forças singulares” (PERRONE, 2003, p. 132), existe não por uma identidade, mas porque sua raiz é nômade, é errante, é disparate. A multidão que não tem medo da vida. Há homens que entregam suas vidas a outros homens para que seguem seus sofrimentos, suas tristezas, controlem seus prazeres, ordene suas alegrias. A vida é simplesmente vida e o viver está em sua potência e em seus devires. “É a multidão: o amor ao tempo a constituir. Cabe a nós acelerar esta potência e, no amor ao tempo, interpretar sua necessidade” (PERRONE, 2003, p 135). Conforme, Negri:

A potência da multidão, os diferentes graus de uma *cupiditas* constitutiva, a transformação dessa densidade e dessa complexidade de processos em união e amor são, pois, as determinações que constituem necessariamente o novo ser social. (...) A potência da multidão torna-se constituição da potência dentro desse processo, ou

seja, na irreprimível tendência da multidão em tornar-se potência em ato (2002, p. 424-445).

A expressiva capacidade de mobilização da multidão atravessada pelas determinações inclui a organização nacional do MST em meados de 1980, este movimento social introduziu a bandeira da reforma agrária no cenário político brasileiro, tendo em vista sua contrariedade aos distintos governos em razão da imposição e repressão frente à questão agrária.

Destaca-se em 1978 o fato de agricultores serem expulsos da reserva indígena Nonoai no Rio Grande do Sul, desde então grande parte dos expulsos passaram a perambular pelas terras do norte e noroeste do estado. Os sem terras expulsos, desalojados ou despedidos passaram a encontrar-se em acampamentos na beira das rodovias e estradas. Inicialmente predominavam nos acampamentos os desalojados da terras indígenas, aos poucos foram agregando-se outros agricultores com trajetórias e origens diferentes, a multidão foi consolidando-se.

Junta, a multidão continuou a percorrer caminhos distintos, ocupando áreas de terra, estes foram conduzidos, inicialmente pela espontaneidade e o imediatismo que a necessidade de manter a vida se impunha. O percurso continuou, assim, ressaltamos os fatos que ocorreram a partir de 1979 nas fazenda Macali e Brilhante em Ronda Alta e na reserva florestal da fazenda Sarandi, acontecimentos que se transformaram em marcos da retomada da luta pela terra no Rio Grande do Sul (CALDART, 2000); (FERNANDES, 1999). As constantes ocupações⁵⁴, os despejos e os acampamentos tornaram-se ferramentas nas lutas pela terra no RS, atravessada pela potência dos atos públicos, das caminhadas, greves de fome, entre outras

⁵⁴ “As ocupações são sempre planejadas com muita antecedência. Elas também têm um forte aparato organizacional à base da atuação de comissões. Hinos, gritos de alarme, estratégias contra a repressão, estudos sobre o solo, a distribuição dos lotes, a irrigação, serviços coletivos, etc., tudo é cuidadosamente planejado antes da entrada na área” (GOHN, 2003b, p. 145).

ações que mantiveram e mantém sua força pulsante na luta pela reforma agrária. Estas ferramentas foram mecanismos utilizados como forma de mobilização e pressão em busca da conquista dos interesses de luta do MST a nível nacional.

Já em meados da década de 80 a mobilização do MST inicia-se através da organização do acampamento Encruzilhada Natalino, iniciado em 1981, tanto o acampamento como a mobilização ali promovida em junho de 1981⁵⁵, constituíram-se em espaços de solidariedade aos sem terras e de luta pela democratização da sociedade brasileira, contrariando a repressão vivenciada pela ditadura militar, tornando-se um marco nacional, expressando a sua potência de organização. Este acampamento ocorreu no Rio Grande do Sul, as lutas tiveram continuidade através da organização de acampamentos de resistência nos latifúndios, como forma de pressão para a efetiva desapropriação de terras para fim de reforma agrária⁵⁶.

Neste período a formação do movimento foi se consolidando e ampliando suas articulações de luta pela reforma agrária, embora as primeiras discussões tenham iniciado no final de 1979, considera-se como data de fundação do MST janeiro de 1984, quando foi realizado o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, participaram mais de 80 representantes de 13 estados brasileiros. Neste momento foram definidos os princípios, os mecanismos de organização, as distintas reivindicações e as formas de luta do movimento. No

⁵⁵ A mobilização promovida no acampamento da Encruzilhada Natalino ocorreu em julho de 1985 no dia do trabalhador rural, reuniu em torno de “30 mil pessoas numa luta camponesa em plena ditadura militar. (...) Foi uma concentração de solidariedade ao acampamento”, tendo em vista que o mesmo estava sendo ameaçado pela repressão do governo militar. Foi uma mobilização de apoio ao acampamento e seus princípios, bem como a luta pela democratização do país, contra a ditadura militar (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 22-23).

⁵⁶ “A estratégia básica dos sem-terra é a ocupação de terras improdutivas, públicas ou particulares, criando um fato político que leva a pressionar os órgãos públicos a negociarem com o movimento e a promoverem seu assentamento definitivo na terra, através da concessão de títulos de posse. Alguns grupos tiveram sucesso nesta estratégia, outros permaneceram acampados vários anos (...), e muitos ainda enfrentam a repressão violenta dos despejos judiciais ou as ações de grupos contratados pelos donos das terras, no sentido de expulsá-los. Disso resulta que temos a presença do MST em acampamentos e em assentamentos (nesses últimos a questão da posse da terra está resolvida ou em negociação para tal). Geralmente a mídia divulga muito a presença do MST nos acampamentos porque nesses os conflitos são freqüentes” (GOHN, 2003b, p. 144)

próximo ano ocorre o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com participação expressiva de 1500 delegados de todos os estados do país. (FERNANDES, STEDILE, 2005).

Faz-se referência que neste período um dos mais importantes movimentos sociais rurais que surgiu foi o MST, além deste, surgiu o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o movimento sindical (CUT), o Movimento da Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), além de outros movimentos, estes eram articulados, organizados e estabeleciam alianças entres o movimentos sociais e apoiadores externos, entidades da sociedade civil organizada, a fim de unificarem aliados para suas lutas e manifestações, a organização do MST passou a perceber a necessidade de aliança com entidades de apoio, a fim de fortalecer a luta pela reforma agrária.

Torna-se possível perceber que inúmeros foram os fatores que deram origem e contribuíram para a formação e nascimento do MST, neste sentido em relação a sua formação histórica alguns autores identificaram três momentos diferentes⁵⁷

O primeiro momento da organização do MST ocorreu a partir de 1979 até por volta de 1985 ou 1986, neste período o movimento organizava-se na região sul do país, travando suas principais lutas no Rio Grande do Sul, contou neste período com a forte presença e apoio de religiosos ligados aos grupos progressistas da Igreja Católica, sendo a CPT e as CEBS, os religiosos aliaram-se a organização deste movimento social inclusive como dirigentes do próprio movimento, propondo ações de pressão e negociações com os governos e latifundiários. Salienta-se que neste

⁵⁷ Maria da Glória Gohn (2003b, p. 145) afirma que: “de forma genérica podemos dividir o Movimento dos Sem-Terra em três fases, a saber: de 1979 a 1985 – luta pela terra entendida como luta pela Reforma Agrária; de 1985 a 1988 – o movimento adquire caráter nacional, organizando-se nos estados em que há lutas e ocupações; e de 1988 a 1996 – quando o lema básico de luta passa a ser: ocupar, resistir e produzir. A consciência da necessidade de superar a agricultura artesanal para formas que levem à modernização das relações sociais no campo é outro destaque deste último período”.

período o movimento expandia-se, agregando agricultores sem terra, os poucos assentamentos conquistados ampliaram a capacidade de mobilização do movimento.

Num segundo momento entre os anos de 1985 a 1990 as ações do MST ampliaram suas confrontações, simbolizado, inclusive na mudança do lema, e, ou, palavras de ordem, que era “Terra para quem nela trabalha”, ou, “Terra não se ganha se conquista”, estas foram utilizadas até 1984, já no ano seguinte era “Ocupação é a única solução” a modificação consolidou-se no Congresso Nacional de 1990 onde a palavra de ordem passou a ser “Ocupar, resistir, produzir”.

Este período é marcado pelos inúmeros enfrentamentos com policiais e trabalhadores dos latifundiários, proprietários de terras. Destaca-se no Rio Grande do Sul na cidade de Porto Alegre o episódio ocorrido na Praça da Matriz em 1990, quando houve confronto entre os sem terra e a polícia estadual, esta mobilização foi marcada pela violência, a negociação que estava sendo realizada com o governador deixou de ser pacífica e passou a ser assustadora para com as crianças, jovens, mulheres e homens que estavam acampados na praça, com suas bandeiras de protesto e mobilização pela reforma agrária. Durante o processo de pesquisa um assentado relatou alguns fatos ocorridos neste dia de confronto, o mesmo participou desta manifestação.

- Nunca vo esquece deste dia, nos encurralaram, nos cercaram, e começaram a bate em nós, tentamo protege o acampamento que a gente tava. Como proteger? (pesquisadora) A gente fez um círculo humano, os home na frente, fazendo toda a volta no acampamento, mas não deu, quando vimo a polícia tava entrando, batendo, destruindo os barraco, quebrando, começamo a corre e muitos sem terra entraram na prefeitura, o prefeito nos ajudo, mandou fecha a porta e nós ficamo lá, eles tavam furioso depois que souberam que tinham morrido um polícia, depois a polícia mando a gente faze duas fila e fomos levado para um luga andando pela rua e depois nos levaram para os ônibus e mandaram a gente embora. Nós fomo,

mas com a morte do polícia, alguns companheiros ficaram, colocaram eles num ginásio e queriam sabe quem tinha sido, forjaram falsos culpados, eles tinham que te um culpado. Foi um confronto muito difícil, vê o povo apanhando. (Assentado B)

Conforme as palavras citadas confirmamos ser este um período de confrontos marcados pela extrema violência, estes atos ocorriam tanto nas manifestações quanto nos acampamentos e ocupações realizadas nos latifúndios, causando a ira das forças contrárias, como a UDR – União Democrática Ruralista, organização dos proprietários de extensivos latifúndios, a opção destes se dava por métodos violentos de confrontação no meio rural.

Este período foi atravessado pelos atos de violência no espaço rural, além disso, foi marcado pelo crescente número de assentamentos de reforma agrária. Latifúndios desapropriados e assentamentos conquistados. Nos assentamentos as lutas se modificam a pressão em função dos assentados produzirem em suas terras passa a ser uma constante, por isso a questão era como organizar a produção nos assentamentos? A resposta do movimento a esta questão foi respondida pelo incentivo a construção de cooperativas como modo de produção e organização coletiva nos assentamentos.

O assentamento passa a ser considerado como um novo espaço do modo de viver das famílias, que estavam acampadas surge novos enfrentamentos e confrontos após a terra conquistada, as dificuldades não se encerram continuam marcando presença na vida destas famílias. Desta forma, a produção e comercialização coletiva tornam-se alternativa, mesmo que não seja pelo viés da cooperativa, quando esta não for possível, mas através da organização de grupos e coletivos que consigam consolidar alianças para efetivamente viver através das atividades no espaço rural de produção agrícola. Além das formas coletivas existe a produção econômica familiar que se manifesta nos assentamentos. Este conjunto de

mecanismos de produção são expressões de resistência e alternativa para a permanência das famílias nos assentamentos, espaço de viver e habitar. O modo de viver dos assentados resgata o modo de vida manifestado no espaço rural, tendo como enfoque o campesinato, considerando suas potencialidades e idéias traçados no decorrer da história.

O terceiro momento refere-se a partir de 1990, o MST deparou-se com novos fatos políticos, como o crescimento da força política e sua capacidade de pressão, o movimento expandiu-se nacionalmente, principalmente após ter implantado sua sede no Estado São Paulo. Além disso, o número de assentamentos continuou crescendo em todo o país, a partir de dados do MST até final de 1998 em torno de 130 mil famílias foram assentadas no país. Conforme dados oficiais, até o final de 1996, ocorreram no país “518 ocupações dos sem-terra, num total de 151.427 famílias. Calcula-se em 4,8 milhões o número de famílias sem-terra espalhadas pelo território nacional, onde apenas 1,4% de proprietários detém 50% das terras” (GOHN, 2003b, p. 143), a maioria destas propriedades eram mantidas improdutivas, além disso, estimavam que entre 1999 a 2002, seriam assentadas em torno de 400 mil famílias. Neste momento cita-se a marca do III Congresso Nacional em 1995, onde o lema passa a ser “Reforma agrária é uma luta de todos”, este congresso foi marcado pela luta contra o neoliberalismo. Vários foram os congressos e encontros promovidos pelo MST no decorrer dos seus vinte e cinco anos.

Neste período também se destaca a força política e a capacidade de pressão apresentadas pelo MST, estas talvez tenham derivado de alguns trágicos eventos que marcaram algumas ocupações de terra. Cita-se dois episódios que impulsionaram as pressões sociais em prol da reforma agrária, os episódios de Corumbiara, ocorrido em Rondônia, no ano de 1995 e o conhecido massacre de

Eldorado dos Carajás, que aconteceu no Pará, em abril de 1996. Nos dois episódios vários trabalhadores rurais sem terra foram assassinados, em razão da violência repressora das forças policiais.

A reforma agrária é mexida pelos movimentos do viver das famílias que mesmo com a posse da terra continuam lutando pela expansão de suas vidas e de seus direitos, neste sentido a luta permanece pulsando e manifesta-se na sociedade transparecendo o espaço rural como local de viver. Afirmam Guattari e Rolnik que “as lutas populares são ao mesmo tempo molares e moleculares” (2005, p.149). Portanto, a tentativa aqui se refere a contextualizar os acontecimentos históricos a nível molar e molecular no MST, ambos se transversalizam e se misturam nas suas relações, não sendo dicotomias, mas neste caso se complementam.

Desta forma, os modos de vida são transversalizados pela produção do auto-consumo e subsistência, o cultivo da agroecologia, a diversidade na produção agrícola dos assentamentos, sendo que os mecanismos de produção ocorrem por meio de cooperativas e famílias, o assentamento divide-se em seus grupos através de suas afinidades ou aproximações em razão da garantia coletiva da produção. Além da preocupação com a produção, existe nos assentamentos a manifestação religiosa, através da perspectiva católica, protestante e outras religiões que circulam pelas famílias assentadas. Além das comemorações que festejam a vida e a conquista da terra, aqui se refere às festas que acontecem todos os anos em comemoração a data em que as famílias foram assentadas.

É importante ressaltar que o assentamento organiza-se internamente através das discussões coletivas entre as famílias, partindo dos grupos de produção até a junção de todos os grupos, ou seja, de todo assentamento, assim os debates, as soluções de problemas, a necessidade ou não dos encaminhamentos, todas as

questões que perpassam a vida coletiva no assentamento são tomadas em conjunto, nas reuniões e assembléias realizadas. Desta forma, a organização do MST inicia-se no assentamento, os coordenadores dos assentamentos reúnem-se nas regionais a que pertencem, posteriormente os representantes regionais juntam-se para o debate na instância estadual e por fim os estados se unificam como nação, sendo este o setor nacional.

Internacionalmente o MST unifica-se com a luta de camponeses de diferentes países, juntos constituem a Via Campesina⁵⁸, este é um movimento internacional que unifica as manifestações camponesas. Seu principal objetivo é o de desenvolver a solidariedade e unidade entre as diversidades da organização campesina, a fim de promover à justiça social, a defesa da terra, a defesa da soberania alimentar, uma produção agrícola que se relacione com a natureza de maneira sustentável e respeite os recursos naturais. A Via Campesina manifesta-se justamente em prol do campesinato e deste modo de viver.

Atualmente, o Movimento possui em torno de 350 mil famílias assentadas distribuídas por todo o país e por volta de 100 mil famílias acampadas⁵⁹ a espera da conquista da terra, estas famílias potencializam os princípios e as lutas do MST, como força de resistência no Brasil contra o sistema capitalista.

Nesta potência de luta vai se consolidando o pulsar do MST, entre a organização dos acampamentos, todo o cotidiano que se engendra entre os barracos de lona preta, as ocupações, as manifestações, o entrave e confronto das lutas que demonstram distintos interesses, as marchas pelas ruas, muitas vezes atravessando bairros, cidades e até estados por nosso país, os inúmeros protestos,

⁵⁸ O entendimento em torno da Via Campesina como movimento internacional de junção de camponeses de diferentes países pode ser encontrado na Cartilha Via Campesina: linhas políticas, globalizar a luta, globalizar a esperança.

⁵⁹ Fonte Comissão Pastoral da Terra, através do site: www.cptnac.com.br.

a conquista da terra, a consolidação dos assentamentos, as inúmeras discussões para lhe organizar, o acontecer da produção, a escola, a vida, acontecimentos que inventam o modo de vida no cotidiano. “Trata-se de verdadeiras invenções, inspirações, criações” (BAREMBLITT, 2003, p. 68). A verdadeira criação da vida.

Portanto, foi possível apresentar a potência dos encontros possíveis na construção de um modo de fazer pesquisa, este modo se produz a partir do momento que a pesquisadora se aproxima da realidade a ser pesquisada, entendendo a luta pela terra, através da vontade de saber sobre a questão agrária, sobre os acontecimentos das histórias e lutas do MST, bem como os conceitos que engendram essa escrita neste capítulo. Demonstra-se o encontro da pesquisadora com a multidão de sem terras, “uma vez que a multidão é multiplicidade infinita de singularidades livres e criadoras” (NEGRI, 2002, p. 455), assim, é possível o fortalecimento das multiplicidades que atravessam suas histórias e seus modos de viver e resistir no cotidiano.

Assim, no próximo capítulo torna-se necessário perpassar os processos de resistência potencializando entendimentos em torno de alguns conceitos, que possibilitem a produção do conhecimento, construindo ferramentas de análise que circulem esta escrita/dissertação aproximando-se do Serviço Social. Por isso, articula-se poder e resistência a partir das batalhas cotidianas, bem como se configura a potência de criação deste processo.

3 – PROCESSOS DE RESISTÊNCIA: a dança por múltiplos conceitos

A dança continua neste capítulo o desejo é movimentar-se pelos múltiplos conceitos que entrelaçam o movimento desta escrita/dissertação, principalmente o processo de pesquisa construído no decorrer da caminhada. Para tanto, desenha-se os processos de resistência cartografados no cotidiano do MST, principalmente atentando para a importância em “ouvir o ronco surdo da batalha”, conforme nos disse Foucault (2006, p. 254), desta forma, torna-se possível captar as ressonâncias travadas nestas batalhas, indicando a potência de resistência.

Neste momento atribuímos poder aos conceitos que circularão pelas próximas linhas, “o conceito é o contorno, a configuração, a constelação de um acontecimento por vir. (...) o conceito é evidentemente conhecimento, (...) o que ele conhece é o puro acontecimento”, repleto de fragmentos os conceitos se manifestam através de encontros que possibilitem compreendermos os componentes que o compõem, portanto os conceitos pretendem cruzar nosso pensar, não estabelecendo cruzamentos perpétuos. Assim, o conceito “consiste, por sua própria criação, em erigir um acontecimento que sobrevoe todo o vivido, bem como qualquer estado de coisas. Cada conceito corta o acontecimento, o recorta a sua maneira” (DELEUZE, GUATTARI, 1997, p. 46 – 47). Sobrevoando o vivido surge a necessidade de atravessar esta escrita a partir de conceitos que circulam em torno das práticas de resistência que expressam modos de ação nas batalhas cotidianas da vida.

Assim, em busca de ouvir e captar o roncar produzido nas batalhas se faz necessário utilizarmos conceitos enquanto ferramentas, para elaboração de entendimentos e análises em torno dos modos de vida expressos no Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra, aproximando-se do modo de vida camponês expresso no cotidiano dos assentamentos de reforma agrária. O objetivo é o de acentuar a ação enquanto afirmação, negando a adaptação e a conservação do constituído. Ressalta Nietzsche, que:

A idiossincracia democrática contra tudo que domina e quer dominar, o moderno misarquismo (...) de tal modo se transformou e se mascarou no que é espiritual, espiritualíssimo, que hoje passo a passo penetra, pode penetrar, nas mais rigorosas e aparentemente mais objetivas ciências; me parece mesmo que já se apossou de toda a fisiologia e teoria da vida, com prejuízo dela, já se entende, ao lhe retirar uma noção fundamental, a de atividade. Sob influência dessa idiossincracia, colocou-se em primeiro plano a “adaptação”, ou seja, uma atividade de segunda ordem, uma reatividade; chegou-se mesmo a definir a vida como uma adaptação interna, cada vez mais apropriada, a circunstâncias externas. Mas com isso se desconhece a essência da vida, a sua vontade de poder; com isso não se percebe a primazia fundamental das forças espontâneas, agressivas expansivas, criadoras de novas formas, interpretações e direções, forças cuja ação necessariamente precede a “adaptação” (...) (1988, p. 82-83).

As forças implicam sempre ação, expressando-se sobre outra força, através do desejo de criação de lutas cotidianas através dos processos de resistência. Assim, no primeiro momento o sobrevôo acontecerá através das marcas das batalhas cotidianas atravessadas pelos conceitos de poder e resistência, potencializando a criação de linhas de resistência e as alianças configuradas no cotidiano a partir de uma aproximação ao Serviço Social.

3. 1 – Poder e Resistência: batalhas do cotidiano

O pensamento político clássico privilegiou a centralidade do Estado para suas análises com relação ao poder. Acreditou-se durante toda a sociedade

moderna que as relações de poder eram efeitos do poder locado no Estado. “Mas o Estado não se define pela existência de chefes, e sim pela perpetuação ou conservação de órgãos de poder. A preocupação do Estado é conservar” (DELEUZE; GUATTARI, 2005, p. 19). Desta forma o poder tornou-se uma espécie de entidade, de substância, algo fixado em uma estrutura, supervalorizando-a. O poder não tem um local fixo, fechado em si, nem mesmo é possível considerarmos a idéia de que o Estado é órgão central e único de poder. As análises críticas foram produzidas no sentido de detectar a sua natureza, essência, localização e a qual domínio pertencia. “Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (FOUCAULT, 2002b, p. 10).

Justamente através das leituras realizadas em Foucault torna-se possível entender que o mesmo parte de Nietzsche e de sua noção de relações de forças, para analisar as relações de poder, assim, compreendem-se os processos que se produzem as relações de poder, como se constituem e como se diferenciam. Desta forma, o seu objetivo não era o poder ou a elaboração de uma teoria do poder, mas sim “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos se tornam sujeitos” (FOUCAULT, 1999, p. 231). Assim, entender o funcionamento dos modos em que se configuram as relações de poder permite compreender os processos de constituição do sujeito.

Desloca-se a concepção de poder que abandona uma única propriedade e localização, espaço marcado e determinado em si mesmo, não passível de totalização em um indivíduo apenas, ao contrário as relações de poder estão presentes nas batalhas, nos confrontos, nos exercícios, nas lutas travadas no

cotidiano, materializadas nas práticas dos sujeitos. O poder não é uma entidade, não possui uma essência, uma natureza, não se vincula a nenhuma estrutura pré-estabelecida, não se localiza apenas no aparelho de Estado, nem mesmo do capital. Assim, o poder é uma ação sobre ação, marcado por relações de forças que não tem sua origem determinada por um ponto ou local fixo estabelecido. Segundo, Nietzsche, “relações das forças em que ou se domina ou se é dominado” (1981, p. 14).

Rigorosamente entende-se que “o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona” (FOUCAULT, 2002b, p. 14). As práticas de poder são atravessadas pela existência das relações em movimento, em metamorfose e em constante processo de luta, o poder é produzido na relação com o outro. Assim, o poder passa a atuar na vida, atingindo o corpo dos indivíduos, a nível do próprio corpo social, passa a penetrar na vida cotidiana, determinando o modo das relações, assim, pode-se nomear essa situação como micro-poderes, Foucault chamou de microfísica do poder.

(...) significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua. Dois aspectos intimamente ligados, na medida em que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos (2002b, p. 17).

Controle estabelecido na vida, as relações de poder fabricam corpos e produzem relações marcadas pelo controle dos corpos, o poder é movimento, não é algo que pertence a alguns, como uma força de domínio sobre outros. Cabe assinalar que embora o poder esteja atravessando os corpos, transparece na

sociedade uma confusão em torno das relações de poder no sentido de apontar todas as relações como se fossem de poder. Por isso, para compreender que não se trata de um poder fechado em si mesmo que domina todos os espaços, Foucault (1999) faz distinção entre relações de poder que seria ação sobre ação, capacidades objetivas que seria o poder de agir sobre as coisas e por fim, as relações de comunicação que seria a ação sobre os outros.

Assim, é possível considerar que Foucault não considerou o poder como pura dominação ou submissão, mas como rede de poderes que ocorrem na sociedade, relações produzidas na vida dos indivíduos.

O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição tanto de serem submetidos a esse poder como também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre seus intermediários. Não se deve, acho eu, conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e muda na qual viria aplicar-se, contra a qual viria bater o poder, que submeteria os indivíduos ou os quebrantaria (...). O indivíduo é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu (FOUCAULT, 1999, p. 35).

Tornando-se possível analisar os efeitos produzidos pelo poder atravessados nos indivíduos, portanto, estes não são passivos em frente as relações de poder. Quando se busca o poder como uma relação de forças compreende-se como os homens se tornam sujeitos nessas relações e cada formação histórica.

Esses conjuntos de forças que formam uma determinação que tem por objetivo gerir a vida, toda a força atuante pode ser definida como vontade de poder “é uma relação das forças que é o cosmo, das forças que formam “centros” das vontades de potência que se constituem e se desconstituem constantemente, sendo, dessa forma, tudo o que existe, vontades de potência” (NIETZSCHE, 1981, p. 15). Desta forma, nota-se que o conceito de força e de vontade de potência se interligam,

mas não devem se confundir. A vontade de potência seria o complemento da força, ou seja, seu elemento diferencial, “a força é quem pode, a vontade de poder é, quem quer” (DELEUZE, 1992, p. 78). Essas forças que permitem novas composições de força empreendidas nas relações de poder possibilitam analisar os processos de resistência⁶⁰, tendo em vista que é neste campo de exercícios de poder que as resistências se criam e se produzem.

Assim sendo, nesta escrita/dissertação as resistências serão consideradas a partir dos modos de vida nômades, é pensar as formas de vida mais errantes, mais efêmeras, processos micro revolucionários que se desenham no cotidiano. A vida nômade é apresentada por Deleuze e Guattari, no sentido que:

(...) o nômade não tem pontos, trajetos, nem terra, embora evidentemente ele os tenha. Se o nômade pode ser chamado de o Desterritorializado por excelência, é justamente porque a reterritorialização não se faz depois, como no migrante, nem em outra coisa, como no sedentário (a relação do sedentário com a terra está mediatizada por outra coisa, regime de propriedade, aparelho de Estado...). Para o nômade, ao contrário, é a desterritorialização que constitui sua relação com a terra, por isso ele se reterritorializa na própria desterritorialização. É a terra que se desterritorializa ela mesma, de modo que o nômade aí encontra um território (2005, p. 53).

Considerar os assentados do MST enquanto modo de vida nômade é pensar que são vidas que resistem às formas mais sutis de controle, sendo que estes, não se encontram na consciência, mas em todo o seu corpo, formas de resistência que estão nos seus múltiplos modos de viver rompendo com padrões de comportamento produzidos pelo sistema capitalista, que dita como se deve comer, vestir, se relacionar, morar, produzir... São os modos de vida que lutam contra o domínio da razão, dos saberes privilegiados que tendem a desqualificar outros tantos em

⁶⁰ Conforme Marilena Chauí “pode tomar a forma de resistência e introduzir a “desordem” na ordem, abrir brechas, caminhar pelos poros e pelos interstícios da sociedade brasileira. (...) navegar a favor ou contra a correnteza” (1996, p. 178).

benefício da verdade. Lutas contra todas as formas de prisão, contra as formas de individualidade, contra o indivíduo em busca de sua identidade mais perversa que o esteriliza. Esta manifestação das relações de poder ocorre na vida cotidiana categorizando o indivíduo “marca-o com a sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos.” (FOUCAULT, 2002b, p. 235).

Desta forma, as lutas travadas buscam outras formas de existência, algumas vezes seus movimentos são quase imperceptíveis, são manifestações de resistência, são lutas, são pequenas revoluções. Assim, as resistências são forças díspares, imprevisíveis e manifestadas no cotidiano onde se configura a produção da vida. Portanto, onde existe poder existe resistência, “se o poder é relação, ele é resistência” (HECKERT, 2004, p. 41).

Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. (...) resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. Mas isso não quer dizer que sejam sub-produto das mesmas (...). Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento. (FOUCAULT, 2003, p. 91-92).

Neste sentido, a resistência tem como objetivo formas de exercício do poder, portanto, a partir dos processos de resistência torna-se possível defrontar-se com as relações de poder. Neste sentido cabe esclarecer que não se pretende aqui defender um local específico para o poder, é notório que o poder atravessa as

estruturas políticas e econômicas, mas não se apóia nessas estruturas. O poder não nasce destas estruturas, nem está sob o domínio de uma única estrutura, é importante destacar que as estruturas permanentes podem ser essenciais para a organização do poder na medida em que elas plagiam essas forças, cristalizando as relações, estratificando essas forças e tornado-as universais e hegemônicas, penetrando profundamente em todo o campo social. É sobre esta perspectiva que se torna cada vez mais importante analisar o movimento inverso: as relações de poder que acontecem nos micros espaços, os poderes moleculares que tendem a ser plagiados pelas estruturas e colocados nessas estruturas em nome da universalidade e hegemonia de um determinado exercício de poder, e que estabelecem os comportamentos aceitáveis e que em certo momento podem ser consideradas economicamente favoráveis. Justamente a microfísica do poder produzida e manifestada na sociedade.

Neste sentido que a tentativa é a de ruptura com estas cristalizações, a partir da produção de outras relações de forças, que acontece nas ações sociais, através da produção de processos de resistência⁶¹ que vão cortar estas forças, a proposta justamente ocorre no sentido de fazer com que estes processos escapem do modelo hegemônico impulsionados pelas formas de institucionalização. Estas formas podem misturar dispositivos tradicionais, as estruturas jurídicas, os fenômenos de hábito ou de moda, neste caso podemos citar como exemplo o estabelecimento institucional familiar, além de dispositivos fechados em si mesmo estabelecendo lugares fixos, regulamentos, estruturas hierárquicas e autonomia, como nas escolas, também podem formar sistemas complexos, repleto de aparelhos distintos, como o Estado

⁶¹ “Como os processos de resistência não estariam em relação de exterioridade ao exercício do poder, é neste exercício que as forças de resistência se afirmam, inaugurando outros campos de possibilidade de ação. Mas, da mesma forma que o poder não teria para Foucault um sentido global ou absoluto, o mesmo pode-se afirmar quanto às forças de resistência” (HECKERT, 2004, p. 43).

que tem a regulação como princípio, uma instância de controle reconhecida como tal (FOUCAULT, 2002b). Estas formas de institucionalização são normatizadoras, mantenedoras da ordem, atravessadas pelas relações de poder confrontadas pelas manifestações de resistências.

Essas resistências só são possíveis nesse embate cotidiano, no movimento de produção da própria vida, dentro de uma positividade que afirma a vida. Tem-se um entendimento equivocado do poder, acredita-se que ele se caracteriza pela sua negatividade, que o poder é apenas repressivo, que sua função é só dizer não. O poder tem uma capacidade de produzir, de transformação, ao criar o sentimento de pertencimento, de participação. Conforme Foucault:

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outras coisa a não ser dizer não, você acreditaria que ele seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem a função de reprimir (FOUCAULT, 2002b, p. 8)

Desta forma, o poder é algo que acontece no cotidiano, junto das diversas possibilidades que o cotidiano apresenta: na forma como os indivíduos experimentam sua existência, como eles fazem suas escolhas, como se relacionam desde as tarefas mais simples do cotidiano, desde quando organiza sua propriedade, sua produção para o autoconsumo ou não, como se relaciona com a terra, como ocorre sua relação com seus filhos, entre o casal, com seus vizinhos, com os companheiros de assentamento, com a organização do movimento social, bem como na relação com seus saberes e com as suas histórias.

Neste cotidiano captamos as ressonâncias das batalhas, ouvimos e sentimos o ronco das mesmas, aqui se manifesta a potência de resistência no

sentido de estar em confronto com as relações de poder atravessadas na vida. A potência de resistência e as expressões do poder estão presentes no modo de vida dos assentados, sendo assim, é notória a aproximação ao modo de vida camponês. Neste movimento de forças é possível a reinvenção da vida e a experimentação das resistências. “As resistências são aqui pensadas como linhas desobedientes que problematizam os princípios de ordenação e conservação da vida” (HECKERT, 2004, p. 42).

Assim, resistir é reinventar a vida, é produzir forças a partir de movimento metamorfose a fim de potencializar uma revolução constante, a partir das resistências moleculares. Desta forma, o poder não pode ser extinto, ou distribuído de forma mais igualitária entre os homens, da mesma forma que não será abolindo o Estado e suas estruturas que o poder desaparecerá. Foucault afirmava, que a vida é vontade de poder, não existe sociedade sem relação de poder, tendo em vista que poder é atravessado por práticas e relações, que se manifestam e funcionam na sociedade.

Analisando esse poder como uma relação de forças imanentes à própria vida é que é possível pensar o conceito de biopoder que surgiu na sociedade disciplinar e atualizada na sociedade de controle. O biopoder acontece quando a vida se torna objeto do poder, da mesma forma que as resistências vão se dar em favor da vida. A sociedade disciplinar vai aprisionar o corpo dos homens a partir dos eixos tempo e espaço, caracterizando-se pela produção dos confinamentos nas escolas, hospitais, nas fábricas. Então o biopoder ganha legitimidade na sociedade de controle ao se infiltrar cada vez mais nas relações de poder que acontecem no cotidiano. O cotidiano, o viver das pessoas é que se torna o alvo do controle

capitalista. Para compreendermos o conceito de cotidiano, nos reportamos a Michel de Certeau, que nos diz:

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia a pós dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer esse mundo memória (...) é um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, (...). O que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível... (CERTAU, et al, 2003, p. 31).

Assim, a proposta justamente circula no ato de descrever esses modos de vida acentuando as batalhas cotidianas que engendram outros possíveis, cartografando assim os processos de resistência manifestados no cotidiano, por isso a importância de analisar o poder como relações de força, para considerar as resistências que pulsam no cotidiano. Para nos encontrarmos com a potência da resistência, é necessário que nos libertemos das nossas formas disciplinares de luta, é preciso que se compreenda que lutar não significa libertarmos do inimigo externo, não é a busca incansável pela nossa identidade, não é unificar as multiplicidades em torno de uma representação. A luta travada deseja potência. Desta forma, no próximo item iremos percorrer linhas de resistência configuradas no cotidiano, percebendo por onde circulam estas linhas, enquanto potência de criação dos processos de resistência transversalizados nas lutas macro e micro políticas.

3.2 – Linhas de Resistência: a potência da criação

Resistência enquanto persistência e luta cotidiana de vida. Resistir é opor-se ao estanque, é não aceitar e calar-se, é resistir as mais diferentes formas de opressão, dominação, coação, exploração, injustiças, enfim, é a manifestação e o movimento à transformação.

Ousar inovar, contra o hábito, é a produção do desejo de resistir contra a dominação. A resistência evoca a memória para se construir, mas, por vezes, busca suporte na história, é para instrumentalizar-se melhor. Assim, a resistência recria o desejo este produz artefatos, saberes, modos de ser. A produção, se marcada pela singularidade, faz a diferença. E aí nada mais permanece o mesmo. (BELTRÃO, 2000, p. 20).

Os processos de resistência podem ocorrer de forma local, surgindo de onde menos se espera, fabricando outros sentidos na vida, são pensadas como linhas que não obedecem ordens pré-determinadas problematizando os princípios desta ordenação e conservação da vida. Assim, torna-se possível analisar as expressões de resistência presentes no mundo de hoje, sendo notória a presença do desejo de transformação que circula na sociedade. Para analisar as diferentes manifestações de resistência podemos partir de um coletivo. Segundo Kastrup:

Coletivo não é sinônimo de social, refere-se uma multiplicidade, a uma rede de processos que opera, ao mesmo tempo, além do indivíduo, junto do socius, mas também aquém do indivíduo, remontando a afetos... opera num nível distinto das formas unificadas do sujeito e do objeto (1999, p. 187).

O coletivo referido nesta escrita é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra atravessado por relações de poder e processos de resistência que engendram batalhas cotidianas. A resistência tem se manifestado através das mais diferentes expressões, a mesma se constitui em torno das desigualdades presentes

na sociedade, e contra as maneiras de opressão que se configuram no contexto social. O sistema capitalista⁶² no momento em que se desenvolve produz injustiças, exploração, crescimento exacerbado das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais presentes na sociedade, bem como a forte presença da hierarquia e do autoritarismo nas relações sociais. “A instauração a longo prazo de imensas zonas de miséria, fome e morte parece daqui em diante fazer parte integrante do monstruoso sistema de “estimulação” do Capitalismo Mundial Integrado” (GUATTARI, 2002, p. 12). Desta forma, a resistência se produz constantemente enquanto processo permanente de luta.

Claro, que devemos reconhecer que ocorrem inúmeras tentativas de silenciar as lutas cotidianas, principalmente através dos processos de subjetivação efetuados pela ordem capitalista que se hegemonizou. Neste caso, encontramos em Benjamin (1996) que as lutas silenciadas num passado não se esgotam e não são destruídas de forma absoluta, pois “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (1996, p. 224). Inúmeras foram e são as tentativas de silenciar a luta que ecoa do MST, mas estes estão em luta e tensão permanente com as formas já constituídas e cristalizadas.

As lutas macro políticas defendidas pelo MST, mas que sob a hegemonia do político e do econômico, estão negligenciando as resistências cotidianas e as lutas contra todas as formas de aprisionamento da vida nesses espaços micropolíticos. A proposta micropolítica serve para ser “aplicada em qualquer lugar, por qualquer

⁶² “(...) o capitalismo é um modo de organização das relações humanas que está baseado na exploração do homem pelo homem, na dominação do homem pelo homem, na mistificação do homem pelo homem. (...) A conclusão é que esse sistema, que contém em sua estrutura, em sua essência, a racionalidade, o saber científico, a consciência, tem conduzido o mundo a uma situação como a atual, em que, dentro do gênero humano, a riqueza, o peso da miséria, são distribuídos de forma cada vez pior. No mundo atual temos cada vez mais miseráveis, cada vez mais analfabetos, cada vez mais enfermos (...)” (BAREMBLITT, 2003, p. 22).

pessoa, e com qualquer motivo, sempre que este motivo incluía uma proposta de produção, de criação, de invenção, de transformação do mundo” (BAREMBLITT, 2003, p. 14).

Assim, destaca-se que as lutas macro políticas no MST são entrelaçadas pelo objetivo da luta pela terra, pelos conflitos em torno da questão agrária, mais precisamente pela realização de ampla reforma agrária no país, desta forma, lutam pelo direito a terra. O cotidiano destas lutas acontece a partir da resistência dos acampamentos, constituídos por trabalhadores sem terra dispostos a permanecerem por tempo indeterminado sob a lona preta com suas famílias na luta pela conquista da terra, ocupam propriedades improdutivas com objetivo de tensionar soluções e desapropriações, além dos acampamentos o Movimento possui a nível molar seus mecanismos de luta, como, marchas pelas rodovias composta por acampados e assentados com pautas de reivindicação a serem tratadas, mobilização e manifestações públicas para chamar a atenção para a luta pela reforma agrária, consolidação e construção de apoiadores pela reforma agrária, entre outras manifestações de resistência que se produzem na realidade do MST.

As lutas no cotidiano a nível molecular podem ser destacadas através da expressão, “primeiro precisamos plantar para comer e depois pra por no mercado” (Assentado C, 23/01/2009), essa frase surgiu durante entrevista com um assentado que expressava a importância da produção para o autoconsumo nos assentamentos de reforma agrária. A partir da longa aproximação costurada junto às famílias assentadas é possível perceber a preocupação em relação à produção para subsistência, os assentados têm potencializado o autoconsumo como mecanismo de resistência, sendo que o autoconsumo é um dos mecanismos presentes na

perspectiva do modo de vida camponês. Resistência aos mecanismos de controle produzidos pelo sistema capitalista presente na sociedade.

Acompanhando o pensamento de Félix Guattari entende-se que as formas de opressão utilizadas pelo capitalismo vão para além do controle de produção de bens e das relações sociais. Talvez a opressão consista na própria produção de subjetividade, ou seja, numa máquina que modela, que “forma” conforme os interesses deste sistema perverso.

O capitalismo sistema permanente de reterritorialização: as classes capitalistas estão constantemente tentando “recapturar” os processos de desterritorialização na ordem da produção e das relações sociais. Ele tenta, com isso, controlar todas as pulsões processuais que trabalham a sociedade (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 323).

Este sistema capitalista transforma o homem em trabalhador e coloca esta máscara a ser carregada no decorrer de seus dias. O sistema muda tudo de lugar, tira o agricultor do campo e coloca na cidade, monta um quebra cabeça conforme seus interesses e imposições, cada peça tem o seu lugar, cada um na sua ordem, assim, para manter seu controle. Foucault nos explica que controle “não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente, de exercer sobre ele uma coerção sem folga, (...) realizam a sujeição constante de suas forças” (2002b, p. 118).

É importante conhecer os mecanismos do sistema que estamos submetidos para produzi-los ou reproduzi-los, ter claro o que desejamos nesta sociedade, se nos impulsionarmos a perpetuar e legitimar o sistema atual ou nos propomos a

reinventar a sociedade como espaço da expressão das multiplicidades⁶³ rompendo com a ordem pré-determinada. Esta ordem onde o capital produz os modos como nos vestimos, como se dá o processo de aprendizagem, os modos de trabalho, o que consumimos, como nos constituímos como seres neste espaço como se fossemos “bonecos de marionete”. O capitalismo atua no corpo.

Surge a necessidade de construirmos alianças de resistência, alternativas de ruptura com essa dominação partindo de uma relação micro, acreditando na revolução molecular. A produção do autoconsumo se manifesta como resistência cotidiana dos assentamentos, resistência esta que se configura no micro, nas relações micropolíticas.

Desta forma, percebemos que a mudança não depende apenas do desejo individual, da vontade de alguns, mas a expressão coletiva, a mudança se produz a partir do desejo coletivo. Assim, entende-se a possibilidade de micro mudanças constituídas com os coletivos levando em conta a importância do envolvimento com estes coletivos de resistência de nas suas potencialidades e na sua criatividade⁶⁴. Como já citamos anteriormente cabe reforçar que as lutas sociais são ao mesmo tempo micro e macro na sociedade.

A partir da produção destas análises e trazendo a presença da luta enquanto movimento de resistência e conquista, pode-se trazer uma breve discussão realizada em torno da regulação e emancipação, ambos são contraditórios em alguns aspectos e se complementam em outros momentos, pois a tensão entre regulação e emancipação está inserida na sociedade capitalista.

⁶³ “Uma das características essenciais do sonho de multiplicidade é a de que cada elemento não pára de variar e modificar sua distância em relação aos outros”. (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 44).

⁶⁴ “Criatividade é entendida como uma capacidade ou função de criação, distribuída, até certo ponto, por todos os seres humanos. Não é um talento raro e excepcional, é uma capacidade comum a todos os indivíduos. Nesse sentido constitui um avanço em relação à formulação do tema da criação por intermédio da idéia de “gênio” (KASTRUP, 1999, p. 15).

(...) enquanto as exigências de regulação apontam... para os processos de concentração e exclusão, as promessas emancipatórias... apontam para suas potencialidades em cumprir, contraditoriamente, certas promessas de justiça, autonomia, solidariedade, identidade, liberdade e igualdades” (ANDRADE, 2006, p.11).

Assim, podemos entender que ao mesmo tempo os movimentos sociais lutam por emancipação eles passam pela via da regulação, da norma para conquistarem seus objetivos, tendo em vista que a ocupação da terra é um mecanismo de luta e resistência, em razão de tencionar a desapropriação de terras improdutivas, seria um movimento pela emancipação, mas a terra ser realmente desapropriada para fins de reforma agrária passa pela regulamentação de legislações que assim a realizem.

No próximo item a proposta é circular em torno da configuração de alianças em torno do Serviço Social e movimentos sociais, mais especificamente o MST, através das lutas travadas no cotidiano, enquanto processos de resistência, considerados exercícios de práticas para o Serviço Social, práticas de resistência. Desta forma, “práticas de resistências são aquelas que não apenas atendem ao prescrito, ao designado, ao já esperado, mas que no seu fazer esboçam outros modos de ação” (HECKERT, 2004, p. 27).

3.3 – Alianças configuradas no cotidiano: aproximando-se do Serviço Social

A aproximação ao Serviço Social parte da compreensão de que as intervenções práticas não se fazem separadamente da produção do conhecimento, reconhecendo o Serviço Social como profissão interventiva na realidade social. O

profissional está inserido nas práticas individuais, grupais e coletivas, desta forma, torna-se um importante espaço de construção do saber, sendo possível a ruptura com a produção dominante de percepção do mundo, com os códigos estabelecidos, com os dualismos que classificam e separam o produtivo do não-produtivo, o sujeito do objeto, a teoria da prática e não somente reforçá-los. Portanto trata-se da possibilidade de inscrever outras relações, nas quais sujeito e objeto constituem-se ao mesmo tempo e a teoria nada mais é do que uma prática, “é por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática” (FOUCAULT, 2002b, p. 71). O propósito refere-se a luta contra o poder como instrumento da ordem do mundo.

Assim, as noções de poder e processos de resistência trazem para o campo do Serviço Social outros saberes, outras formas de aproximação a realidade. O poder não existe como instância universal, mas apenas, quando é posto em ação, tendo em vista que desde que exista uma relação de poder, existe uma possibilidade de resistência.

Desta forma, considerando a existência do heterogêneo no MST, acredita-se em capturar esse coletivo, no sentido de encontro com modos de existência transversalizados de histórias, de vidas, de resistências, surgindo do cotidiano a necessidade de ruptura com os estigmas, com os rótulos e com as imagens produzidas em torno deste coletivo. O desejo de ruptura nos leva a promover alianças do profissional Assistente Social junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assim, aliar-se é não impor regras e ritmos que não sejam regras e ritmos resultantes da prática de quem mora, de quem trabalha, de quem existe naquele espaço e naquele tempo. Conforme, Kastrup, entende-se por aliança:

Alianças que se configuram na atualidade é praticar a história do presente. História difícil, pois depende da captação de linhas, movimentos, fluxos, devires, forças e tendências, e não de apoio em estratos, teorias, sistemas que foram sedimentados ao longo do tempo (KASTRUP, 2000, p. 18).

Essa aliança é a produção de uma aliança coletiva, entre profissionais e assentados, é uma relação estabelecida a partir do encontro potencializando os processos de resistência nos assentamentos de reforma agrária.

Neste sentido, configuram-se alianças e encontros, considerando a profissão como espaço de defesa intransigente de práticas junto aos coletivos, pois, segundo a lei nº8.662/93 é competência do Assistente Social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (CRESS, 2003, p. 07). Por isso, se o profissional do Serviço Social reconhecer as lutas sociais e os movimentos sociais, pode se assim desejar participar do processo da coletividade configurando alianças. Nesta escrita/dissertação o encontro acontece promovendo alianças, bem como, modos de pensar e produzir conhecimento aproximando-se da profissão do Serviço Social, reconhecendo a potência das multiplicidades heterogêneas expressas pelos coletivos.

Assim, fica a questão se o Serviço Social poderia através da leitura dos conflitos sociais, presentes na sociedade, ser compreendido enquanto profissão comprometida e aliada com as lutas e a possibilidade de sua prática profissional junto ao MST?

O Serviço Social em sua prática, dispõem de condições potencialmente privilegiadas,... de recriar aquela prática profissional nos rumos aventados, exigindo que a formação universitária possa dotar os assistentes sociais de subsídios teóricos, éticos e políticos que lhe permitam – se assim o desejarem – contribuir de mãos

dadas, para o trajeto histórico em rumo aos novos tempos (IAMAMOTO, 2005, p. 200).

A possibilidade de compreender as contribuições do Serviço Social no fortalecimento da luta travada no espaço rural torna-se possível a partir do olhar crítico profissional em relação à sociedade em que o mesmo está inserido, bem como da compreensão e o enfrentamento das diferentes relações de poder e forças manifestadas na sociedade. Através deste olhar profissional surge a possibilidade de analisar as manifestações dos processos de resistência às imposições do capitalismo, expressas no cotidiano dos assentamentos de reforma agrária, entendendo como se configura a vida no espaço rural, travando uma busca incansável de melhor conhecer e compreender a vida cotidiana dos assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, através da aproximação junto a esta realidade.

Nesta aproximação devemos nos despir das imagens constituídas sobre e sob os assentados do MST. A imagem de invasor até a imagem de pedinte, bem como a de ocioso e de improdutivo. Este imaginário seleciona, padroniza e define nomenclaturas para sustentar práticas impositivas que atravessam os espaços sociais. Portanto, a proposta é romper com este imaginário através da produção de outras práticas que instiguem a potência deste movimento social, pode-se dizer que seria uma prática de desconstrução.

Desconstruindo práticas a partir do desejo de aprendizagem e conhecimento do espaço rural, do MST, para tanto, surge a capacidade que inventa e cria coletivamente as transformações de seus modos de vida desterritorializa os corpos tornando possível a existência de outras relações políticas, econômicas, étnicas,

culturais, gênero, entre outras, expressas e produzidas no cotidiano dos assentamentos.

Assim, “o conhecimento pertence a qualquer forma de vida, não provém de fora (...). Nessa perspectiva, o conhecimento é compreendido como um processo de auto-organização” (GONSALVES, 2002, p. 73). Portanto, o conhecimento não pertence a um local fixo, mas se produz enquanto processo “seqüência de fatos ou de operações que podem levar a outras seqüências de fatos e de operações. O processo implica a idéia de ruptura permanente dos equilíbrios estabelecidos” (GUATTARI, ROLNIK, 2005, p. 321). Esta ruptura da produção do conhecimento que vai se realizar, desconstruindo a idéia de que este tem local determinado para acontecer, portanto, conhecimento é processo, é vida.

O conhecimento foi inventado, foi fabricado. Isso significa dizer que este não tem origem, e também, que ele é natural, menos ainda, resultado de harmonias, de equilíbrios. O conhecimento não tem origem, um modelo, ele continua sendo inventado, temos novos saberes, se considerarmos que o que dá lugar ao conhecimento é a luta, o acaso, o caos, podemos lembrar o processo de constituição dos saberes.

Os saberes e conhecimentos circulam o Serviço Social, potencializando a importância de considerar os processos de resistência coletiva, sendo que este entra em confronto com os modelos capitalistas. Além disso, a proposta é atentar a profissão a ouvir os rancos das batalhas cotidianas, deixando vibrar a potência criativa dos diferentes modos de viver, muitas vezes essas batalhas são surdas, abafadas, escondidas, ignoradas, mas cabe a profissão demarcar territórios deflagrados pelo som que ecoa das batalhas, sendo que as práticas sociais se produzem nos territórios de atuação do Assistente Social, ressalta-se aqui a

implicação deste agir profissional na vida de inúmeros assentados, tal relação de intervenção pode ocorrer diretamente nos assentamentos ou até mesmo em estabelecimentos institucionais, como exemplo a ação profissional via prefeituras, por isso a importância da configuração de alianças no cotidiano enquanto aliado das lutas e resistências manifestadas pelos coletivos. Assim, no próximo e último capítulo a proposta será a de apresentar a cartografia enquanto modo de fazer pesquisa, remontando o cenário construído no campo de pesquisa, a partir dos múltiplos acontecimentos desenhados pelos assentados, agentes deste processo manifestado nesta escrita/dissertação.

4 – CARTOGRAFIA COTIDIANA: um modo de fazer pesquisa

Neste último capítulo o encontro acontece com a cartografia, segundo Rolnik (1989) a cartografia é um desenho que se faz, este vai acompanhando os movimentos de transformação da paisagem. Desta forma, a cartografia é sempre provisória e singular, não está pronta, se constrói e desconstrói a cada instante, se tece no próprio acontecer. Ela aborda o processo que opera no acontecer de fluxos e descontinuidades, acompanha os movimentos incessantes e compõe uma realidade. É impossível separar a cartografia do acontecimento, da sua composição, das relações estabelecidas, através das linhas que desenham as paisagens. Assim sendo, a cartografia foi escolhida como modo de produzir a pesquisa de campo realizada pelo corpo de quem pesquisa. A temática circunscrita neste estudo pretende cartografar os processos de resistência no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a partir dos acontecimentos cotidianos do assentamento, Conquista da Liberdade. Conforme, Giacomel e Kirst (2003, p. 100):

A cartografia propõe-se a capturar no tempo o instante do encontro dos movimentos do pesquisador com os movimentos do território de pesquisa. É o encontro que se registra e não seus objetos. O cartógrafo sabe que é impossível congelar um objeto para estudar sua natureza sob todos os ângulos, isentando-se de implicação direta, conforme propõe a ciência positivista. Cartografar é seguir o movimento de exceções que se conectam e produzem desvios ao invés de regras e, a partir daí, novos movimentos.

A cartografia é um modo de pesquisar, é o caminho a ser percorrido pelo ato de se fazer pesquisa. Para compreender o caminho trilhado pela cartografia, num primeiro momento, se faz necessário apresentar alguns conceitos referentes a este

modo, trazendo algumas discussões em torno da ciência e do senso comum. Num segundo momento, surge a necessidade de contextualizar o cenário, remontando este através do encontro da pesquisadora com o território⁶⁵ da pesquisa, apontando a potência da relação estabelecida e como se consolidou este estudo, a proposta é relatar as ferramentas e instrumentos utilizados, bem como descrever a justificativa e os objetivos que circulam esta proposta. Por fim, apresento a produção constituída no decorrer dos caminhos trilhados, a partir dos encontros vividos com os assentados e as contribuições dos mesmos para a construção deste movimento de pesquisa, através das narrativas tecidas durante a pesquisa de campo realizada no Assentamento Conquista da Liberdade. Assim, surge a necessidade de compartilhar e trazer à cena, no processo de pesquisa, as ressonâncias das batalhas engendradas no cotidiano, potencializando processos de resistência.

4.1 – Cartografia: a potência do processo de pesquisa

A cartografia se apresenta como um modo de fazer pesquisa, “não determina em si uma metodologia, porém antes, propõe uma discussão metodológica que se atualiza na medida em que ocorrem encontros entre sujeito e objeto” (GIACOMEL; KIRST, 2003, p.92), portanto, a cartografia não deve ser defendida enquanto um método fechado, instituído, pré-determinado, ao contrário é considerada como um modo de produzir, de fazer, de se relacionar e de se movimentar nos acontecimentos que surgem no processo de pesquisa.

⁶⁵ “O território (...) é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos” (GUATTARI, ROLNIK, 2005, p. 388).

A cartografia vem sendo discutida e problematizada na contemporaneidade enquanto resgate da criação e produção do conhecimento, neste movimento destacam-se autores como Gilles Deleuze, Felix Guattari, Michel Serres, Pierre Lévy, Sueli Rolnik, entre outros, estes são inegavelmente influenciados pelas produções de Nietzsche. Desta forma, a cartografia surge e pulsa no espaço acadêmico como mais uma proposta de produção do conhecimento através do ato de pesquisar.

Cartografia é um termo utilizado pela geografia, no sentido de criar relações de diferença entre territórios e poder, desta forma, dar conta de um espaço, portanto este termo foi roubado da geografia, passando a ser utilizado em outras áreas do conhecimento, no sentido de fazer referência a cartografia enquanto mapa, não num sentido estático, mas no dinamismo que busca capturar intensidades, afetos, acontecimentos, potencialidades e densidades que percorrem o movimento dos corpos envolvidos na pesquisa. Para compreendermos a concepção cartográfica no sentido de que “ela ordena caminhos, ela mesma é uma viagem” (DELEUZE, 1997, p. 78), nos aproximamos da relação com os mapas para trilhar estes caminhos. Para Deleuze (1997, p. 75 – 77):

Os mapas, ao contrário, se superpõem de tal maneira que cada um encontra no seguinte um remanejamento, em vez de encontrar nos precedentes uma origem: de um mapa a outro, não se trata da busca de uma origem, mas de uma avaliação dos *deslocamentos*. Cada mapa é uma redistribuição de impasses e aberturas, de limiares e clausuras (...). Não é só uma inversão de sentido, mas uma diferença de natureza: o inconsciente já não lida com pessoas e objetos, mas com trajetos e devires; já não é um inconsciente de comemoração, porém de mobilização, cujos objetos, mais do que permanecerem afundados na terra, levantam voo. Os mapas não devem ser compreendidos só em extensão, em relação a um espaço constituído por trajetos. Existem também mapas de intensidade, de densidade, que dizem respeito ao que preenche o espaço, ao que subtende o trajeto.

A proposta refere-se à produção do conhecimento, a partir de um mapeamento, assim, cartografar é mapear, é desenhar multiplicidades, modos de vida em seus movimentos cotidianos. A cartografia é diferente do mapa que seja apenas uma representação estática, na cartografia as linhas que desenham as paisagens são repletas de afetos, de intensidades deixadas pelos acontecimentos e pelos fatos, são linhas pulsantes e vivas no pesquisar. Assim, pressupõem construir uma outra relação com o conhecimento, para a cartografia o conhecimento é coextensivo a vida, é a produção de outros sentidos, uma outra relação com o mundo, que acontece de forma imanente, através dos encontros com os corpos, dos acontecimentos, “os sentidos só podem ser falados porque estão no corpo” (CALDAS, 1999, p. 25).

Assim, a cartografia visa enunciar o acontecimento, o acontecimento é intempestivo, é acaso, entendo acaso não como uma simples “desordem” de forma vulgar, mas conforme Foucault, “é preciso ainda compreender este acaso não como um simples sorteio, mas como o risco sempre renovado da vontade de potência” (2002b, p. 28). O acontecimento não é real, nem irreal, ele não pode ser nada porque não é pré-determinado, ele é devir⁶⁶. “Devir é jamais imitar, nem fazer como, nem ajustar-se a um modelo” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 10), portanto devir são movimentos, são atos que só podem estar contidos em uma vida.

Ocorre um equívoco em relação à cartografia o de pensar que tudo se dá a nível do acontecimento, como se fosse possível vivermos sempre de forma

⁶⁶ “Devir, termo relativo à economia do desejo. Os fluxos de desejo procedem por afetos e devires, independente do fato de que possam ser ou não calcados sobre pessoas, sobre imagens, sobre identificações. Assim um indivíduo, etiquetado antropológicamente como masculino, pode ser atravessado por devires múltiplos e, aparentemente, contraditórios: devir feminino que coexiste com um devir criança, um devir animal, um devir invisível, etc.” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 382).

desterritorializada⁶⁷, daí uma percepção confusa que faz da cartografia, não se trata de jogar todas as coisas para o acontecimento, o que quer o cartógrafo é criar dispositivos que permitam que em alguns momentos o acontecimento se instaure, rompendo coma as estruturas estabelecidas, com a linearidade. Portanto, a cartografia é uma genealogia, resgatando aqui a proposta Nietzscheana onde a genealogia não é uma volta a origem, nem a procura do que está por de trás das coisas, porque não existe nada por de trás das coisas, o que existe é a inteligibilidade da diferença. “O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade preservada na origem – é a discórdia entre as coisas é o disparate” (FOUCAULT, 2002b, p. 18).

A cartografia, na visão de Rolnik (1989, p. 62), “é a inteligibilidade da paisagem em seus acidentes, suas mutações: ela acompanha os movimentos invisíveis e imprevisíveis da terra – aqui, movimentos do desejo –, que vão transfigurando, imperceptivelmente, a paisagem vigente”. Segundo, Mairesse:

Deste modo a pesquisa, em seu sentido social, se realiza como uma viagem por outros universos de significação que convoca um novo olhar sobre as paisagens, estabelecendo uma nova interface com o mundo e com os sujeitos. Assim é, quando nos deixamos atravessar e redesenhar por outros que nos visitam, muitas vezes se instalando e se tornando parte de nós mesmos. (...) A cartografia registra as paisagens que se conformam segundo sua afetação pela natureza, pelo desenho do tempo, pela vida que por ali passa (2003, p. 260 – 261).

Na paisagem configurada no assentamento de reforma agrária Conquista da Liberdade costumamos os desenhos traçados a partir das expressões de resistência,

⁶⁷ “O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais” (GUATTARI, ROLNIK, 2005, p. 388).

cartografando o cotidiano atravessado pela existência de multiplicidades que compõe o assentamento. Assim, “uma das características essenciais do sonho de multiplicidade é a de que cada elemento não para de variar e modificar sua distância em relação aos outros” (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 44). Portanto, não é possível estabelecer territórios demarcados e imóveis ao sujeito-pesquisador e objeto-pesquisado, não existem lugares fixos, ao contrário a cartografia acontece como um dispositivo, pretendendo desconstruir formas estáticas de se fazer pesquisa. Destaca-se que:

O ato de outrar-se, ou a disposição em fazê-lo, opera-se no movimento de se deixar levar por uma força a ponto de se tornar a força. O cartógrafo se sabe integrante da investigação, testemunha de seus próprios movimentos de conhecer. Assim, temos de contar com as descobertas e as estratégias de investigação a cada encontro e, neste sentido, o cartógrafo não se quer neutro, quer-se justamente desimpedido e tensionado pelo encontro com o mundo através da pesquisa. O cartógrafo procura afirmar-se através do encontro com o objeto e não no distanciamento dele (GIACOMEL; KIRST, 2003, p. 96).

O cartógrafo não se quer neutro e distante do objeto, ao contrário são as marcas do encontro que circunscrevem o movimento da pesquisa. A cartografia pretende desenhar uma realidade, onde nela coexistem resistências, cotidianos e modos de vida. A escrita que surge deste ato se confunde na paisagem que configura a realidade da pesquisa. Realidade que se produz no cotidiano, “a essência da realidade é a imanência do desejo e da produção (...) é uma fonte inesgotável de criação, é uma potência incoercível de transformação” (BAREMBLITT, 2003, p. 16). Barembritt considera que a realidade é um devir, está sempre em realização, e esta realização é denominada de produção.

Na experiência coletiva a cartografia existe enquanto ferramenta metodológica porque viabilizou a captura das intensidades, ou seja, ela proporcionou

que fosse possível acompanhar as transformações ocorridas no cotidiano ela rompe com qualquer possibilidade de neutralidade bem como a separação entre pesquisador e objeto a ser pesquisado. A cartografia é um modo, uma orientação, uma maneira possível de fazer pesquisa, neste sentido é o encontro que se captura e não um suposto objeto que se registra.

A cartografia surge como uma espécie de princípio metodológico. Não se pode abordar um campo movente senão com uma estratégia que esteja em conformidade com sua natureza. A cartografia não é um método no sentido tradicional, pois não é um meio ou conjunto de passos para atingir um fim determinado. Ela orienta para detectar forças tendenciais, direções e movimentos, que escapam ao plano das formas. As formas existentes – que são abordadas pelo princípio de decalcomania – resultam de uma amarração de linhas ou de agenciamentos de fluxos (KASTRUP, 2000, p. 21).

O pesquisador compõe a figura de fundo e ocupa lugar daquele que ainda desconhece/conhecendo a paisagem e, neste movimento do corpo de quem pesquisa, dirige seu olhar a ela em meio à disfunção e a função de realidades emergentes e pulsantes. Entende-se que “a realidade não é coisa dada, mas algo socialmente construído, criado segundo cada sociedade” (CALDAS, 1999, p. 17). Portanto, entende-se a realidade como construção e criação cotidiana, para tanto a mesma modifica-se inventando modos de vida atravessados por intensidades e potencialidades.

O cartógrafo potencializa suas percepções e tem como objetivo construir uma outra relação com o conhecimento, não determinando lugares fixos para o sujeito - pesquisador e objeto – pesquisado, não existe uma assepsia ao método fechado em si mesmo, para tanto a cartografia pode ser questionada em relação a sua cientificidade. Tendo em vista, que os questionamentos e determinações em tono da ciência atravessam os espaços acadêmicos. Por isso, para que a cartografia crie

consistência, deve-se evitar um mal-entendido, conforme, Giacomel e Kirst (2003, p. 97):

(...) pensa-se que cartografias são produzidas com percepções e sensações, lembranças ou arquivos, viagens e fantasmas. Mas, para que se possa ter certa estabilidade na pesquisa cartográfica, certos cuidados devem ser observados – como a coerência conceitual, a força argumentativa, o sentido de utilidade dentro da comunidade científica e a produção de diferença; enfim, o rigor científico.

Rigor manifestado na produção da pesquisa cartográfica, através das ferramentas utilizadas para apreensão do modo de se fazer pesquisa, claro que não defende-se aqui um rigor rígido, imutável, inquestionável, que promova a garantia de verdades através da defesa do pensamento racional a cima de tudo, ignorando o irracional, mas um rigor que proporcione produção do conhecimento, não separando conhecimento e objeto em defesa de uma neutralidade, esta era a defesa do método cartesiano que definiu verdades na ciência ao longo dos anos. Neste caso o conhecimento se tornou uma busca incessante na captação de verdades, pertencendo aos cuidados do cientista, ou seja, ele passou a ser o declamador destas verdades, pois criou-se uma imagem de que alguém que fala com autoridade, que sabe sobre o que está falando, é alguém a quem os outros devem ouvir e obedecer, portanto o cientista é este detentor de verdades e também criador do senso comum, pois as pessoas nunca preocuparam-se em definir-se em conceitos, este termo senso comum foi criado por pessoas que se julgavam acima deste, como uma maneira de se diferenciarem de outras que, segundo seu critério, são intelectualmente inferiores (ALVES, 2004b). Assim,

O senso comum e a ciência são expressões da mesma necessidade básica, a necessidade de compreender o mundo, a fim de viver

melhor e sobreviver. Para aqueles que teriam a tendência de achar que o senso comum é inferior à ciência, eu só gostaria de lembrar, que por dezenas de milhares de anos, os homens sobreviveram sem coisa alguma que se assemelhasse à nossa ciência (ALVES, 2004b, p. 21).

Não se quer fazer aqui uma distinção entre ciência e senso comum no sentido de promover julgamentos, apontando o “melhor” ou o “pior”, apenas trazer algumas questões que nos permitam refletir no momento de promover pesquisas, que estas não produzam uma única verdade, mas possibilitem a construção de múltiplas verdades que nos proporcionem produzir conhecimento marcado pela sua heterogeneidade, além disso, que visem potencializar a construção de alianças configuradas no cotidiano, tendo em vista, que “a ciência é uma metamorfose do senso comum” (ALVES, 2004b, p. 14).

Desta forma, surge o desejo de cartografar, traçar caminhos e rotas a serem percorridos, trazendo na bagagem alguns conceitos, alguns autores, o vivido na formação profissional, a experiência enquanto Assistente Social, o caminho repleto de afetos e lutas aliado aos assentados do MST, não através de uma defesa intransigente por este movimento social, mas na defesa da potencialidade das lutas travadas por estes e na defesa das resistências cotidianas, enfrentadas para continuarem na terra, como local do viver, do morar, do habitar, do produzir. Assim, definindo a cartografia como modo de produzir esta pesquisa, surge o desafio de aproximar-se de uma discussão metodológica ainda tímida se pensarmos o todo da profissão (RIBEIRO, 2008).

Contudo, no Serviço Social a aproximação a este modo de pesquisar vem ocorrendo nos últimos anos, esta discussão em torno da cartografia não é nova para outras áreas do conhecimento, como psicologia social e institucional, antropologia,

educação, entre outras, as produções teóricas são inúmeras, inclusive teses e dissertações foram utilizadas como fundamentação para esta escrita/dissertação. Cita-se que a aproximação da pesquisadora a esta proposta do modo de pesquisar vem ocorrendo desde a formação profissional, atravessada por discussões e inquietações que penetravam meu corpo, as leituras me levaram algumas respostas e me trouxeram outras dúvidas, com certeza despertaram em mim a paixão pela produção do conhecimento e o desejo de movimento, negando a acomodação e estagnação frente aos acontecimentos sociais, marcados por injustiças e desigualdades.

Portanto, embora esta discussão em torno da proposta cartográfica não seja nova, o Serviço Social vem se aproximando delicadamente e permeando esta discussão de forma competente. Produções acadêmicas estão sendo realizadas em diferentes Universidades, sendo possível nos encontrarmos com dissertações de mestrado e teses de doutorado na área do Serviço Social⁶⁸ com o pressuposto da cartografia enquanto modo de pesquisar. Além disso, destaca-se um grupo de estudos intitulado Socius: cartografias coletivas⁶⁹, primeiramente construído com acadêmicos e docente do Serviço Social, da Universidade Católica de Pelotas e posteriormente sido ampliado para outras áreas do conhecimento, para tanto, várias produções acadêmicas já foram realizadas pelos integrantes deste grupo, a partir da proposta deste modo de pesquisar, sendo realizadas pesquisas cartográficas. Fruto destes estudos e encontros, inúmeras monografias foram apresentadas ao curso de

⁶⁸ Faz-se referência a dissertação Práticas de Gestão e Modos de Subjetivação do Trabalhador Público: uma cartografia á luz do tempo, de Clenir Moretto e Da Invenção do Social ao Serviço Social: para além da sobrevivência, de Mari Aparecida Bortoli, ambas apresentadas ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RS.

⁶⁹ A especialista em docência superior Assistente Social Rita de Cássia Sodr  da Silva, apresentou a monografia intitulada: Viagens Antropo ticas: relatos de uma autopo sis coletiva, ao Programa de P s-Gradua o da Universidade Cat lica de Pelotas, em 2008. O grupo Socius foi a paisagem cartografada, atrav s de v rios encontros realizados para a constru o desta produ o do conhecimento.

Serviço Social, trabalhos apresentados a programas de especialização, seja como elaboração de artigos ou monografias, tese de doutorado transformada em livro, participação em congressos, seminários, entre outros, publicando produções do grupo, além de artigos em revistas. Portanto, não é possível negarmos esta construção coletiva do conhecimento, mas reconhecemos suas potencialidades.

Refere-se estas questões para fundamentar e justificar a captura pela cartografia, não defendendo-a como uma verdade, mas como uma proposta que está marcando o corpo vivo da pesquisadora. Para tanto, sabe-se que o paradigma teórico metodológico que traça os caminhos do Serviço Social está definido na profissão há vários anos, não estou negando esta perspectiva, apenas trilhando a liberdade por outros caminhos, tendo em vista que encontramos no código de ética que o Assistente Social tem “liberdade na realização de seus estudos e pesquisa, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos”(CRESS, 2003, p. 16).

Desta forma, acredito no Serviço Social crítico e comprometido com a vida da população, no sentido de aliança do profissional com estes, contrariando a perversidade manifestada na sociedade, intervindo de maneira criativa nos espaços em que as amarras aprisionam e controlam os indivíduos e coletivos, portanto, surge a partir das inquietações o desejo de ruptura com a manutenção da sociedade de controle, cruel e opressora, ao contrário a luta se dá em razão da busca por mudanças micropolíticas na sociedade. Por isso, a importância do encontro com a multidão que é ruptura e inovação frente ao modo capitalista de produção.

Portanto, o que desejo neste processo de pesquisa cartográfica é viver as infinitas histórias produzidas coletivamente, sendo possível construir conhecimento. O próximo item refere-se ao encontro do corpo pesquisador com o território da

pesquisa, apresentando o cenário do assentamento Conquista da Liberdade, onde foi produzida a pesquisa de campo cartográfica.

4.2 – Remontando o cenário: o encontro do corpo pesquisador com o território da pesquisa

“Nós só podemos compreender aquilo que nós mesmos construímos” (ALVES, 2004b, p. 66), neste sentido, a construção deste cenário se manifesta a partir do encontro do corpo de quem pesquisa com o território da pesquisa. Neste sentido, a cartografia é a geografia dos corpos, entendendo este corpo não como um retorno a construção biológica, mas um corpo onde se registram os acontecimentos, corpo como uma forma de contrapor o pensamento platônico que define as coisas apenas ao nível das idéias, não para criar uma dicotomia entre corpo e alma, o corpo não dual dividido entre mente e corpo, mas composto por multiplicidades e pensamentos. O corpo é feito de muitas histórias, histórias que não são lineares, mas são desenhadas por linhas de rupturas, a história “efetiva”. Conforme Foucault: “a história “efetiva” faz ressurgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo” (FOUCAULT, 2003, p. 15).

O cenário desta pesquisa começou a ser montado desde o ingresso no mestrado, o processo de pesquisa realizou-se no Assentamento Conquista da Liberdade localizado no município de Piratini na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, os assentados conquistaram a terra em fevereiro de 1992, desde então passaram a habitar coletivamente a terra desapropriada, o assentamento é composto por 48 famílias, a maioria das famílias ficaram acampadas mais de dois anos, passando por várias ocupações e mobilizações de luta. Desde o início do

assentamento houve interesse na constituição de cooperativa para organizar sua produção e comercialização, inicialmente os assentados discutiram a organização, alguns optaram pela cooperativa e outros não, atualmente 17 famílias compõem a cooperativa e as demais produzem individualmente em seus lotes. Além da organização da produção, existe no assentamento uma escola de ensino fundamental e as dependências de uso coletivo. Estes são alguns desenhos do cenário de pesquisa.

O trabalho de pesquisa do qual partimos para construir esta escrita/dissertação, consistiu na elaboração de um roteiro para realização das entrevistas, os assentados escolhidos para o processo de pesquisa foram definidos pela coordenação do assentamento e repassados a pesquisadora. Assim, o processo ocorreu com 14 assentados, entre estes dialogamos com mulheres, homens e jovens, sendo que a metade destes são cooperativados e a outra são produtores individuais, deste modo, pensamos ter elementos importantes para elaboração desta pesquisa cartográfica. Atentando para a lógica da construção do estudo, buscávamos agregar ao roteiro questões que surgiam em cada conversa. Estas nos remetiam para novas questões, as quais no momento de elaboração do estudo, não haviam sido percebidas. Desta forma, é neste cenário que ocorrem os encontros da pesquisa, este aconteceram todos no assentamento, as entrevistas foram realizadas nas casas dos assentados, no sentido de proporcionar tranquilidade durante a gravação das falas. Os encontros desenhados para a pesquisa cartográfica ocorreram nos meses de janeiro e fevereiro de 2009, potencializando o cotidiano do assentamento a partir do encontro com os agentes assentados.

Um bom encontro marcado pela simplicidade do campo, pela generosidade e acolhida dos assentados, pela potência de luta desta organização, possibilitando a criação de afetos que pulsem no percorrer da caminhada. Esses afetos ocorrem a partir da relação entre os assentados e pesquisadora, promovendo a produção desta escrita/dissertação. Neste sentido, tudo pode ser passível de inspiração para produção do conhecimento quando nos afeta.

Toda experiência de aprendizagem se inicia com uma experiência afetiva. É a fome que põe em funcionamento o aparelho pensador. Fome é afeto. O pensamento nasce do afeto, nasce da fome. Não confundir afeto com beijinhos e carinhos. Afeto, do latim *affectare*, quer dizer “ir atrás”. O afeto é o movimento da alma na busca do objeto de sua fome (...) (ALVES, 2004a, p. 52).

Afetada desejei experimentar este espaço, talvez a curiosidade tenha sido o primeiro ingrediente desta aproximação, assim como as crianças também somos providos de curiosidades a serem saciadas, elas movimentam nossas idéias e nos convidam a trilhar os percursos do sentir.

Inserir-se neste fazer pesquisa quer dizer preparar o corpo entre medos, suspiros, ansiedades, sonhos. Neste sentido, a pesquisadora anseia por mudanças e por experienciar o novo a cada acontecimento. O corpo pode deixar transversalizar vitalidade e diferença, ao servir de espaço de captação e registro de intensidades, linguagens e movimentos. Com isso, ele é capaz de receber corpos-palavras que dançam, corpos-idéias que se movem a partir dos sons, modos de pensar e escrever o que nos acontece. E isso também pode ocorrer com o corpo que se propõe a pesquisar. Ele procura servir de instrumento para as forças que se entrelaçam e necessita sentir, dançar, arriscar-se, abrir-se ao acaso e às forças do mundo. A fim de servir de passagem para o que problematiza, o corpo-pesquisa deseja incitar seu saber ao acontecimento. O pesquisador pode sentir as angústias

que cercam o imprevisível e percorrem o inusitado durante o movimento de pesquisar. Portanto, precisa preparar seu corpo para a aventura a ser vivenciada.

O movimento desta pesquisa irá dançar pelos palcos do conhecimento, desenhando seus processos, suas relações, seus descobrimentos, suas multiplicidades e suas paisagens repletas de vidas, afetos, emoções, movimentos. Neste sentido, surge a proposta desta pesquisa, que traz consigo a marca do desejo de sentir a potência em resistir e experimentar o movimento destes corpos nômades. O nômade é “o homem da terra, da desterritorialização – ainda que ele seja também aquele que não se move – que permanece preso ao meio, deserto ou estepe” (1998, p. 156). O autor Deleuze promove ampla análise sobre a potência do pensamento nômade, considerando que este está desprendido do conservadorismo, possibilitando mover-se no sentido de abalar os modelos estabelecidos. O nômade pode habitar as multiplicidades do mundo, seria toda uma geografia do pensamento em movimento. Além disso, “o nômade é aquele que, mesmo sem sair do lugar; foge por todos os lados, para não se deixar capturar pelas armadilhas do instituído” (SILVA, 2004, p. 246).

Assim, a potência desta escrita promove o encontro entre a paixão e o conhecimento, através do descompasso do pensamento em movimento. Acredito que o ato de pesquisar nos é marcado por algo que nos afeta, que nos indigna, que nos motiva, nos causa curiosidade em torno de acontecimentos que nos cercam e estão presentes na sociedade ao nosso redor, nos possibilitando aproximar do ato de descobrir.

O cientista deve ter paixão e, a partir deste ímpeto, poderá criar condições e idéias para dar sentido aos processos de produção de conhecimento tentando para o novo, para a diferença, sem se deixar seduzir pela comodidade da repetição (GIACOMEL; KIRST, et al, 2003, p. 96).

É desta paixão que se dá à relação do pesquisador com a pesquisa, não num sentido romântico, mas num sentido que potencialize a criação em torno do objeto a ser estudado. Tendo em vista que o objeto não é um dado inerte e neutro, ao contrário, está possuído de significados.

Com esta perspectiva após os instantes de espera, em meio a escuridão e ao silêncio, abrem-se as cortinas e o público manifesta-se atento para experimentar o sabor do espetáculo. Os corpos sobre o papel, ou sobre o palco, podem deslizar com desenvoltura e leveza, encher o espaço de brilho e magia, levar aqueles que os assistem ou os lêem a viagens do sentir, ao serem dignos de toda multiplicidade que cerca o acontecimento. Assim, no próximo item nos encontramos com as narrativas de algumas histórias que ainda não foram contadas, por isso a importância de descrever algumas entrevistas, sem cortes e correções, mas a fala, o som do ronco das batalhas dos assentados que pulsaram no decorrer da construção do processo de pesquisa cartográfica.

4.3 – Memórias e Narrativas de luta: a potência dos encontros com os assentados na produção do conhecimento

Com o desejo de pesquisar os processos de resistência no MST, através da cartografia do cotidiano do assentamento Conquista da Liberdade configurou-se a construção desta pesquisa, captando os rancos surdos das batalhas travadas no cotidiano da luta pela terra. Assim, o objetivo circula justamente em analisar os processos de resistência no assentamento, processos que significam não apenas oposição a uma dada situação, mas criação e invenção cotidiana. Portanto, a opção

é contar de modo narrativo os processos de resistência, através dos acontecimentos vivos do cotidiano, tendo em vista que a narrativa⁷⁰ “(...) não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele” (BENJAMIM, 1996, p. 198). Portanto, a ferramenta será a narrativa a partir dos acontecimentos. Desta forma, segundo Heckert, não podemos confundir narrativa com relato.

Narrativa e relato não se confundem, uma vez que o relato diz respeito ao já dado, àquilo que já se configurou em formas, à reprodução do fato ocorrido. A narrativa, ao contrário, narra o acontecimento e este não está preso ao tempo e à verdade. A narrativa não é o relato do acontecimento, mas o acontecer (2004, p. 65).

Narrando os acontecimentos nos reportamos ao primeiro encontro da pesquisa, capturando este encontro, chegamos ainda cedo na casa desta família, estavam ordenhando as vacas, pai, mãe e filho mais velho, essa atividade é cotidiana e ocorre duas vezes por dia, a atividade leiteira é importantíssima para os assentados tendo em vista ser uma renda adquirida mensalmente, começamos a dialogar ali mesmo, o casal aceitou participar da pesquisa. Esta família não pertence a organização cooperativa existente no assentamento, por isso a primeira questão circulou em torno do início do assentamento priorizando a compreensão em torno da cooperativa, a análise em torno deste modo de produção coletivo, onde estes não estão inseridos, além disso outros acontecimentos se configuram. O diálogo iniciou com a assentada.

⁷⁰ “A narrativa parece produzir ecos que se pluralizam, pois cada pedacinho acrescentado muda os rumos da história narrada. O que importa na narração não é a verossimilhança como fato, mas o que se faz dela e com ela; quais sentidos outros se fabricam. (...) Na narrativa a autoria se desfaz, pois são compartilhadas narrações que vêm, de outros lugares e de outras vozes. Em sua tessitura, os fios que se entrecruzam vêm de histórias diversas, de tempos que se misturam, de rostos sem nome” (HECKERT, 2004, p. 64-66).

- Como foi o começo aqui no assentamento?
- (Assentada D) O assentamento tem 17 anos, hoje tem 48 famílias e dois lote vazio. O inicio todos ficavam trabalhando junto em cooperativa, aos poucos alguns foram saindo e trabalhando por conta, nós aqui em casa trabalhamos por nossa conta sem estar na cooperativa, embora a gente se ajude.
- Como assim se ajudam?
- (Assentada D) Na verdade a gente aqui em baixo não pertence a cooperativa, mas quando um vizinho precisa nós ajuda, se os vizinhos precisam sair e fica uns dias fora a gente cuida da casa e da lida, trata dos animais, tira leite, se ajuda, existe solidariedade entre a gente. Quando eu preciso ficar uns dias fora de casa fico despreocupada porque cada um faz um pouco pra ajuda. A gente se troca muito entre as famílias, precisa de alguém pra ajuda a colher feijão o vizinho vem ajudar quando ele precisar nós vamu ajudar também e assim por diante.”
- O que te levou a querer ingressar no MST?
- (Assentada D) Eu fui para o acampamento ainda criança, meu pai não tinha terra, plantava de meio com outra família, arrendava um pedaço de chão, nós éramos em sete irmãos, a vida era bem difícil, um dia meu pai começou a ouvir falar do acampamento, se falava na igreja algumas pessoas falavam e diziam como era o acampamento, um dia meu pai resolveu que queria ir acampar e avisou o pessoal da comunidade, dizendo que podiam vir até nossa casa nos buscar, chegou um fuca, mas imagina, (risos) o pai, a mãe mais nove filhos num fuca, mais a mudança, as coisa pra levar, não deu pra ir, o fuca era muito pequeno, se passaram alguns dias e um tio se ofereceu pra nos levar até o acampamento de caminhão, lá se foi o pai a mãe e os sete filhos pra o acampamento. No inicio tudo era novo, a gente não conhecia ninguém, tinham mais de duas mil família acampadas, ficamos lá dois anos e meio. O primeiro acampamento estava em Cruz Alta e depois viemo pra Bagé, onde ficamo mais um tempo, até sair o assentamento. Quando o acampamento estava em Bagé a gente ficava perto da cidade e eu e meu irmão mais novo pedia comida nas casa da cidade, alguns davam comida e outros não, o pai ficava bravo e depois não queria mais deixar a gente pedir, mas a gente tinha fome. Naquela época era diferente não tinha tanta comida nos acampamentos como hoje, o óleo era uma colher para cada família para o dia, faltava comida e a gente passava necessidade.
- Como foi a convivência no acampamento?
- (Assentada) Difícil, muito difícil, agente sofreu muito, o pai e a mãe com um monte de filho, a comida era pouca. Quando tinha ocupação eu ficava com medo, escutava tiro, grito, tudo na escuridão, primeiro ficava aquele silêncio e depois começava a ocupação nas terra, quase sempre a noite.

Através destas palavras torna-se possível a percepção das lutas e invenções que permeiam o cotidiano, primeiro por uma opção familiar de resistir via acampamento em busca da conquista da terra, práticas de resistência que

desenham o cotidiano, indo ao encontro de um dos objetivos que pretende descrever os modos de vida acentuando as batalhas cotidianas, num segundo momento a opção por resistir através da família e da ajuda a partir da relação com os vizinhos e companheiros de assentamento na produção da propriedade. Começamos a conhecer o processo de resistência da luta pela terra transversalizado por inúmeros acontecimentos.

Além disso, a resistência está na relação familiar estabelecida, pois, por alguns anos quem organizou e “tocou” a propriedade foi a mulher, já que o homem foi liberado pelo movimento enquanto liderança regional, não tendo tempo para estar produzindo em sua propriedade deixando esta responsabilidade aos cuidados da esposa, que potencializou a relação com a terra e as atividades de produção estabelecidas, como por exemplo a produção de leite, além de acompanhar o desenvolvimento dos filhos. Processo de invenção e ruptura com relações machistas e de controle estabelecidas nas relações conjugais, conduzindo de forma sensível as relações familiares, produzindo mecanismos de sobrevivência, uma destas manifestações é a produção do autoconsumo.

-Vocês produzem para o autoconsumo?

- (Assentada D) Sim aqui em casa agente produz para o autoconsumo, para subsistência, se você for aqui atrás no lote vai ver que a gente tem de tudo plantado, temo tomate, cebola, batata, batata doce, aipim, amendoim, melão, melancia, e mais coisa, na época de planta nós plantamo de tudo, precisa ter, não dá pra compra tudo do mercado, a gente tem galinha, tem porco, tem carne de gado, sempre tem carne, tem ovo, o leite da vaca, eu faço queijo, é pouca coisa que a gente compra, o assentado tem que produzir no seu lote, tem organiza sua produção, não dá pra depende de compra, o dinheiro nem alcança e isso é a gente trabalha nossa subsistência, pra gente continua no lote.

- Então o autoconsumo, na tua opinião, é uma forma de resistência, do assentado resistir no lote?

- (Assentada D) Acho que sim, se não tiver para comer a coisa fica difícil, a gente discute bastante aqui entre a s famílias produzem individual, essa questão de planta o que a gente precisa come, aqui muitos fazem isso.

Entende-se que a questão agrária esta presente no macro e no micro, o autoconsumo faz parte do cotidiano dos assentamentos, do micro, como resistência, a questão agrária potencializa a invenção dos modos de vida no campo. Portanto, o fazer cotidiano no espaço do assentamento de reforma agrária, ou em qualquer outro espaço, é antes, e sobretudo, invenção⁷¹. Resistir como processo de invenção de outros modos de existência, “resistir no sentido de re-existir, ou seja, reinventar outros modos de existência (...) que afirmem a inesgotável potência de criação” (HECKERT, 2004, p. 53). Em outro encontro a questão do autoconsumo reaparece podendo identificar a questão macro e micro desta prática de resistência.

- (Assentado E) Para nós na cooperativa é indispensável a produção para o autoconsumo, a gente produz de tudo, necessita pouco e cada vez menos do mercado, a gente se organiza coletivamente e produz para todos, por exemplo, nós temos a horta que é coletiva e alguns também tem horta em casa, na nossa horta tem de tudo um pouco, nós também temos frutas, tem pêsego, tem laranja, bergamota, uva, pêra, e outras, tudo uma delícia, melancia, e assim por diante, a gente também tem carne, cuidamos dos animais coletivamente, tem a leite, iogurte que a gente começou a processar aqui para a cooperativa e para comercialização, assim o excedente vai para a comercialização, primeiro organizamo a produção para as famílias e aquilo que produzir a mais é vendido, né, ficamos com renda para compra alguma coisa que a gente precisa. Hoje temo mercado certo para a venda do leite, já sai em saquinho e tudo com a marca da cooperativa, livre de veneno.

- A cooperativa funciona desde o inicio do assentamento?

- (Assentado E) Desde o início, muitas famílias desistiram, porque quando assentamos todo mundo fazia parte, depois foram saindo e hoje tem dezessete famílias nunca desistiram da produção coletiva, resistimos para continuarmos juntos, somos bem unidos, claro que tem problemas é muita gente, resolvemos as questões da produção,

⁷¹ “(...) a invenção não pode ser definida como um processo psicológico particular, que responderia pela criação de respostas novas. Nem pode ser considerada obra de um sujeito psicológico, que seria o centro gerador da invenção. A invenção surge de um fundo arqueológico ou temporal (...) aparece, então, como um processo de diferenciação em relação a si mesma, o que responde pela criação de múltiplos e inéditos regimes de funcionamento. Ela é, assim, seu principal invento.” (KASTRUP, 1999, p. 24).

da comercialização, todo mundo junto, as vezes até outros problemas vem para a reunião, a gente se respeita.

- (Assentado G) Aqui a gente tem de tudo um pouco para nossa subsistência, na cidade as pessoa precisam compra tudo, aqui a gente não compra quase nada de comida, a terra nos dá, a gene planta, cresce e come, e ainda vende quando sobra, quer coisa melhor, não existe, primeiro produzi pro autoconsumo.

- O que é o autoconsumo?

- (Assentado I) Pra mim é produzir pra viver, é consegui resistir aqui na terra, viver dessa terra, cuidando dela todo dia, consumindo o que ela produz, isso é subsistência, essa é a nossa proposta aqui no assentamento, tentar depender o menos possível dos produtos do mercado, até porque precisamos muito a nossa saúde, aqui a gente planta sem veneno, é tudo limpinho, nada de agrotóxico, tudo orgânico, fazem alguns anos que começamos a cuidar da alimentação da gente e dos nossos filhos, no início a gente colocava veneno, muito principalmente nos pessegueiros que já tinham aqui quando chegamos, mas depois começamos a ficar preocupados, e em reunião resolvemos que a gente na cooperativa não iria mais aplicar veneno, iríamos passar a produzir organicamente, começamos a trabalhar a agroecologia aqui no assentamento, com as famílias como proposta de se cuida e cuida os outros..

O dialogo acima demonstra que a potência de criação perpassa o assentamento de reforma agrária, uma destas potências seria a produção do autoconsumo como processo autogestionário⁷², entendendo que este acontece cotidianamente, tendo em vista que as discussões são realizadas coletivamente, ou seja, o autoconsumo, assim como as produções agroecológicas dos alimentos, é tema debatido com o conjunto do assentamento possibilitando a expressão do desejo de todos que fazem parte deste espaço.

A proposta é de considerar uma produção de alimentos que possibilite no primeiro momento a vida das famílias, o alimento produzido deve compor as necessidades alimentares e de bem estar das famílias, neste caso, a produção é a mais variada possível, a fim, de consumir o mínimo possível do mercado, apenas

⁷² “Autogestão: é, ao mesmo tempo, o processo e o resultado da organização independente que os coletivos se dão para gerenciar sua vida. As comunidades instituem-se, organizam-se e se estabelecem de maneiras livres e originais, dando-se os dispositivos necessários para gerenciar suas condições e modos de existência (...) Os conhecimentos essenciais são compartilhados e as decisões importantes tomadas coletivamente” (BAREMBLITT, 2002, p. 139)

aquilo que ainda não é viável produzir no assentamento. O segundo momento apenas ocorre se houver excedente na produção, se isto ocorrer o produto é comercializado no mercado. Esta forma de produção priorizando o autoconsumo e subsistência marcou a aproximação da pesquisadora com as famílias assentadas, sendo uma constante e um desafio no assentamento, enquanto território de pesquisa, quanto em outros assentamentos de reforma agrária conhecidos e visitados que demonstram este mesmo mecanismo de produção priorizando o autoconsumo das famílias.

Essa proposta de produção que resiste cotidianamente às imposições e regras estabelecidas pelo mercado capitalista onde o meio rural passou a ser apenas um espaço de lucro do agronegócio e de grandes propriedades que não produzem alimento diversificado é uma alternativa de vida no campo criada por aqueles que fazem parte deste espaço. A vida se produz a partir de um saber viver, configurando, assim, as manifestações do cotidiano.

(...) um saber viver, ou um viver saber, um saber coextensivo à vida. Depende, portanto, de um espaço cosmopolita e sem fronteiras de relações e de qualidades, de um espaço de metamorfose das relações e de emergência das maneiras de ser, de um espaço onde se reúnem os processos de subjetivação (LÉVY, 2003, p. 176).

Nesta configuração e produção da vida que o cotidiano dos assentados é atravessado por agricultores que reivindicam outra relação com a terra, outra relação com a natureza, não considerando-a submissa as suas vontades e a seus serviços, demonstram suas inquietações, reivindicam os interesses familiares, buscam melhorias nas suas produções, o agricultor/assentado conhece o movimento da terra e da natureza, olha para o céu e sabe se vai chover, valoriza a terra como espaço

do habitar e produzir, reconhece o tempo da terra, quando plantar, a época de cada cultivo, cria alternativas de produção sem uso de agrotóxico, preocupado em proteger sua família e as demais, aprendeu a manejar os animais, desafia-se ao novo. Recusam-se a aceitar modelos de tempo cronológico, portanto criam seu tempo, se permitem sentar e pensar, conversar, sem estarem atrelados ao controle do relógio. Discutem coletivamente os projetos e recursos em que serão contemplados, questionam, resistem algumas questões pensando primeiramente os interesses do assentamento.

- Qual a sua relação com a terra?

- (Assentada H) Cuidado, muito cuidado, ela nos dá comida, ela faz a gente viver aqui, deixa planta nela, cultivar, por isso precisamos cuidar sempre, tratar ela com todo o respeito merecido pela terra. Lutamos tanto pra chega aqui, agora precisamos aproveitar e cuidar, por isso não podemos aceitar essas empresas que só querem planta árvore, eucalipto e pinus, destruindo a terra, tirando os nutrientes dela, depois é difícil de cultiva nesta terra, e o que o povo vai comer se continuar assim, vai comer eucalipto, por isso aqui no assentamento a gente trabalha sempre no sentido de cuidar da nossa terra, ela vai ficar pros nosso filhos, ou companheiro que irão plantar para comer, vão sobreviver da terra.

- (Assentada J) A terra é pra nós vive, sobrevive nela, por isso precisamos cuidar dela todo dia, quando plantamos precisamos cuidar da nossa plantação, não posso abandonar e deixar as plantinhas sozinhas, precisa regar, as vezes, precisa podar, acompanhar seu crescimento, precisamos fazer isso aqui na agricultura, não podemos coloca a semente e volta quando acharmos que a planta cresceu, ela precisa de cuidado.

- (Assentado I) A terra gera nossa comida, por isso o respeito com ela em primeiro lugar, o cuidado, por exemplo, quando nós chegamos no assentamento existia um pomar de pêssego, resolvemos coletivamente continuar cultivando o pomar, embora ninguém sabia como fazer isso, nós tivemos o apoio de técnicos que nos ajudaram, mas o problemas é que a gente precisava colocar muito veneno no pomar, lembro que depois da colheita quando o pêssego já estava nas caixas em cima do caminhão a gente ainda derramava mais veneno para a fruta durar mais tempo, nossa era muita coisa, depois de algum tempo começamos a ficar preocupados com esse monde de produto químico colocado na fruta, ficamos com medo de ficar doente e principalmente as crianças, porque o pomar vinha até o quintal da nossa casa, então nossos filhos comiam a fruta direto do pé, em função disso a gente parou de passar veneno nos

pés de fruta próximo das casas, depois de um tempo, a gente penso, que se não queríamos ficar doentes e que nossos filhos ficassem, como íamos continuar produzindo com veneno para as outras pessoas comerem? Foi quando resolvemos fazer a transição para a produção agroecológica, produção de pêssego orgânico, já estamos nesta atividade há vários anos, comercializamos todos os anos com empresas que processam o produto, além da gente fazer doce, suco, para comercializar. Nós começamos a cuidar melhor da terra desde então.

Além destas relações com a terra, também referendamos a presença das mulheres nos assentamentos no sentido de desprendimento das mesmas com os estigmas colados em seus corpos, a imagem doce e serviçal expressa no corpo, muitas rompem com a idéia da mulher submissa, aquela que fica em casa cuidando dos filhos e do marido, algumas mulheres nos assentamentos são responsáveis pela produção, ou seja, são responsáveis pela terra e pela subsistência da família, outras são lideranças e percorrem assentamentos e acampamentos em defesa dos princípios do MST e organizando politicamente a luta. Portanto, muitas das mulheres romperam com os estigmas marcados em seus corpos, outras lutam para desprenderem-se destes. Assim, pode vir o questionamento sobre as relações machistas nos assentamentos, se existem ou não, como o movimento trabalha estas questões. A dúvida que perpassa meu corpo refere-se a questão de que as relações machistas não existem em nenhum lugar. Será? As resistências que aqui estamos referindo seria a de criação e invenção, mas claro que não estamos negando a existência de resistência atribuída ao conservadorismo.

Também ressalta-se as diferentes relações com as crianças que se permitem curtir o brincar, o correr, ter amigos, inventar na brincadeira, estar próximo da natureza, não necessitar da imposição do tempo cronológico, preocupando-se com a escola e com o brincar, além de aprender desde seus primeiros passos a respeitar o local do morar, no sentido de cuidar da terra e da natureza que lhes

mantém a subsistência. Desde cedo aprendem a manifestar seus desejos e lutar por seus espaços de manifestação, os pais fazem questão de lhes contar a longa caminhada percorrida para chegarem ao assentamento, outras crianças nascem ainda no acampamento e convivem com a luta desde o nascimento. A resistência manifesta-se nas brigas de homens e mulheres em terem a possibilidade de educarem seus filhos como acreditam ser necessário, os mesmos rejeitam os modelos impostos pelas escolas, que querem moldar seu comportamento, lhes impondo uma maneira de olhar o mundo, tirar-lhes a criatividade, lhes impor um tempo. Muitos destes pais questionam o projeto pedagógico das escolas onde seus filhos freqüentam, com objetivo de estar interado no processo de ensino-aprendizagem experienciado pelos filhos. Além disso, ressalta-se a relevância dos pais em contarem aos filhos suas histórias, como foi o tempo vivido no assentamento, a chegada no acampamento, as dificuldades enfrentadas, “eu conto sempre pros meu filho, eles precisam aprender que a gente passa muita dificuldade pra conquistar a terra, a vida no acampamento era difícil, passava muita necessidade” (Assentado B). Cito, um trecho de um trabalho realizado pela filha deste assentado, o objetivo do trabalho era o de descrever e relatar a história do MST.

Hoje todos eles tem sua terra, casa e boas condições de vida comparando com o que tinham antes. É por isso que todos tem muito orgulho de fazer parte do MST, movimento esse que as proporcionou muitas mudanças em nossas vidas, e uma delas é a amizade que temos uns com os outros, sem contar das pessoas que conhecemos(...) o estudo e o conhecimento são as melhores riquezas”.

Nota-se através do relato a dedicação e sensibilidade do professor trabalhar a partir da realidade do assentamento, reconhecendo o cotidiano dos seus alunos, embora o professor não pertença ao movimento, demonstrou sensibilidade em

relação a realidade de seus alunos, propondo-se desenvolver em sala de aula o cotidiano das crianças, promovendo espaços de criatividade.

São homens, mulheres, crianças, que reinventam suas vidas no cotidiano dos assentamentos de reforma agrária, através do exercício de resistência que potencializa a ação e a criação de modos de vida acentuados pelas batalhas cotidianas que configuram outros possíveis, focalizando as lutas travadas no espaço rural, como local do habitar, do produzir, do viver.

- Surge a questão de saber como eram o acampamento e como é o assentamento para vocês?

- (Assentada F) O acampamento foi de muita luta, não é fácil ficar anos em baixo da lona, mas não tínhamos outra coisa pra fazer, precisávamos da terra, até que conquista a terra depois de tanta luta e viemos pra o assentamento, foram anos difíceis, de muito sofrimento. O assentamento pra mim é conquista, é terra, é ter o nosso canto, ter nosso lugar.

- (Assentado B) Fui acampar sozinho, meu pai me incentivou, ele era um revolucionário, tinha pouca terra, muito pouca mesmo, criou os filhos sozinhos, não tinha como manter todos nós na pouca terra, por isso começou a incentivar os filhos a irem ao acampamento do MST, me encorajei e fui, nossa éramos mais de duas mil família, era muita gente, muita necessidade, a luta era travada desde o acampamento, ocupações de terra, marchas, manifestações, a gente fazia várias lutas. Lembro de uma vez estávamos em uma área em Bagé e fomos a noite fazer uma ocupação que já havia sido organizada a muito tempo, tudo escuro, fomos pra cima, começamos a entrar na propriedade e conforme entramos escutamos os tiros, muitos tiros, comecei a olhar pra os lado e os companheiro se agachavam, muitos gritavam outros choravam, o acampamento ficava do outro lado, era perto, de repente na minha frente vi um companheiro caindo, fiquei estático, começaram a gritar que ele tinha morrido, foi uma noite muito triste e de muito medo, voltamos ao acampamento com menos um companheiro, essas lutas acontecem no acampamento, com muita repressão e ninguém fica informado, a mídia não conta isso. Quando vim para o assentamento foi uma vitória, embora fosse em uma região diferente da que eu morava, aos poucos fui me adaptando a nova morada, precisava acostumar, a terra tinha sido conquistada, a luta pela reforma agrária continua. Depois de ser assentado as lutas são outras, a necessidade de produzir, de fazer a casa, de ter lazer, ajudar os companheiros de luta dentro do assentamento e de todo o movimento, porque a luta não termina com a conquista da terra, a gente pensa naqueles que

estão nos acampamentos lutando e sofrendo, por isso continuamos na luta sempre.

- (Assentado A) Fiquei sabendo do acampamento pela comunidade que eu participava com a minha família, tínhamos quatro filhos pequenos e não tínhamos terra. O acampamento foi uma esperança, a busca da conquista da terra. Aprendi muito no acampamento, a solidariedade, a importância da coletividade, muita luta. Quando viemos para o assentamento foi aquela alegria, o começo de um sonho, a vida na terra, no nosso pedaço de chão, produzir e viver da terra era o que mais queríamos e conseguimos, o assentamento é conquista.

Desta forma, cartografamos trechos dos diálogos traçados com os assentados durante os encontros para a produção desta pesquisa, potencializando um olhar desprendido de estigmas e rótulos colados nos assentados do MST, ao contrário o desejo justamente é perceber as práticas de resistência manifestadas no cotidiano, nos diferentes modos de viver deste coletivo, acentuando as batalhas cotidianas que engendram outros possíveis. Portanto, a luta pela terra se manifesta através das mais diferentes singularidades transversalizadas nos acontecimentos que pulsam na sociedade.

5 – Considerações Finais: o desejo por novos encontros

No processo de construção desta cartografia buscou-se, histórias que ainda não haviam sido narradas, além disso, a proposta aconteceu com intuito de produzir outra relação com os modos de conhecer e pesquisar.

A escolha pela manifestação dos processos de resistência perpassou o desejo de cartografar o cotidiano de um assentamento enquanto espaço de resistência, criação e invenção. Criação que não se atém, ou não se deixa ater, às formas instituídas e as verdades sacramentadas.

O fio condutor desta escrita/dissertação foram os processos de resistência trilhados nos diferentes momentos desta cartografia, desde a discussão em torno do campesinato, a questão agrária brasileira e suas configurações, as multiplicidades dos acontecimentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, perpassando a análise em torno da luta pela terra com múltiplas interfaces, para nos aproximarmos destes espaços teóricos e históricos, tornou-se necessário circular por alguns conceitos aprofundando o conhecimento em torno de questões como a relação poder e resistência, bem como o entendimento em torno de cotidiano, a fim de elaborar categorias que fossem ao encontro da elaboração dos entendimentos que circulam a luta pela questão agrária realizada pelo MST como espaço de resistência.

Assim, após longas análises teóricas e o registro das falas dos assentados torna-se possível afirmar o pressuposto, ou, hipótese apontada por esta pesquisa, sendo que muitas ainda são as prescrições normatizadoras e conservadoras, que apresentam-se hegemônicas no espaço rural, mesmo convivendo com uma

diversidade de modos de pensar e fazer que tem a potência de desestabilizar os modos de agir instituídos, aqui confirmamos que os assentados do MST, através das manifestações dos processos de resistência e de suas batalhas travadas cotidianamente realizam exercícios de ruptura com o instituído e com as redes de opressão que figuram na luta pela terra. Sendo possível demonstrar o rompimento com perspectivas do espaço rural fechado e instituído, através de mitos e olhares de atraso a esta realidade, mitos consolidados desde o conhecido “descobrimento”, pois desde então ouvimos apenas uma lado da história, bem como, relações de opressão e controle estabelecidas no cotidiano da sociedade como um todo, na defesa intransigente de interesses particulares, indo de encontro aos interesses e vontades coletivas. Inúmeras são as imagens consolidadas sobre o MST, imagens determinadas e construídas com o objetivo de destruição deste movimento social.

Desta forma, tentamos incansavelmente romper com perspectivas de verdades estabelecidas, acreditando na potência da vida e nas ressonâncias das batalhas cotidianas, tendo em vista que os assentados criam, produzem alianças e manifestam modos de viver, desprendidos do excessivo controle da sociedade capitalista, criando práticas de resistência transversalizadas nos acontecimentos cotidianos. Desta forma, o desafio desta escrita/dissertação foi justamente a descrição dos diferentes modo de vida traçados no cotidiano, focalizando as lutas travadas no espaço rural, através da cartografia cotidiana desenhada no decorrer da escrita, trazendo fragmentos de registros dos diálogos estabelecidos com os assentados.

A proposta que movimenta este trabalho é ouvir, atentamente, algumas narrativas que podem nos auxiliar a mergulhar em meio aos processos de fabricação das resistências. Transitamos nestas narrativas buscando entrelaçarmo-nos nelas, mais do que apreender suas divergências. O que importa não é a verdade do narrado, a

unidade textual ou sua correta transmissão, mas o que é feito dessa e nessa narração. Nesta viagem fomos acompanhadas por alguns aliados que habitaram os modos de existência instituídos (HECKERT, 2004, p. 70).

O processo deste estudo aliou-se a cartografia enquanto modo de fazer pesquisa, não defendendo-a como uma verdade, mas como uma proposta que potencialize alianças com o Serviço Social, aliar-se é não impor regras e ritmos que não sejam resultantes da prática de quem mora, de quem trabalha, de quem vive, de quem existe naquele espaço e naquele tempo. Essa aliança é uma proposta coletiva, ou seja, de aliança coletiva, portanto são alianças configuradas entre o profissional do Serviço Social e assentados nos mais diferentes espaços, ou seja, onde acontece o encontro potencializa-se a aliança.

Enfim, foi possível cartografar as manifestações dos processos de resistência potencializados pelos assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vividos no cotidiano macro e micro políticos. Portanto, resistir é criar e inventar.

6 – Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo; Rio de Janeiro; Campinas: Hucitec; ANPOCS; Unicamp, 1992.

ALVES, Rubem. **Ao professor com meu carinho**. São Paulo: Verus, 2004a.

_____. **A Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e a suas regras**. 8 ed., São Paulo: Loyola, 2004b.

_____. **Conversas sobre Educação**. 8 ed., Campinas, SP: Verus, 2003.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A colonização da justiça pela justiça penal: potencialidades e limites do Judiciário na era da globalização neoliberal**. In Revista Katálysis. Florianópolis, UFSC, 2006, v.9 n.1, p.01-126.

ARROJO, Rosemary (org). **O Signo Desconstruído: implicações para tradução, a leitura e o ensino**. 2 ed., São Paulo: Pontes, 2003.

BAREMBLITT, Gregório. **Introdução à Esquizoanálise**. Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari, 2003

_____. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5. ed., Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari, 2002.

BELTRÃO, Irecê Rego. **Corpos dóceis, mentes vazias, corações frios: o discurso científico do disciplinamento**. São Paulo: Imaginário, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996. Obras Escolhidas. V. 1.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDAS, Alberto Lins. **Oralidade, texto e história**: para ler a história oral. São Paulo: Loyola, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 2 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. 5. ed., Petrópolis: Vozes, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. 7. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CHAYANOV, Alexander. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COWAN, James. **O sonho do Cartógrafo**: meditações de Fra Mauro na corte de Veneza do século XVI. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Dados sobre a Reforma Agrária, 2007. Disponível em: <http://www.cptnac.com.br>. Acessado em 08 de março de 2009, às 19 horas e 45 minutos.

GRESS EM MOVIMENTO/Gestão 2002/2005. **Coletânea de Legislações**: direitos de cidadania. Curitiba – PR: GRESS 11ª região, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. **Crítica e Clínica**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997.

_____. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo Capitalismo e Esquizofrenia**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1996.

_____. **O que é Filosofia?**. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Tradução Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 2005.

ESTES, Clarissa Pinkola. **Mulheres que Correm com os Lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo**. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 5. ed., São Paulo: Global, 2008.

FERNÁNDEZ, Ana Maria. **De lo imaginário social a lo imaginário grupal**. Em A. M. Fernández e J. C. de Brasi (comp.). *Tiempo histórico y campo grupal: massas, grupos e instituciones*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993. pp 69-72. Tradução de Nelma Campos Aragon.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da Sexualidade**: o uso dos prazeres. Vol. 2. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **Microfísica do Poder**. 17. ed., Rio de Janeiro: Graal, 2002b.

_____. **A Arqueologia do Saber**. 6. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a.

_____. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. 15. ed. São Paulo: Graal, 2003.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 31. ed., Petrópolis: Vozes, 2006.

GIACOMEL, Angélica Elisa; KIRST, Patrícia Gomes; et al. **Trabalho e contemporaneidade**: o trabalho tomado vida. IN: FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Orgs). *Cartografias e Devires: A Construção do Presente*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos sociais e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003a.

_____. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003 b.

GONSALVES, Elisa Pereira (org.). **Educação e Grupos Populares**: temas (re)correntes. São Paulo: Alínea. 2002.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. 13. ed., Campinas/SP: Papyrus, 2002.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HELD, David. **Desigualdades de poder, problemas da democracia**. In: MILIBAND, David. Reinventando a esquerda. São Paulo: UNESP, 1997, (p.67-91).

HOBSBAWM, Eric J. **A Revolução Francesa**. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

HECKERT, Ana Lucia Coelho. **Narrativas de Resistências: Educação e Políticas**. Niterói – RJ: Universidade Federal Fluminense, 2004. 298 p. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, 2004.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

KASTRUP, Virgínia. **A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição**. Campinas/SP: Papyrus, 1999.

_____. **A psicologia na rede e os novos intercessores**. IN: FONSECA, Tânia Galli; FRANCISCO, Deise Juliana (org.). Formas de ser e habitar a contemporaneidade. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. **A Rede: uma figura empírica da ontologia do presente**. In: FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Orgs). Cartografia e Devires: A Construção do Presente. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme**. Campinas, SP: Unicamp, 1993.

Lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850. Disponível em: http://www.interpa.pb.gov.br/legislacao_arquivos/lei_601.pdf. Acessado em 15 de fevereiro de 2009, às 20 horas e 30 minutos.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LINS, Daniel. Clarice Lispector: **A escrita bailarina**. IN: FONSECA, Tânia Mara Galli; ENGELMAN, Selda (Orgs). Corpo, arte e clínica. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MAIRESSE, Denise. **Cartografia**: Do método a arte de fazer pesquisa. IN: FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Orgs). Cartografia e Devires: A Construção do Presente. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MARTINS, José de Souza. **cativoiro da Terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**: as Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário e cartas a Kugelmann**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. 4. ed. São Paulo: Palas Athenas, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. II Plano Nacional de Reforma Agrária, 2003. Disponível em: http://www2.prudente.unesp.br/DGEO/NERA/Bernardo2006_bibliografia/PNRA.Pdf. Acessado em 06 de março de 2009, às 16 horas e 30 minutos.

MOEHLECKE, Vilene. **O dançar do corpo**. Experimentações rebeldes no contemporâneo. Porto Alegre, UFRGS, 2005. 114 p. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.

MOURA, Clóvis. **Sociologia política da Guerra de Canudos**: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MOURA, Margarida Maria. **Os Herdeiros da Terra**: parentesco e herança em uma área rural. São Paulo: Hucitec, 1986.

NEGRI, Antonio. **Kairòs, Alma Venus, Multitudo**: nove lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **O poder constituinte**: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Tradução Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Exílio**: seguido de valor de afeto. São Paulo: Iluminuras, 2001.

NIETZSCHE, Friederich Wilhelm. **Além do Bem e do Mal**. São Paulo: Hemus, 1981.

_____. **Genealogia da Moral**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PELBART, Peter Pál. **O tempo não reconciliado**. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 1998.

PERRONE, Cláudia. **Novos coletivos sociais**: a multidão e o amor ao tempo a construir. IN: FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Orgs). Cartografia e Devires: A Construção do Presente. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 560 p.

PLOEG VAN DER, Jan Douwe. **O modo de produção camponês revisitado**. In: A Diversidade da Agricultura Familiar. SCHNEIDER, Sérgio. Porto Alegre: UFRGS. 2006. pp.13-54.

QUEIROZ, Maria Pereira de. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1976.

RIBEIRO, Cristine Jaques. **Cartografias Caboclas**. Pelotas – RS: EDUCAT, 2008.

_____. **A reinvenção do campesinato**: uma cartografia coletiva. In: REVISTA SOCIEDADE EM DEBATE. Escola de Serviço Social/UCPEL, v. 10, n. 02, agosto, 2004, p. 75-89.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROGERS, Paulo. **Os Afectos Mal-Ditos**: o indizível das sexualidades camponesas. Brasília: Universidade de Brasília, 2006. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2006. 190 p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, 2006.

ROLNIK, Sueli. **Cartografia Sentimental**: Transformações Contemporâneas do Desejo. Porto Alegre: Estação Liberdade, 1989.

RORTY, R. **A Filosofia e o espelho da Natureza**. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 3.ed. São Paulo, Cortez, 2001.

SCHMIDT, Maria. **Nova História Crítica do Brasil – 2º grau**. 7. ed. São Paulo: Nova Geração, 1996.

SERRES, Michel. **Os cinco sentidos**: filosofia dos corpos misturados. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SILVA, Rosane Neves da. **A dobra deleuziana: o mundo como potência de invenção**. IN: FONSECA, Tania Mara Galli; ENGELMAN, Selda (Orgs). **Corpo, arte e clínica**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil**: o debate na esquerda: 1960 – 1980. Vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **Latifúndio**: o pecado agrário brasileiro. Caderno de Formação nº 33. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2000.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Brasília: UNB, 1998.

VIA CAMPESINA. **Linhas Políticas**: globalizar a luta, globalizar a esperança. Cartilha. MST – CONCRAB, 2001.

WILKINSON, J. **O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção**. In: Capítulo 2: A exploração familiar e o trabalho assalariado: limites do debate clássico. São Paulo: Hucitec/Cepa – BA, 1986. pp. 45-69.

ANEXO

Roteiro

- História do assentamento.
- O número de famílias assentadas?
- A convivência no acampamento, como foi esta experiência. Quais as diferenças entre o acampamento e o assentamento? Como era o processo de resistência no acampamento?
- Como se dá o processo de resistência no assentamento?
- Como foi o começo, a chegada no assentamento de reforma agrária?
- Como é viver em um assentamento de reforma agrária?
- Como se dá a relação das famílias com a terra? Como se dá a sua relação com a terra?
- O que seria a produção do autoconsumo? Vocês produzem para subsistência?
- Qual o sentido de estar no MST?
- Como ocorrem as relações entre as famílias assentadas?

Estas questões nortearam o roteiro traçado no processo de pesquisa outras questões surgiram a partir do encontro com os assentados.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)